



REVISTA LUMEN

REVISTA LUMEN

ISSN _____

Periodicidade Semestral

Grão-Chanceler

Cardeal Dom Odilo Pedro Scherer

Reitor

Prof. Dr. Pe. Edélcio Serafim Ottaviani

Vice-Reitora

Prof^ª. Ms. Karen Ambra Cordeiro

Pró-Reitor Administrativo

Prof. Ms. Pe. João Julio Farias Junior

Pró-Reitor Jurídico

Prof. Esp. Pe. José Rodolpho Perazzolo

Pró-Reitora Acadêmica

Prof^ª. Ms. Denize Scivoletto Mazza Garcia

Secretário Geral

Adilson Cristiano Lana

Editor responsável

Prof. Dr. Sidnei Ferreira de Vares

Secretária da Revista Lumen

Profa. Dra. Vanessa Beatriz Bortulucce

Revisora

Joana Fátima Gonçalves

Administrador do Portal de Periódicos

Cleber Cicero Magnagnagno

Conselho editorial

Prof^ª. Dra. Carla Montuori Fernandes (Universidade Paulista – UNIP)
Prof. Dr. Carlos Eduardo Riberi Lobo (Universidade São Judas Tadeu– USJT)
Prof. Dr. Flávio Reis dos Santos (Universidade Estadual de Goiás - UEG)
Prof. Dr. Flávio Rovani de Andrade (Universidade Federal do Piauí - UFPI)
Prof. Dr. Flávio Trovão (Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT)
Prof. Dr. Hermógenes Saviani Filho (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS)
Prof. Dr. José Iesca Rodrigues (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP)
Prof. Dr. José Renato Polli (Centro Universitário Anchieta – UNIANCHIETA)
Prof. Dr. Marcos Horácio Gomes Dias (Universidade São Judas Tadeu – USJT)
Profa. Dra. Maria Lúcia Salgado (Faculdade Pta. de Pesquisa e Ensino Superior – FAPPES)

Prof. Dr. Pedro Calixto (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG)

Sobre a Revista

A Revista Lumen é uma publicação semestral de caráter multidisciplinar organizada pelo Centro Universitário Assunção – UNIFAI, que tem como objetivo divulgar o trabalho de docentes, pesquisadores e convidados de Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil e do exterior. A revista aceita trabalhos que não tenham sido publicados ou estejam em vias de publicação em outros periódicos, desde que atendam os seguintes requisitos:

- abordem, através de qualquer metodologia, temas relevantes nas áreas de ciências humanas, de forma aprofundada, revelando reflexão crítica;
- constituam ensaios bibliográficos, comunicações, resenhas, entrevistas, artigos, revisões bibliográficas e traduções;
- estejam adequados às normas de publicação da revista.

A publicação do material dependerá de sua pertinência e profundidade. Os trabalhos enviados à revista deverão ser analisados pela Comissão Editorial, que considerará a adequação da contribuição à linha editorial da revista. Tendo a Comissão Editorial analisado positivamente o material enviado, os originais serão submetidos à avaliação *ad-hoc* de, ao menos, dois pareceristas. Eventuais sugestões de modificação de estrutura ou conteúdo das contribuições feitas pela Comissão Editorial e/ou pelos pareceristas serão previamente acordadas com os autores. Só serão aceitos textos escritos em português. Textos produzidos em outros idiomas deverão, portanto, ser traduzidos. Com efeito, a Comissão Editorial vê-se totalmente responsável por rejeitar trabalhos enviados que não se enquadrem em sua linha editorial, que técnica, estrutural e/ou teoricamente demonstrem fragilidades ou que, simplesmente, não atendam aos requisitos acima discriminados. Os trabalhos aprovados pela Comissão Editorial, pelos pareceristas e pelo Conselho Consultivo, seguirão para a publicação, respeitando, todavia, a ordem de publicação (número da revista) e, dependendo do tipo de trabalho enviado, a adequação ao tema geral do Dossiê. Destarte, o prazo máximo para a comunicação de resposta de aprovação ou rejeição do material enviado ao colaborador é de 90 dias, iniciando pela confirmação do recebimento do trabalho.

Normas para publicação

A *Revista Lumen* tem 4 seções temáticas: 1) **artigo**; 2) **entrevista**; 3) **resenha**; 4) **traduções**.

O número máximo de caracteres com espaços, incluindo notas de rodapé, deve corresponder a cada categoria:

- para **artigo**, até 60 mil caracteres com espaços;
- para **entrevista**, até 20 mil caracteres com espaços;
- para **resenha**, até 10 mil caracteres com espaços (só serão aceitas resenhas de livros publicados nos últimos 5 anos ou que tenham grande relevância para a área de conhecimento a qual pertencem)
- para **traduções** não há um limite de caracteres pré-definido, embora, no que se refere aos textos traduzidos recomenda-se concisão para não fugir ao padrão editorial.

Os autores deverão enviar o material para proposta obedecendo aos **parâmetros de formatação da *Lumen***, com um currículo sintético, através do portal da revista, que pode ser acessado no endereço: <http://www.periodicos.unifai.edu.br>

Os artigos devem ser acompanhados de resumos em português e inglês (*abstracts*) podendo também incluir imagens, que serão distribuídas em, no máximo, duas páginas ao final do artigo.

Os textos serão enviados em arquivo no formato Microsoft Office Word 2003©, ou mais recente; e as imagens em arquivo JPG ou TIF.

Caso as imagens não estejam de acordo com os padrões exigidos para um resultado excelente, a editoria poderá alterar as dimensões indicadas para a reprodução, guardando o direito de não utilizá-las, em caso de inadequação completa; também poderá transformar imagens coloridas em preto-e-branco, para assim publicá-las.

A simples remessa de originais implica a autorização para publicá-los.

O mérito dos textos propostos será julgado pelos editores da *Lumen* e por dois pareceristas da área, tendo como critérios mais relevantes a originalidade do conteúdo e a sua compatibilidade com os estudos das áreas pertinentes.

Parâmetros de formatação

1. O texto deve estar em fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1,5. Os resumos e *abstracts* devem ter, em média, cem palavras. O resumo e o *abstract* também devem apresentar de três a cinco palavras-chave e *keywords*. O título do artigo deve estar em negrito e, também, deve ser apresentado em caixa alta, tamanho 12. Os intertítulos devem ser apresentados em negrito, tamanho 12, com caixa alta somente no início da palavra.
2. As referências bibliográficas completas deverão aparecer ao final do texto – portanto, quando uma referência bibliográfica aparecer pela primeira vez, citá-la no corpo do texto, entre parênteses, logo após a citação. Em citações literais, deverá aparecer da seguinte forma: (Autor, ano, página). Em citações não literais, a referência deverá ser feita da seguinte forma: (Autor, ano).
3. O uso de notas de rodapé será válido somente para inserção de informações complementares ou para apresentação de trecho na língua original, quando traduzido no corpo do texto. As notas devem aparecer em pé de página (rodapé) e indicadas por algarismos arábicos em ordem crescente.
4. Quando inseridas no corpo do texto, as transcrições devem ser destacadas entre aspas duplas (havendo aspas no texto original, elas se transformarão em aspas simples). Quando a transcrição tiver três linhas completas ou mais, deverá ter o parágrafo recuado à esquerda, letra tamanho 10 e espaço simples, sem aspas. O itálico deve ser usado somente nos títulos de obras, em expressões estrangeiras ou termos em destaque.
5. As imagens não devem ser inseridas no arquivo do texto. Deverão ser enviadas cada uma em arquivo separado (no formato TIF ou JPG), em baixa resolução, para o processo de seleção. As imagens serão indicadas no corpo do texto entre colchetes: Ex: [Fig. 1], [Fig 2], [Fig 3], e assim por diante. Cada arquivo de imagem deve indicar no nome essa numeração, sem os colchetes.
6. Após a aprovação do artigo, o autor deverá enviar, imediatamente, as imagens com alta resolução, para serem publicadas. Devem ter, no mínimo, 300 dpi e dimensões compatíveis com o tamanho no qual ela será reproduzida.
7. Em arquivo separado, contendo o título do artigo, o autor fará uma lista das legendas de todas as imagens, segundo sua numeração. A imagem ou figura deve apresentar uma legenda que deve trazer, na ordem: título da imagem. Crédito fotográfico ou Procedência: (referência à publicação e página da qual foi capturada a imagem).

Para citação nas notas

Livro:

SOBRENOME, Nome. Título em itálico. Local de publicação: Editora, ano de publicação.

* Caso haja outra edição do mesmo livro, esta deve ser indicada logo após o título.

Coletânea:

SOBRENOME, Nome. “Título do capítulo entre aspas”. In: SOBRENOME, Nome (Org.) Título em itálico. Local de publicação: Editora, ano de publicação.

Artigo:

SOBRENOME, Nome. “Título do artigo entre aspas”. Título do periódico em itálico. Local de publicação, volume, número do periódico, mês (abreviado) e ano de publicação.

* No caso de jornal, indicar também o dia antes do mês.

Trabalho acadêmico:

SOBRENOME, Nome. Título do trabalho em itálico: subtítulo. (tipo de trabalho: tese, dissertação ou monografia) Vinculação acadêmica, (Orientação), local e data da apresentação ou defesa.

Documentos eletrônicos:

AUTOR(ES). Denominação ou Título: subtítulo. Indicações de responsabilidade. Data. Informações sobre a descrição do meio ou suporte.

Obs.: Para documentos on-line, são essenciais as informações sobre o endereço eletrônico, apresentado entre os sinais < >, precedido da expressão “disponível em”: e a data e horário do acesso ao documento, precedida da expressão “acesso em”.

Editorial

A *Revista Lumen*, fundada em 1994, durante anos cumpriu o importante papel de difundir a produção acadêmica no Brasil, dando espaço tanto aos professores do Centro Universitário Assunção – UNIFAI, instituição à qual está vinculada, quanto aos colaboradores externos. Foram mais de 30 números publicados desde então, dois a cada semestre. Todavia, a revista encerrou sua atividade no ano de 2009. Em 2011, com a ascensão da nova reitoria, representada pelo Magnífico Reitor Prof. Dr. Pe. Edélcio Serafim Ottaviani, houve uma preocupação em resgatar este veículo acadêmico, bem como em estimular os professores da instituição à prática da pesquisa e à produção acadêmica de qualidade.

Como é do conhecimento de todos, reflexões e debates acadêmicos, cada vez mais, assumem importância fundamental face às rápidas transformações do mundo contemporâneo. A universidade, portanto, tem o compromisso com a promoção de leituras e análises mais abrangentes, que, promovendo novos questionamentos teórico-metodológicos, deem conta compreender estes processos. Afinal, se ensino, extensão e pesquisa constituem o tripé sob o qual se assentam as instituições de ensino superior, cabe ao Centro Universitário Assunção – UNIFAI dar a sua parcela de contribuição para o avanço da pesquisa acadêmica no Brasil.

O ano de 2015, portanto, demarca um novo momento dessa história. Reitoria, pró-reitoria acadêmica, coordenadores de curso e professores decidem trabalhar em torno de um projeto de reativação da *Revista Lumen*. Este projeto, que já vem sendo discutido há meses, vê-se, agora, concluído. O saldo, sem dúvida positivo, pode ser enfim avistado. Em um novo formato, virtual, a *Revista Lumen* reinicia seus trabalhos com o objetivo de dar voz aos pesquisadores de todo Brasil e, quiçá, aos pesquisadores estrangeiros que queiram colaborar conosco. Estruturada, pois, em torno de um tema geral, que compõe o dossiê, mas também aberta a artigos livres, resenhas, traduções e entrevistas, a versão virtual da *Revista Lumen* recomeça sua missão acerca da difusão científica. Destarte, é com enorme alegria que seus editores, Prof. Dr. Sidnei Ferreira de Vares e Profa. Dra. Vanessa Beatriz Bortulucce, apresentam o primeiro número da *Revista Lumen* em sua nova versão.

Boa leitura a todos,

O editor

Apresentação

Neste primeiro número de 2015, a Revista Lumen, em seu novo formato, pretende discutir o tema “Conservadorismo, Política e Sociedade”. Assim, os artigos que compõem o Dossiê têm em comum o fato de versarem sobre o referido assunto, a partir de perspectivas e leituras distintas. Visa-se, pois, em primeiro lugar, analisar o fenômeno do conservadorismo, o qual, nos últimos anos, tem crescido vertiginosamente não só entre alguns setores da sociedade política e civil brasileira, mas também entre os países desenvolvidos. Em segundo lugar, vislumbra-se compreender o cerne do pensamento conservador, ou seja, suas bases teóricas, suas propostas e suas principais reivindicações. Com isso, pretende-se discutir a validade, a coerência e a vitalidade das doutrinas conservadoras, bem como identificar o modo como estas se manifestam no contexto político, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo.

No primeiro artigo, “O que conservar para não sermos conservadores? Revisitando Hannah Arendt”, o professor Flávio Rovanni de Andrade procura discutir alguns avanços do conservadorismo no Brasil à luz da filosofia arendtiana, visando contribuir para a compreensão do atual contexto político brasileiro.

No segundo artigo, “Modernização conservadora: dilemas de nossa existência”, o professor Flávio Reis dos Santos, a partir de um diálogo com ampla e diversificada bibliografia, explora as estratégias de modernização conservadora da chamada “nova direita”, representada pela ideologia neoliberal, bem como verificar os impactos desse processo sobre os mais diversos setores sociais, em especial o setor da educação.

No terceiro artigo, “Sobre o discurso conservador: do reducionismo dogmático ao ceticismo metodológico”, o professor Thiago Rodrigues, adotando um tom ensaístico, percorre o discurso conservador e sua relação com o dogmatismo filosófico clássico, mas sem abrir mão do diálogo com alguns pensadores modernos, visando com isso desmistificar o caráter dogmático das doutrinas conservadoras.

No quarto artigo, “O desenvolvimento do conservadorismo no Brasil”, o professor Hermógenes Saviani Filho confronta as doutrinas conservadoras, tais como se surgiram nos países desenvolvidos, com o pensamento conservador brasileiro. Com isso, o autor visa demonstrar que o tipo de conservadorismo que se desenvolveu aqui ainda carece de sustentação e amadurecimento,

como é possível facilmente observar na postura sustentada pela atual oposição política ao Governo Federal.

No quinto e último artigo, que completa o Dossiê desta edição, a professora Neide Coelho Boëchat aborda o tema da burocracia, focando a sua influência negativa sobre os processos educacionais, sobretudo no interior das instituições de ensino superior. Dialogando com alguns dos principais especialistas neste assunto, a autora procura salientar a face conservadora dos processos burocráticos que recaem sobre a comunidade acadêmica, emperrando a atividade docente e a produção científica.

Já na seção destinada aos artigos livres, o artigo intitulado “Almeida Júnior: um caipira iluminado”, da professora Kátia Mendonça Curtis, percorre a trajetória deste pintor brasileiro, o qual, através de sua pintura, promoveu importantes mudanças estéticas na arte nacional, sem, no entanto, abandonar a simplicidade inerente à cultura brasileira.

O artigo intitulado “A participação feminina no microempreendedorismo individual no Estado de São Paulo”, de Edineide Maria de Oliveira, Neusa Nakozone e Terezinha de Jesus Guidon Coelho, aborda a participação feminina no universo do microempreendedorismo paulista, procurando, a partir de farto material estatístico, desvelar o perfil da mulher no mercado de trabalho.

No último artigo desta seção, “Instituições e propriedade intelectual: uma abordagem interdisciplinar”, a professora Ana Maria Nunes Gimenez, a partir dos conceitos econômico e jurídico de instituições e propriedade, discute o tema da propriedade intelectual, pensando, com isso, as questões atinentes à segurança jurídica.

Na seção de resenhas, o professor Sidnei Ferreira de Vares apresenta aos leitores um livro fundamental para os profissionais da área da educação, que discute o papel da educação mediante ao debate entre modernos e pós-modernos.

Já na seção de traduções, o professor Jean Rodrigues Siqueira traduz e apresenta um texto indispensável para aqueles se interessam pelo universo da arte, o qual, em termos contemporâneos, vê-se tão marcada pelo primado do conceito sobre os aspectos formais da obra de arte, contribuindo, assim, para aprofundar o debate no campo estético.

Sobre os autores

Dossiê - Conservadorismo, Política e Sociedade

Flávio Reis dos Santos é Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade da Universidade Estadual de Goiás (UEG/Morrinhos). Pesquisador do Observatório e Pesquisas das Políticas de Avaliação da Educação Superior (POW1/UNIVERSITAS/UFSCar) e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação do Campo (GEPEC/HISTEDBR/UFSCar).

Flávio Rovani de Andrade é Doutor em Filosofia e História da Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – FE-UNICAMP. Mestre na área de Filosofia da Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FE-USP, 2008. Professor de Filosofia Geral e da Educação na Universidade Federal do Piauí (UFPI). É autor de livros e artigos acadêmicos nas áreas de Filosofia e Educação.

Thiago Rodrigues é Doutorando e Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. Professor e coordenador do curso de Pós Graduação em Filosofia e Pensamento Político Contemporâneos do Centro Universitário Assunção (UNIFAI – SP).

Hermógenes Saviani Filho possui formação em História, Economia e Jornalismo. É Doutor e Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde também atua como professor do Departamento de Economia.

Neide Coelho Boëchat é Doutora e Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), coordenadora e professora do Curso de Filosofia do Centro Universitário Assunção (UNIFAI – SP).

Artigos livres

Kátia Maria Furtado de Mendonça Curtis é Mestra em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e professora do Curso de História do Centro Universitário Assunção (UNIFAI – SP).

Ana Maria Nunes Gimenez é Doutoranda e Mestra em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professora do Curso de Administração do Centro Universitário Assunção (UNIFAI – SP).

Edineide Maria de Oliveira é Mestra em Educação e Administração. Doutoranda em Ciências Sociais na PUC São Paulo, coordenadora e docente do Centro Universitário Assunção (UNIFAI – SP).

Neusa Nakazone é Bacharel em Administração e consultora na área de Empreendedorismo.

Terezinha de Jesus N. Guidon Coelho é Especialista em Gestão de Recursos Humanos, docente do Centro Universitário Assunção (UNIFAI – SP) e da Universidade Bandeirantes (UNIB).

Ana Maria Nunes Gimenez é Doutoranda e mestra em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), advogada e também professora no Centro Universitário Assunção (UNIFAI).

Resenhas

Sidnei Ferreira de Vares é Doutor e Mestre em Educação pela USP e professor dos Cursos de História, Filosofia e Pedagogia do Centro Universitário Assunção (UNIFAI – SP).

Traduções

Jean Rodrigues Siqueira é Doutorando em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Atua como professor do Curso de Filosofia do Centro Universitário Assunção (UNIFAI – SP).

SUMÁRIO

DOSSIÊ - CONSERVADORISMO, POLÍTICA E SOCIEDADE.....	13
MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA: DILEMAS DE NOSSA EXISTÊNCIA.....	14
O QUE CONSERVAR PARA NÃO SERMOS CONSERVADORES? REVISITANDO HANNAH ARENDT...29	
SOBRE O DISCURSO CONSERVADOR: DO REDUCIONISMO DOGMÁTICO AO Ceticismo METODOLÓGICO.....	50
CONSERVADORISMO, LIBERALISMO ECONÔMICO E O CASO BRASILEIRO.....	60
O CONSERVADORISMO DA BUROCRACIA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR.....	81
ARTIGOS LIVRES.....	103
ALMEIDA JÚNIOR: UM CAIPIRA ILUMINADO.....	104
A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MICROEMPREENDEDORISMO INDIVIDUAL NO ESTADO DE SÃO PAULO.....	120
INSTITUIÇÕES E PROPRIEDADE INTELECTUAL: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR.....	147
RESENHAS.....	166
A ÉTICA PÓS-MODERNA E O PROJETO LIBERAL-CONSERVADOR.....	166
TRADUÇÕES.....	172
DEFININDO ARTE.....	173

DOSSIÊ - Conservadorismo, Política e Sociedade

MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA: DILEMAS DE NOSSA EXISTÊNCIA

Flávio Reis dos Santos

Resumo: Este artigo pretende discutir, a partir de ampla e diversificada bibliografia, o projeto de modernização, de cunho neoliberal, representado pela nova direita, bem como analisar seus impactos sobre a vida social em geral, e o campo da educação em particular.

Palavras-chave: conservadorismo, modernização, neoliberalismo, educação.

Abstract: This article discusses, from broad and diverse literature, the neoliberal modernization project represented by the New Right, and analyze their impact on social life in general and education in particular field.

Keywords: conservatism, modernization, neoliberalism, education.

Introdução

A educação entrou num período de contestação. As instituições são vistas como tendo fracassado totalmente. Os elevados “*standards*”, o declínio da “literacia funcional”, a perda de níveis e da disciplina, o fracasso em se obter o “conhecimento real” e as destrezas economicamente úteis, os resultados pobres nos testes nacionais, entre outras acusações, têm incidido sobre as escolas. Tudo isso conduziu ao declínio da produtividade econômica, ao desemprego, à pobreza, à perda de competitividade internacional etc. Regressemos a uma “cultura comum”, tornem-se as escolas mais eficientes, crie-se mais responsabilidade no setor privado e os nossos problemas estarão resolvidos (Apple, 2002a, p. 56).

A sociedade contemporânea, nas últimas décadas, passou por significativas transformações tanto na forma quanto no conteúdo para adequar a ampla utilização do Estado ao projeto de modernização da sociedade. Projeto este, orientado por princípios técnicos e ideológicos (neo)liberais, fundamentais para promover o desmonte do *WelfareState* e para inaugurar o processo

*Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade da Universidade Estadual de Goiás (UEG/Morrinhos). Pesquisador do Observatório e Pesquisas das Políticas de Avaliação da Educação Superior (POW1/UNIVERSITAS/UFSCar) e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação do Campo (GEPEC/HISTEDBR/UFSCAR).

de reestruturação produtiva do capitalismo. Os defensores do liberalismo econômico procuraram concentrar as suas críticas numa retórica falaciosa da necessidade de assegurar a preservação da política democrática para impulsionar o desenvolvimento capitalista, mas em realidade, a época da igualdade chegou a termo.

Michael Apple (2002a, p. 56) classifica essa estratégia da “nova direita¹” como dissimulada, pois reduz, limita e procura eliminar da “cultura democrática” os ideais de igualdade. Estratégia orientada por um “discurso de melhoria da competitividade, de aumento de postos de trabalho, de melhoria de *standards* e da melhoria da qualidade do sistema educativo, que é colocado perante uma crise total”.

A coalizão conservadora tem alcançado inquestionável êxito, pois dominou o senso comum e projetou eficientemente tendências e compromissos sociais diversos, diretamente submetidos à sua autoridade geral, sobretudo, aqueles assuntos associados à cultura, ao bem social, à economia e, mais especificamente, à educação, conduzida pelo projeto de modernização conservadora (Dale, 1989). De acordo com Michael Apple (2002a), a coalizão conservadora é constituída pelos (neo)liberais, (neo)conservadores, ativistas religiosos autoritários e classe média profissional, que possuem história de autonomia e dinâmicas próprias, e optaram por subordinarem-se ao movimento conservador mais abrangente para assegurar a defesa de seus interesses e sua posição como estrato componente da classe dominante.

O discurso intensivamente difundido pela coalizão conservadora tem atingido um número cada vez maior de simpatizantes e adeptos à suas proposições, uma vez que seus argumentos estão diretamente relacionados às realidades experimentadas pela ampla maioria da sociedade. Apple (2002b, p. 81) argumenta que a coalizão é bastante funcional, pois existe “uma articulação de temas muito criativos que faz eco das experiências, dos medos, das esperanças e dos sonhos das pessoas nas suas vidas cotidianas”. A “nova direita” tem sido bastante eficiente na manipulação da articulação de tais temas, incorporando-os às concepções economicistas e a conceitos problemáticos de tradição.

A estratégia velada e manipuladora empregada pela “nova direita” tem alcançado expressivo sucesso, na medida em que captura, coopta, arrebanha uma quantidade cada vez maior de pessoas à sua causa. Um aspecto a ser ressaltado para a efetivação de tamanho êxito se remete ao poder econômico das forças de modernização conservadora, que incide diretamente na vida do

¹Empregamos neste estudo a expressão “coalizão conservadora” para exprimir o resultado da luta vitoriosa levada a cabo para o estabelecimento de uma ampla aliança consensual conservadora pela “nova direita”.

proletariado, dramaticamente alterada pelas políticas praticadas pela coalizão. Michael Apple (2002a, p. 82), por sua vez, argumenta que parte do sucesso da “nova direita” se deve a um processo consistente de organização e renúncia coletiva, construído no decurso de quarenta anos, em que cada grupo componente da aliança, sacrificou parte de sua própria agenda para contribuir e assegurar o interesse comum.

Investigamos uma série de concepções e interpretações para elaborar uma síntese do projeto de modernização da sociedade capitalista em nosso tempo, mais especificamente, da educação utilizada como instrumento de difusão de conceitos, princípios, hábitos, valores, costumes para assegurar a reprodução das desigualdades sociais. Concentramos as nossas análises na fundamentação teórico-ideológica (neo)liberal, na medida em que representa a liderança na condução da reforma e adequação do campo educacional, orientado por políticas de reestruturação curricular, avaliação do desempenho de estudantes, avaliação do desempenho das instituições de ensino, financiamento privado e estatal da educação, valorização da tradição ocidental e do patriotismo contidos e propostos pela ideologia (neo)conservadora para atender às demandas econômicas capitalistas.

1. Instrumentalização Técnica para a Modernização Conservadora

Para que a classe dominante exerça a sua liderança é imprescindível que as suas proposições e representações sejam tomadas como verdade pela ampla maioria da população. Os estratos, as camadas, os grupos constituintes da classe dominante exercem o seu poder e liderança à medida que relacionam tais proposições e representações com os aspectos do bom senso da população e modificam “o sentido profundo de conceitos fundamentais e das respectivas estruturas de sentimentos que fornecem as referências para as nossas esperanças, receios e sonhos na sociedade” (Apple, 2002b, p. 82).

Milton Friedman (1977, p. 19) – idealizador do projeto de reestruturação da sociedade capitalista² – afirma que o modelo de organização econômica capaz de promover “o capitalismo é também capaz de promover a liberdade política porque separa o poder econômico do poder político e, desse modo, permite que um controle o outro”. Portanto, complementa o autor, a organização econômica da sociedade precisa e deve ser apreendida como um fim em si mesma e como instrumento imprescindível para assegurar a liberdade política em função de seus próprios

²A Cartilha (Neo)Liberal: “Capitalismo e Liberdade”, publicada originalmente em 1962 pela Universidade de Chicago (EUA).

princípios, tanto na dispersão quanto na concentração do poder. A organização social na conformação (neo)liberal se encontra na coordenação e utilização de recursos materiais e imateriais, e deve ser orientada pela divisão do trabalho e especialização das funções, ancoradas nas oportunidades fornecidas pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia modernas.

Segundo Friedman (1977, p. 21) existem dois meios para se coordenar as atividades econômicas na sociedade capitalista: um se encontra na direção central coercitiva (Estado) e o outro na cooperação voluntária dos sujeitos (técnica mercadológica), “baseada na proposição elementar de que ambas as partes de uma transação econômica se beneficiam dela, desde que a transação seja literalmente organizada e voluntária”, isto é, o capitalismo competitivo.

O autor argumenta que ao remover o controle da autoridade política da organização da atividade econômica, o mercado limita a fonte do poder coercitivo do Estado, o que consubstancia a força econômica como instrumento de controle do poder político. Em outras palavras, ao afastar o raio de ação e influência do poder político, o poder econômico se constitui em ferramenta e/ou instrumento essencial para o controle e a defesa contra o próprio poder político, utilizando-o para satisfazer as suas necessidades imediatas e constantes.

A importância do senso comum, de acordo com a fundamentação (neo)liberal, representa a utilidade do conjunto de leis, regras e costumes assimilados automaticamente pela sociedade na ação do Estado, mediante o estabelecimento de normas e regulação de seus significados e de suas possíveis alterações, se fazendo cumprir por todos, independentemente da aceitação ou não de tais normas e de suas regulações, uma vez que a liberdade de uma pessoa deve se restringir ao início da liberdade da outra.

Friedman infere que um dos instrumentos fundamentais para garantir a liberdade total do mercado é a educação, sob a alegação de que representa a possibilidade de oportunidades para a colocação profissional e, conseqüentemente, para melhorar as condições de vida do proletariado, por intermédio da aplicação das forças econômicas associadas à evolução técnica e científica. A existência de uma sociedade democrática e estável na apreensão de Milton Friedman (1977, p. 79), depende de “um grau mínimo de alfabetização e conhecimento por parte da maioria dos cidadãos e da ampla aceitação de um conjunto de valores comuns”.

Em nossa apreensão a fundamentação (neo)liberal friedmaniana limita as questões sociais e políticas a elementos técnicos, sobretudo no campo da educação, orientados pelos princípios de eficácia, eficiência e produtividade na administração dos recursos materiais e humanos. Tal fundamentação técnica e ideológica minimiza a ação do Estado à condição de não interventor, de

não provedor, ao mesmo tempo em que equaciona a constituição da sociedade capitalista na dispersão dos centros de poder e de governo.

O (neo)liberalismo a partir de Milton Friedman utiliza amplamente a regulamentação, a fiscalização e o controle central da vida em sociedade, e encontra no campo educacional um de seus mais importantes dispositivos de normatização, que apesar de ser regulamentada pelas políticas públicas do Estado (legislação), não se realiza por meio de instrumentos diretos de controle social.

Essa racionalidade maximiza o alcance de princípios imprescindíveis para a coordenação da economia capitalista por meios políticos, como a manutenção de um poder central determinante para colocar em prática as suas formulações e a cooperação espontânea entre e com os sujeitos e instituições, isto é, a concorrência contida no mercado capitalista confere ao campo econômico poder suficiente para limitar e utilizar o poder político do Estado em benefício do próprio sistema e da classe dominante no conjunto de seus estratos.

2. Institucionalização do Projeto de Modernização da Sociedade Capitalista

A legalidade política e jurídica para a fundamentação (neo)liberal construída por Milton Friedman é instituída no Encontro Internacional de Economia, realizado em novembro de 1989, na cidade de Washington, intitulado *Latin America Adjustment: How Much has Happened?*. Este evento, mundialmente conhecido como Consenso de Washington, reuniu representantes do Governo dos Estados Unidos da América (EUA), do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para avaliar o andamento das reformas econômicas empreendidas nos países americanos, tendo em vista efetivar o projeto de modernização conservadora da sociedade capitalista.

As recomendações emanadas do centro da coalização conservadora – Estados Unidos da América –, estabelecia como pré-condição para a concessão de cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral, as seguintes especificações:

a) Rígida disciplina fiscal; b) Redirecionamento de prioridades de despesas públicas para os campos que oferecem altos retornos econômicos (equilíbrio orçamentário); c) Reforma fiscal para baixar as taxas marginais e alargar a base tributária; d) Liberalização da taxa de juros; e) Taxa de câmbio competitiva – reformulação das normas que restringiam o ingresso do capital estrangeiro; f) Liberação do comércio: redução das tarifas de importação e eliminação das

barreiras não-tarifárias; g) Liberação dos fluxos de investimento estrangeiro direto; h) Privatização de empresas e serviços públicos estatais; i) Desregulamentação: abolição das barreiras de entrada e saída pela eliminação dos instrumentos de intervenção do Estado, como controle de preços, por exemplo; j) Garantia dos direitos de propriedade (Harvard University, 1989, p. 1).

Os (neo)liberais entendem que o mundo é um amplo hipermercado e que a escolha de consumo é o princípio que assegura a existência da democracia. Consequentemente, a educação é encarada como uma mercadoria qualquer, que requer permanente regulação do mercado mediante as ações políticas do Estado. Nestes termos, a democracia converte-se em prática de consumo, uma vez que o cidadão modelo para o capitalismo é o consumidor. “O efeito ideológico de tal transformação é efêmero, pois a democracia deixa de ser um conceito político e transforma-se inteiramente num conceito econômico” (Apple, 2002a, p. 58).

As ações da coalizão conservadora preconizaram o investimento em capital humano na perspectiva de garantir o acesso a um mínimo de educação, alimentação, saúde, moradia, transporte e saneamento. Entretanto, não existiu a especificação de que caminho tomar em direção à formação desse capital humano, para além de um recurso de baixo custo, deixando transparecer que as políticas (neo)liberais se assentavam na substituição da igualdade pela equidade, focalizada no empobrecimento das camadas médias, sem interferir ou prejudicar os privilégios da classe dominante.

Michael Apple (2002a, p. 58) infere que o argumento de investir em capital humano decorre da concepção de concorrência no universo capitalista, no qual os estudantes são entendidos como potenciais trabalhadores, “devem adquirir destrezas, requisitos e disposições para competirem com eficácia e eficiência. Além do mais, qualquer investimento econômico feito nas escolas, que não esteja diretamente relacionado com os objetivos econômicos é suspeito”.

As políticas (neo)liberais focalizaram ainda, uma compensação conjuntural dos efeitos do desenvolvimento técnico-científico, mais especificamente, da vinculação e do estreitamento entre conhecimento científico fundamental e tecnológico e de sua interpenetração na essência competitiva em relação à pesquisa de base pura, imprescindível para o desenvolvimento industrial; bem como, das profundas transformações econômicas que caracterizaram o movimento de mundialização do capital – fundamental para o empreendimento da modernização conservadora – apreendida na extensão de seu significado ligado à integralização dos mercados financeiros, diretamente decorrente dos fundamentos definidos e expressos no Consenso de Washington para a

liberalização, desregulamentação e abertura dos mercados nacionais ao capital internacional (Chesnais, 1996, p. 142).

A imbricação da revolução tecnológica às transformações econômicas constituiu o instrumento complementar para assegurar o empreendimento das ações de modernização conservadora direcionadas à liberalização das forças do mercado para extinguir e/ou minimizar os direitos sociais característicos do *WelfareState*, porém, quando:

[...] as tendências regressivas do mercado não se reverterem, estas políticas, concebidas como intervenções conjunturais eficientes, convertem-se em políticas estruturais ineficientes, modificando a relação entre a política, a economia e a sociedade e acabam por fomentar o clientelismo político. Inicialmente planejadas para atender aos grupos sociais afetados pela transição, são agora focalizadas nos mais pobres. De fato, a regulação política dos serviços básicos subsiste, mas a luta democrática pela cidadania esmorece diante da mercantilização da política (Coraggio, 1995, p. 3).

A implementação dessas políticas procurou instrumentalizar a política econômica para empreender a reorganização do Estado, por meio da descentralização – ou em efeito, da desconcentração – do poder do governo, redução do seu papel e responsabilidades, transferindo-as para a competitividade da iniciativa privada. Tais políticas propiciaram e promoveram a alocação de recursos sem a interferência estatal; absorveram e interiorizaram a dinâmica do mercado nas funções públicas, tomando em referência o fundamento da eficiência como aspecto essencial.

Nestes termos, a dinâmica do movimento de transformação empreendido pela coalização conservadora, restringiu (restringe) a ação do Estado nas questões sociais em prol da ampliação de influência e interferência do âmbito privado. João dos Reis Silva Junior afirma que o papel desempenhado pelo Estado em defesa dos interesses da coalização conservadora é determinante como instrumento utilitário ao seu projeto, visto que:

[...] produz políticas sobre as diversas atividades do Estado, pouco interventor, pois impulsiona, segundo a ideologia liberal, um movimento de transferência de responsabilidade de sua alçada para a da sociedade civil, ainda que as fiscalize, avalie e financie, conforme as políticas por ele produzidas e influenciadas pelas agências multilaterais. O poder regulador, sob a forma do político, é agora o poder econômico macrogerido pelo capital financeiro, com graves consequências para a cidadania e para a educação (Silva Jr., 2002, p. 33).

A modernização conservadora procura expressar uma preocupação com a pobreza para evitar qualquer possibilidade de sublevação popular, o que não significa dizer que a sua preocupação esteja, necessariamente, focalizada nos pobres, ou numa redistribuição de rendas e

riquezas, pois tal preocupação se constitui mesmo em uma questão de equidade e não de igualdade.

Essa estratégia foi publicizada pelo Banco Mundial no documento *Política Urbana y Desarrollo Económico: Un Programa para o Decênio de 1990*, que ressaltava a necessidade de maximizar a utilização da força de trabalho do proletariado, mediante a intensificação de sua exploração, justificada pelo oferecimento de supostos incentivos de mercado, adequada infraestrutura física, inovação tecnológica e serviços sociais básicos, como planejamento familiar, saúde, nutrição e educação primária (Cohen, 1991).

Para o campo da educação, as proposições (neo)liberais foram especificadas no “Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem”, resultado da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtiem, na Tailândia, em março de 1990, com participação efetiva da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Banco Mundial e seus países mutuários e signatários da Organização das Nações Unidas (ONU), reunindo cerca de 1500 representantes de mais de 150 países e instituições de todo o mundo. A Declaração Mundial sobre Educação para Todos proclamada pela Conferência estabeleceu, os seguintes objetivos para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem:

1) Cada criança, adolescente, jovem ou adulto deve aproveitar as oportunidades educativas que lhe são oferecidas tendo em vista satisfazer as suas necessidades básicas de leitura, escrita, cálculo e solução de problemas; universalizar o acesso à educação e promover a equidade, concentrando a educação na aprendizagem básica; a educação básica precisa ser equitativa, oferecendo às crianças, jovens e adultos as oportunidades necessárias de alcançar e manter um padrão mínimo de aprendizagem; a educação básica deve estar concentrada na aquisição e nos resultados efetivos da aprendizagem –daí decorre a necessidade da implementação de sistemas de avaliação de desempenho; a aprendizagem deve ser proporcionada por estratégias que envolvam as famílias e as comunidades; a televisão, o rádio e outros meios de comunicação de massa devem ser mobilizados em todo o seu potencial com vistas à satisfação das necessidades de educação básica para todos (Unesco, 1990, p. 2-5);

2) A sociedade deve assegurar a todos os alunos, assistência e apoio físico e emocional fundamental para que possam participar de forma efetiva de sua própria educação; as autoridades responsáveis pela educação em âmbito nacional, estadual e municipal têm a obrigação de proporcionar educação básica para todos, porém não se pode esperar que as autoridades satisfaçam

todos os requisitos para a realização desta tarefa; a educação básica para todos depende do compromisso e vontade política, respaldado por medidas fiscais adequadas, ratificados por reformas na política educacional e pelo fortalecimento institucional; mobilizar todos os recursos financeiros, humanos, públicos, privados ou voluntários para que sejam satisfeitas as necessidades básicas de aprendizagem; a comunidade mundial, incluindo os organismos e instituições bilaterais ou multilaterais são responsáveis por amenizar as dificuldades que impedem alguns países de atingir as metas da educação para todos (Unesco, 1990, p. 5-6).

Esse programa para a modernização conservadora foi reiterado em outros encontros e reuniões mundiais, regionais e nacionais, a saber: Cúpula Mundial para a Infância (1990); Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992); Conferência Mundial de Direitos Humanos (1993); Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais da Educação: Acesso e Qualidade (1994); Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social (1995); Quarta Conferência Mundial da Mulher (1995); Encontro Intermediário do Fórum Consultivo Internacional de Educação para Todos (1996); Conferência Internacional de Educação de Adultos (1997); Conferência Internacional sobre o Trabalho Infantil (1997); Fórum Mundial de Dakar (2000); além de encontros do Grupo de Alto Nível de Educação para Todos e das Semanas de Ação Mundial de Educação para Todos e, ainda, a ocorrência de uma significativa quantidade de eventos acadêmicos.

3. Estratégia da Coalizão Conservadora para a Educação

A fundamentação (neo)liberal para o campo educacional global partiu dos *staffs* do Banco Mundial em direção aos vários países da América Latina, Ásia e do leste da Europa para reformar e adequar os seus sistemas de ensino aos moldes empresariais privados capitalistas, assentados nos princípios da avaliação, da qualidade, da competitividade e da autonomia. Robert Dale e Susan Robertson argumentam que no empreendimento da modernização conservadora da sociedade capitalista:

[...] os sistemas educacionais das nações modernas enfrentaram importantes mudanças em termos de, primeiramente, mandatos que agora orientam a política da educação; em segundo lugar, os recursos humanos e fiscais para a oferta de educação; e, em terceiro lugar a governança do setor. O novo mandato para a educação – o que é desejável que o sistema educacional deveria fazer –, cada vez mais privilegia a competitividade econômica global, a aprendizagem pela vida toda, a educação para a economia embasada no conhecimento e na educação como uma indústria de exportação. Os recursos para a educação enfatizam a eficiência, a efetividade, a responsabilização e a auditabilidade. Novas estruturas de

governança reconfiguram as relações entre o Estado e a sociedade civil, o público e o privado, os cidadãos e a comunidade (Dale; Robertson, 2011, p. 348).

Neste sentido, as relações, interações, autoridade, interesses e identidades societárias características de um mesmo território deixaram de ser garantidas, pois a influência e interferência das agências internacionais administração interna ultrapassaram os limites metodológicos da concepção de nacionalismo, tomando o Estado-Nação em receptáculo da sociedade capitalista, reiterando a existência de uma forma particular intrínseca para a prática e regulação política comum para todos os Estados, organizados e administrados essencialmente da mesma maneira, com o mesmo conjunto de problemas e responsabilidades, e por meio do mesmo conjunto de instituições.

As orientações das agências multilaterais para e no campo da educação ao final da década de 1990, podem ser sintetizadas pelo contido no texto *The Financing and Management of Higher Education: A Status Report on Worldwide Reforms* (1998). Tais recomendações exprimem os paradigmas que consubstanciaram as demandas de transformação produtiva assentada na denominada equidade, tendo em vista elevar os níveis de qualidade e eficiência da educação, mediante a instituição de uma série de reformas na organização, estrutura e gestão da educação, assegurando-lhe reorganização da estrutura educacional, arrecadação de recursos materiais e financeiros adequados, autonomia financeira e administrativa, esforços concentrados nos princípios de equidade e qualidade na educação (Johnstone; Arora; Experton, 1998), a saber:

1) Criação de vários tipos de instituições como colégios politécnicos, institutos profissionalizantes ou técnicos – *community colleges*, com ciclos de ensino acadêmico ou profissional com duração média de dois anos, bem como do ensino a distância e de sua expansão; eliminação do ensino gratuito oferecido pelas instituições públicas; o financiamento do ensino deve advir do auxílio externo e de agências de crédito; os subsídios do Estado devem destinar-se não somente às instituições públicas, mas às privadas também;

2) Aplicação do efeito multiplicador dos recursos públicos para assegurar uma maior autonomia das instituições de ensino públicas, reservando maior poder de controle, por meio da fiscalização e avaliação, do que do suporte de financiamento propriamente dito; exclusividade do governo a autorização de criação e funcionamento, a fiscalização e a avaliação da instituição de ensino, bem como a distribuição dos recursos estatais sob a observância e obediência a um conjunto de critérios de desempenho.

Os processos de descentralização educacional podem ser entendidos como processos de desconcentração das atividades administrativas, pedagógicas e, sobretudo, financeiras, pois a dinâmica que reveste o sistema tecnocrático-burocrático do Estado centralizado, localiza-se na legitimação da autoridade no mais alto nível do sistema, visto que lhe outorga:

[...] o direito de decisão e de regulamentação em áreas substantivas, administrativas e de alocação de recursos para o conjunto do sistema. Assim, por um lado, os ministérios da educação normalmente apresentam um panorama de estruturas altamente hierarquizadas, onde a dinâmica de gerenciamento e um vasto conjunto de decisões tendem a concentrar-se (às vezes até a saturação) em torno de um ministro ou secretário de educação e o seu gabinete. Por outro, na medida em que a autoridade é designada pelo poder executivo, o exercício do poder institucional caracteriza-se por uma acentuada dimensão política. Esta combinação constitui uma capacidade maior de impor uma ação (Casassus, 1990, p. 16).

Na própria razão em que o poder central detém os instrumentos e mecanismos de controle, exerce o poder delegando às instâncias subalternas as tarefas de execução das ordens determinadas pelas instâncias hierárquicas superiores, evidencia a desconcentração das atribuições e afasta as unidades locais do processo de tomada de decisão. Para que descentralização do campo educacional se estabeleça de forma efetiva é preciso que ocorra o rompimento concreto e extensivo com a concentração do poder, uma vez que a desconcentração da educação precisa encontrar-se diretamente imbricada à participação dos sujeitos em nível local, à racionalização e melhor aplicação dos recursos de todas as ordens, ao descongestionamento da organização burocrática, visando produzir maior eficácia e eficiência da máquina administrativa em obediência ao modelo racional weberiano, atingindo, portanto, as metas relacionadas à melhoria da qualidade da educação e do sistema de ensino em si (Casassus, 1995).

Roger Dale (1994) afirma que é na racionalidade teórica (neo)liberal que se encontra o seu oposto equivalente: a sua suposta irracionalidade prática, que justifica-se na razão de suas perspectivas e expectativas na condução das transformações e alterações necessárias à satisfação de seus objetivos e localiza no Estado o seu instrumento de maior representatividade, visto que, mesmo que este deixe de fornecer ou financiar a educação, em hipótese alguma abrirá mão do exercício de sua autoridade reguladora, assegurando o pleno controle do sistema em si.

Essas formas para combinar fornecimento, financiamento, regulação e fiscalização permitem aos mecanismos do mercado capitalista, diretamente associados à política social, produzir a heterogeneidade e complexidade dos mercados educacionais exigidas pelo mercado econômico, na razão de sua concepção mercadológica, submetidos ao controle de seus sistemas

(educacionais), devidamente regulados pela ação e intervenção do Estado que atende às demandas da classe dominante.

Dale (1994) argumenta que uma imprescindível associação entre competição e privatização não existe, porém é possível existir liberalização sem privatização, visto que a privatização se remete à venda do patrimônio do Estado, a liberalização significa exatamente a redução do controle estatal mediante a abertura do mercado para fomentar a competição. Nestes termos, conclui o autor, que tanto é “possível existir privatização sem competição, quanto liberalização sem privatização, introduzindo a competição no setor público sem que haja a transferência de propriedade” (Dale, 1994, p. 112).

Portanto, a centralidade do mercado econômico no processo de despolitização que sofre o campo educacional em sua valorização mercadológica, consubstancia-se como elemento fundamental para o sucesso estratégico da coalizão conservadora, no qual a educação é revestida por uma:

[...] variedade de formas, todas destinadas a reduzir o fardo que a legitimação (para não mencionar o custo) do sistema educativo representa para o Estado. Aquelas incluem: i) *mainstreaming* departamentos de política social, como a educação, assim lhes negando qualquer direito a tratamento especial; ii) a introdução de alvarás (*school charters*, isto é, cartas de direitos) de escolas que podem ter o efeito de colocar a educação fora ou acima da política; iii) a devolução à comunidade (deliberadamente construída como um grupo politicamente neutro) de uma série de responsabilidades no fornecimento de educação (Dale, 1994, p. 113).

Neste contexto, é possível observar o deslocamento do centro gravitacional da tomada de decisões coletivas para as individuais, enquanto prerrogativa de uma equitativa distribuição da educação, bem como da ampla e recorrente utilização de instrumentos privados para assegurar a sua aceitabilidade política, ou seja, a racionalidade que permite que determinadas coisas sejam realizadas por meio da ação privada, seriam inadmissíveis se a única maneira de realizá-las se encontrasse na força executora do Estado.

Portanto, as forças de mercado não devem ser encaradas somente como um procedimento negativo de fazer recuar o Estado simplesmente em ordem a devolver o poder de forma individual, com o governo buscando apenas maximizar a liberdade das pessoas, visto que mesmo, delegando em decisões individuais o conjunto das ações produz efeitos políticos significativos, e os tecnocratas (neo)liberais não reduzem a extensão e nem tão pouco a intensidade em que formulam, implementam, regulam e dirigem as políticas públicas, mudando a sua direção veladamente, sem que possa haver a imediata percepção da coletividade (Dale, 1994).

Considerações Finais

A coalizão conservadora expressa a sua força e representação política em âmbito mundial no pleno exercício do poder; influencia e intervém direta e indiretamente nos distintos níveis de poder econômico sobre o capital financeiro, sobre a política e a economia interna dos países periféricos distanciando-os dos pressupostos da concorrência perfeita e da promoção do bem-estar comum (Coraggio, 1995).

A maior parte das políticas que emanam da modernização conservadora concentra-se no estabelecimento de relações cada vez mais próximas entre educação e economia, representada tanto por propostas e/ou projetos que buscam articular escola e trabalho, educação e emprego, bem como pela redução de investimentos e diminuição de custos em Estados extremamente deficitários. A proposição de “relacionar a escola com o mercado tem-se reforçado gradualmente” e encontra-se expressa nas mais diversas políticas formuladas pelas instituições multilaterais mundiais (Apple, 2002a, p. 59).

Essas políticas produzem consequências devastadoras para a classe proletária, pois reproduzem e agravam profundamente as desigualdades econômicas e sociais. As políticas decorrentes da modernização conservadora assumiram a hegemonia no campo educacional e na sociedade contemporânea de modo geral, determinando as relações de poder em que algumas vozes são ouvidas e outras não. As vozes ouvidas com maior objetividade “são aquelas que têm maior poder econômico, cultural e social” (Apple, 2002b, p. 84). Portanto, a materialização das políticas econômicas, sociais e educacionais, tende a satisfazer os interesses e as demandas da classe dominante.

A modernização imposta politicamente pela coalizão conservadora obedece ao padrão teórico-ideológico que as define, apresenta como o único caminho possível a direção historicamente difundida e tão sonhada do crescimento econômico, da estabilidade social, política e econômica, porém no máximo o que vemos assegurado em extremo limite é a sobrevivência miserável do proletariado.

À medida que a coalizão conservadora realiza a sua missão de reordenação sociocultural, atinge os objetivos de suas proposições políticas para o campo educacional, pois a sua despolitização expressa a sua condição como mercadoria, representa a concretização das premissas mercadológicas e do consenso em decorrência das transformações produzidas pelos novos padrões

socioculturais estabelecidos pela assimilação do discurso dominante amplamente difundido na sociedade capitalista.

Discurso assentado na qualidade como propriedade, quando submetida à análise das políticas educativas e dos processos pedagógicos, verticalmente implementados em todas as partes do mundo com pequenas ou insignificantes nuances; e na necessidade de articulação do mundo educacional ao mundo do trabalho, representado em âmbito teórico por aqueles que defendem uma adaptação da teoria do capital humano e refletem os efeitos práticos da falência da educação pública no contexto de modernização conservadora da sociedade.

As políticas (neo)liberais/(neo)conservadoras de ajuste estrutural sentenciaram à morte a educação da classe proletária, ironizando uma utopia assentada em promessas democratizantes irrealizáveis no interior de uma estrutura socioeconômica e cultural caracterizada pelo autoritarismo e pela desigualdade – fundamental para a eficiência e produtividade capitalista –, explicitando a distância existente entre burguesia e proletariado (Gentili, 2002).

Os partidários da modernização conservadora, mais especificamente, os (neo)liberais, costumam afirmar que a competição proporciona às escolas e aos sujeitos mais responsabilidade e maior eficiência em suas ações, favorecendo as crianças desfavorecidas. Michael Apple (2002a, p. 60) afirma categoricamente, que tudo isso não passa de uma falsa esperança que se expressa, sistematicamente, nos mais diversos países do mundo, “num contexto de políticas abrangentes que nada fazem para transformar profundamente as desigualdades econômicas, sociais e culturais”.

Tais políticas provocam, em realidade, transformações substanciais tanto na natureza e distribuição da educação como na economia em âmbito geral, bem como, eliminam em essência qualquer possibilidade da ocorrência de fóruns de debates apropriados, o que resguarda os interesses da coalizão conservadora (Dale, 1994). Coalizão, que expressa a sua eficiência na medida em que foi (é) capaz de estabelecer novas identidades e compreender que o sucesso de suas ações junto ao Estado exigia (exige), primeiramente, o sucesso de suas ações junto à sociedade civil, na extensão da tensão existente entre o bom senso e a insensatez (Apple, 2002b).

Referências Bibliográficas

APPLE, Michael. Endireitar a educação: as escolas e a nova aliança conservadora. *Currículo sem Fronteiras*, v. 2, n. 1, jan./jun. 2002a. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol2iss1articles/apple.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2015.

APPLE, Michael. Interromper a direita: realizar trabalho educativo crítico numa época conservadora. *Currículo sem Fronteiras*, v.2, n. 1, jan./jun. 2002b. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol2iss1articles/appleconf.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2015.

CASSASUS, Juan. Descentralização e desconcentração educacional na América Latina: fundamentos e críticas. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 74, ago. 1990. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n74/n74a02.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2013.

CASASSUS, Juan. *Tarefas da educação*. Campinas/SP: Autores Associados, 1995.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

COHEN, Michael. *Política urbana y desarrollo económico: un programa para o decênio de 1990*. Un documento de políticas del Banco Mundial. Washington/DC: Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento/Banco Mundial, 1991.

CORAGGIO, José Luís. Las propuestas del Banco Mundial para la educación: sentido oculto o problemas de concepción? Ponencia presentada em el Seminario: O Banco Mundial e as políticas de educação no Brasil. *Ação Educativa*, São Paulo, 28-30 junio, 1995. Disponível em: <http://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/SANPABLO.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2012.

DALE, Roger. The thatcher it project in education: the case of the city technology colleges. *Critical Social Policy*, v. 9, n. 3, dez./1989. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/249627764_The_Thatcherite_project_in_education_the_case_of_the_City_Technology_Colleges>. Acesso em: 12 jun. 2013.

DALE, Roger. A promoção do mercado educacional e a polarização da educação. *Educação, Sociedade & Culturas*, Porto/Portugal, n. 2, 1994. Disponível em: <<http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC2/2-6-dale.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2013.

DALE, Roger; ROBERTSON, Susan. Pesquisar a educação em uma era globalizante. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 36, n. 2, mai./ago. 2011. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>. Acesso em: 01 mar. 2013.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1977.

O QUE CONSERVAR PARA NÃO SERMOS CONSERVADORES? REVISITANDO HANNAH ARENDT

*Flávio Rovani de Andrade**

Resumo: O presente artigo pretende, à luz de Hannah Arendt, discutir alguns pontos atinentes ao pensamento conservador, sobretudo no que se refere ao atual momento político e social brasileiro, que, nos últimos anos, vem presenciando o acirramento das disputas político-ideológicas e, por conseguinte, o crescimento de grupos declaradamente conservadores.

Palavras-chave: conservadorismo, liberdade, política, democracia.

Abstract: This article aims in light of Hannah Arendt, discuss some points pertaining to conservative thinking, especially with regard to the current Brazilian political and social moment, which in recent years has been witnessing the intensification of political and ideological disputes and therefore, the growth reportedly conservative groups.

Keywords: conservatism, liberty, politics, democracy.

Introdução

O tema do conservadorismo revela importância num contexto em que ganha força as gigantescas manifestações entre pessoas que pouco ou nada possuem em comum, reunidas nas chamadas redes sociais, onde as relações entre as pessoas carecem, justamente, de relacionamento: é-se amigo de quem não conhece, opina-se sobre o que não sabe, e assim por diante. Mais sério são os desdobramentos das acirradas eleições para Presidente da República, em que a parte sul do país, movida por camadas mais abastadas e majoritariamente brancas, passaram a aludir a separação do Brasil, reforçando ódios e preconceitos históricos tanto aos povos do Norte e,

** Doutor em Filosofia e História da Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – FE-UNICAMP. Mestre na área de Filosofia da Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FE-USP, 2008. Professor de Filosofia Geral e da Educação na Universidade Federal do Piauí (UFPI). É autor de livros e artigos acadêmicos nas áreas de Filosofia e Educação.

especialmente, do Nordeste, quanto aos pobres, afrodescendentes, indígenas, imigrantes, homossexuais etc., que ergueram as sociedades sulistas e sudestinas. Some-se setores que defendem um novo golpe militar e aqueles que querem Paulo Freire longe das escolas, e temos um ambiente claramente “conservador”.

Entretanto, se há o efetivo interesse de compreender, à luz de Hannah Arendt, essas questões, é preciso desfazer um primeiro embaraço: esqueçamos a dicotomia conservador/progressista, pois nenhum dos polos resiste ao processo de massificação. No limite, o que temos com Arendt é a compreensão de como a ação política, típica da esfera pública, se perde na sociedade (esfera social), e como esta por sua vez se desdobra em sociedade de massas.

Para que possamos nos munir do acervo categorial de Arendt de modo a nos aproximar do entendimento destas questões, precisaremos dar os seguintes passos: primeiramente, compreenderemos a *vita activa*, constituída pelo trabalho, pela obra e pela ação, e suas interfaces com a natalidade e a liberdade. Na sequência, buscaremos entender o sentido da política, a liberdade e a esfera pública, assim como o mundo e o senso comuns. Por fim, compreenderemos a leitura que Arendt faz da emergência da sociedade e da sociedade de massas.

Após estas primeiras aproximações, buscaremos responder à seguinte pergunta: *o que conservar para não sermos conservadores?*

1. A *vita activa*: trabalho, obra, ação

Ao conceber basicamente três atividades que caracterizam a *vita activa*, o trabalho, a obra e a ação, Arendt mostra que por mais que se queira alienar-se da *vita activa*, não é possível sair completamente dela, pois mesmo no refúgio voluntário da contemplação, “ninguém pode permanecer em estado contemplativo durante toda sua vida” (ARENDDT, 2005, p. 176). Isso quer dizer, de outro modo, que a *vita activa* “é não apenas aquela em que a maioria dos homens está engajada, mas ainda aquela de que nenhum homem pode escapar completamente” (Arendt, 2005, p. 176). Ela se define, então, como “a vida humana na medida em que está ativamente empenhada em fazer algo” (Arendt, 2010a, p. 26), isto é, trabalhar, fabricar e agir. Arendt, em uma disposição incomum, diferencia fenomênica e conceitualmente trabalho e obra. Segundo ela, há pouquíssimas manifestações claras sobre essa distinção na história do pensamento, salvo algumas referências acidentais. Mas insiste nela, pois considera a diferença fenomênica marcante. Ela infere

preliminarmente a diferenciação “de uma observação um tanto casual de Locke, que fala do ‘trabalho de nosso corpo e da obra de nossas mãos’” (Arendt, 2005, p. 179). Cada uma das três atividades corresponde a uma condição humana específica, respectivamente, a vida, a mundanidade e a pluralidade. Essas condições, por sua vez, refletem uma condição humana mais geral, que é a própria natalidade, a qual deveria ser, para a autora, a categoria central do pensamento político.

O trabalho é a atividade que tem por objetivo a manutenção da vida, entendida como vida biológica, ou seja, “corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo e resultante declínio estão ligados às necessidades vitais” (Arendt, 2010a, p. 08). O trabalho produz coisas para o consumo, que são tão imediatamente consumidas quanto as necessidades novamente se impõem tão logo satisfeitas. São “[coisas] produzidas e consumidas de acordo com o sempre-recorrente movimento cíclico da natureza” (Arendt, 2010a, p. 119), o movimento da vida e da morte. A condição humana do trabalho é a própria vida, que por sua vez consome a durabilidade de tudo que é produzido pelo trabalho. Do ponto de vista de sua duração, por estar inserido no ciclo orgânico da vida, o trabalho é igualmente cíclico, sempre-recorrente, possuindo “apenas pausas, intervalos entre a exaustão e a regeneração” (Arendt, 2005, p. 185), não possuindo começo nem fim.

A obra, ou fabricação, é atividade que condiz com a artificialidade humana, isto é, “corresponde à não-naturalidade [*unnaturalness*] da existência humana” (Arendt, 2010a, p. 08). A obra, então, não está presa ao sempre-recorrente ciclo da natureza, mas pelo contrário, produz um mundo de coisas artificiais claramente diferentes “de qualquer ambiente natural” (Arendt, 2010a, p. 08). Sua condição humana é a mundanidade, na medida em que a obra implica a construção do mundo. “O processo da fabricação é inteiramente determinado pelas categorias dos meios e do fim” (Arendt, 2005, p. 185), sendo medida por critérios de utilidade. Seu resultado, o artefato, pode ser entendido como resultado final em dois sentidos: por um lado, o produto chega ao fim no momento de sua fabricação; por outro, é um meio para a produção desse fim. Diferentemente do trabalho, por não estar subjugada às necessidades da vida, a obra não produz coisas efêmeras para o consumo, mas objetos de uso. O uso, ao invés do consumo, não é fugaz e imediatista. O uso correto de objetos da obra não os consome, não causa desaparecimento, embora os desgaste. Os artefatos produzidos pelo processo de fabricação, em infinita variedade, “dão ao mundo a

estabilidade e a solidez sem as quais não se poderia contar com ele para abrigar a criatura mortal e instável que é o homem” (Arendt, 2005, p. 183).

Nesse sentido, fica clara a necessidade de diferenciação entre mundo e natureza em Arendt. O mundo é uma construção humana, sendo que quando a autora utiliza o termo em sentido forte ela se refere ao mundo humano, na relação recíproca entre o homem que fabrica coisas e essas coisas que condicionam o homem. É no mundo de coisas feitas como obra de suas mãos que a *vita activa*, os assuntos humanos, se desenrolam. Ao ciclo vital é inerente a não-permanência, o fluxo constante, e na pura realidade natural o homem seria reduzido ao seu metabolismo com a natureza, ao mínimo denominador comum que possui com quaisquer outras espécies de seres vivos. Enquanto construtor do mundo, *homo faber*, o ser humano acrescenta à sua condição os objetos da obra que não o condicionam apenas no sentido primário de transformar o mundo (que por sua vez transforma o homem), mas também no sentido de não estarem destinados ao consumo, uma vez que os objetos da fabricação infundem durabilidade no ciclo dos efêmeros, tornando o mundo algo estável (mas não estático), no qual os homens podem se sentir em casa. Assim, ao assumir uma duradoura relação com o homem, o artefato adentra ao seu mundo e torna-se condição de sua existência. “O impacto da realidade do mundo sobre a existência humana é sentido e recebido como força condicionante” (Arendt, 2010a, p. 11). Esse caráter condicionante das coisas do mundo e essa existência condicionada do homem no mundo são complementares, pois sem tais coisas não haveria existência eminentemente humana, assim como as coisas seriam aglomerados de artefatos desconexos. Entregues a si, os objetos de uso se desintegrariam e deixariam de ser mundanos, retornando ao ciclo da natureza. Nesse sentido, para que se possa ter no mundo um lar, é preciso que ele seja minimamente confiável, ou seja, possua maior ou menor permanência (cf. Arendt, 2010a, p. 118). O mundo é confiável na medida em que nos vemos cercados de coisas cuja durabilidade e permanência são maiores que a atividade que as produziu – isto é, mais permanentes que os objetos oriundos do trabalho –, e possivelmente mais longos que o período de vida de quem as fez. Assim as coisas do mundo, para que sejam de fato mundanas, são relativamente independentes daqueles que as fazem e usam. Ou seja, a durabilidade confere-lhes a “objetividade” que as faz resistir, ‘se opor’ e suportar, ao menos por um tempo, as necessidades e carências vorazes de seus usuários vivos” (Arendt, 2005, p. 184; 2010a, p. 170). O mundo, nesse aspecto, é estabilizante da vida, e os homens podem recorrer ao mundo e restituir sua permanência na objetividade mundana. “[...] contra a subjetividade dos homens afirma-se a objetividade do

mundo feito pelo homem” (Arendt, 2010a, p. 171; 2005, p. 184), em vez de uma natureza que lhe é indiferente e que o faria tornar ao centro vital. Conclui Arendt: “Somente porque erigimos um mundo de objetos a partir do que a natureza nos dá e construímos um ambiente artificial na natureza, protegendo-nos assim dela, podemos considerar a natureza como algo ‘objetivo” (Arendt, 2005, p. 184; 2010a, p. 171). Em síntese, as coisas do mundo, provenientes da atividade da obra, ao estabilizarem o homem em um mundo objetivo, asseguram-lhe existência entre as coisas mais ou menos permanentes, sem as quais a catástrofe seria inevitável se ficassem entregues ao sempre-recorrente ciclo biológico; seria o homem reduzido ao mínimo denominador comum que guarda com as demais espécies vivas, que seria o ciclo ininterrupto do trabalho voltado a um eu inumano e sem mundo.

A ação é a única dentre as atividades que ocorrem apenas entre os homens, “sem mediação das coisas ou da matéria” (Arendt, 2010a, p. 08), e se empenha em formar corpos políticos, isto é, espaços comuns nos quais se possam gestar significações compartilhadas, além de ser o espaço para que se empreenda algo novo. O trabalho é cíclico, sem começo nem fim; a obra tem começo e fim determinados no objeto produzido; a ação tem começo definido, mas seu fim não pode ser previsto. A manifestação da ação é a fala. É pela qualidade discursiva que incidimos, quando de forma legítima, sobre os outros, sem uso de meios de violência. Ao contrário tanto do trabalho do corpo quanto da obra das mãos, que podem afastar-se dos outros para que sejam realizados, a ação só pode acontecer diante dos outros, nunca no isolamento. “Estar isolado é estar privado da capacidade de agir” (Arendt, 2010a, p. 235). A fabricação precisa estar circundada pela natureza, de onde extrai sua matéria-prima, e pelo mundo em que introduz seus artefatos. O agir e o discurso não produzem coisas permanentes e duráveis; a rigor, nem mesmo chegam a produzir algo, mas “são tão fúteis quanto a vida” (Arendt, 2010a, p. 117). Daí, para que possa firmar-se como mundana, a ação, por meio da fala, precisa ser vista, ouvida e lembrada; sem isso, simplesmente passam, não ganham materialidade e não se reificam; apenas na medida em que sua futilidade se impõe com força dignificante aos outros, é que tornam-se “feitos, fatos, eventos e modelos de pensamentos e ideias” (Arendt, 2010a, p. 117). Assim, oriunda do pensamento – a atividade mais livre do espírito, da *vita contemplativa* –, a ação, que se insere no mundo pela fala, “corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens, e não o Homem, vivem na Terra [no sentido de planeta, natureza da qual pertencem e pela qual trabalham] e habitam o mundo [dos artefatos humanos]” (Arendt, 2010a, p. 08).

A pluralidade é, para Arendt, a condição humana que se insere na complementaridade, inerente à teia de relações humanas, entre igualdade e diferença. Os homens são iguais enquanto partilham da mesma humanidade, não como essência de caráter metafísico, mas como fenômeno humano. São diferentes pelo fato de que cada qual nasce um, sempre novo e jamais é igual a qualquer outro que já existiu ou venha a existir. Isto é, os homens são iguais em sua singularidade: “No homem, a alteridade, que ele partilha em tudo o que existe, e a distinção, que ele partilha com tudo o que vive, tornam-se unicidade, e a pluralidade humana é a paradoxal pluralidade de seres únicos” (Arendt, 2010a, p. 220). A ação é o oposto do mero comportamento, pois esse, conforme denomina a autora, é a repetição continuamente reproduzível, operando-se sem distinção em indivíduos diferentes de uma mesma espécie animal. Os animais comportam-se igualmente, pois carecem de singularidade, e embora possam viver em manadas, são absolutamente iguais ao responderem automaticamente às necessidades da vida. A ação corresponde ao fato de os seres humanos não serem absolutamente comportamentais, insurgindo-se singularmente contra as leis gerais do comportamento, pois os seres humanos são não apenas distintos, mas plurais.

Obviamente, Arendt admite uma hierarquia entre essas três atividades, ocupando a ação o posto mais alto. Olhando do ponto de vista da história do pensamento filosófico, geralmente a ação não ocupa o mais alto posto, pois para a filosofia a *vita contemplativa* é sobreposta à *vita activa*. Na modernidade, quando a própria filosofia inverte essa ordem de prioridade, alocando o âmbito da vida ativa por sobre a contemplação, fá-lo pela “glorificação do trabalho” (Arendt, 2005, p. 178). Dessa forma, a autora toma sua concepção de hierarquia da vida ativa no sentido antigo da atividade pré-filosófica e pré-platônica, isto é, da experiência da *polis* grega. Aos olhos da contemplação filosófica, explica ela, “a atividade mais elevada não era a ação, mas a fabricação” (Arendt, 2005, p. 178), posto que a ação deveria produzir no campo dos assuntos humanos os efeitos daquelas essências conhecidas tão somente pela contemplação. O resultado permanente da ação, sob a forma da fabricação, era a estabilidade e a paz necessárias ao próprio ato da contemplação. No campo da filosofia antiga, *grosso modo*, *theoria* (*vita contemplativa*) se sobrepunha à *práxis* e à *poiésis*, sendo que a *práxis* poderia estar no máximo ao lado da *theoria*. À luz de Arendt, entretanto, essa *práxis* opera-se, no mesmo pensamento grego, ao modo de parte do significado de *poiésis*, uma vez que não havia indicação de uma consciência teórica que derivasse da palavra *poiésis* os conceitos de trabalho e fabricação³. De qualquer modo, na praça ou no

³Arendt inicia a seção 12 de *A condição humana*, que trata de “O caráter de coisa do mundo”, analisando o fato de o trabalho ter passado do antigo desprezo à moderna glorificação. Anteriormente, na seção 11, sob o título “O trabalho de nosso corpo e obra de

pensamento, o trabalho sempre foi, aos olhos pré-modernos, a atividade humana de mais baixo nível. Para Arendt, entretanto, esclarecidas essas distinções conceituais e fenomênicas, a ação, irreduzível ao trabalho e à obra, é a mais alta expressão da *vita activa*.

2. Natalidade e liberdade

Todas as atividades, independentemente de seu grau na hierarquia da *vita activa*, têm seu enraizamento no fato da natalidade. A vida, a mundanidade e a pluralidade são, respectivamente, condições humanas do trabalho, da obra e da ação. Todas essas condições específicas de cada atividade têm relação com o espaço entre o nascer e o morrer, que são condições humanas mais gerais: o trabalho com relação ao viver e morrer na natureza, a obra em relação ao viver e morrer no mundo, a ação em relação ao nascer e ao morrer entre os homens. Nesse ponto, é importante distinguir conceitualmente nascimento e natalidade, embora terminologicamente ambos remetam ao verbo “nascer”. Pelo nascimento se vem à vida; finda a vida, chega a morte – isso, os homens partilham com todos os seres vivos. Pela natalidade se nasce para e no mundo, espaço em que os homens vivem por entre coisas por eles criadas e entre aqueles com quem se pode agir.

Sobre essa relação entre a *vita activa* e a natalidade, diz Arendt:

Todas as três atividades e suas condições correspondentes estão intimamente relacionadas com a condição mais geral da existência humana: o nascimento e a morte, a natalidade e a mortalidade. O trabalho assegura não apenas a sobrevivência do indivíduo, mas a vida da espécie. A obra e seu produto, o artefato humano, conferem uma medida de permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano. A ação, na medida em que se empenha em fundar e preservar corpos políticos, cria a condição para a lembrança [*remembrance*], ou seja, para a história. O trabalho e a obra, bem como a ação, estão também enraizados na natalidade, na medida em que têm a tarefa de prover e preservar o mundo para o constante influxo de recém-chegados que nascem no mundo como estranhos, além de prevê-los e levá-los em conta. Entretanto, das três atividades, a ação tem a relação mais estreita com a condição humana da natalidade; o novo começo inerente ao nascimento pode fazer-se sentir no mundo somente porque o recém-chegado possui a capacidade de iniciar algo novo, isto é, de agir. Nesse sentido de iniciativa, a todas as atividades humanas é inerente um elemento de ação e, portanto, de natalidade. Além disso, como a ação é a atividade política por excelência, a natalidade, e não a mortalidade, pode ser a categoria

nossas mãos” (Arendt, 2010a, p. 98), entre aspas, ela tece considerações sobre o fato de, além das evidências fenomênicas, haver nas línguas ocidentais sempre duas palavras para designar as atividades de trabalho (*labor*) e obra (*work*), “a despeito de serem repetidamente usadas como sinônimas”. Vejamos como ela trata dessa questão, em relação com a diferença entre objetos de consumo, fruto do trabalho, e de uso: “Parece que a distinção entre trabalho e obra, que os nossos teóricos tão obstinadamente negligenciam e nossas línguas tão aferradamente conservam, torna-se realmente apenas uma diferença de grau quando não se leva em conta o caráter mundano da coisa produzida — sua localização, sua função e a duração de sua permanência no mundo. A distinção entre um pão, cuja ‘expectativa de vida’ no mundo dificilmente ultrapassa um dia, e uma mesa, que pode facilmente sobreviver a gerações de homens, é sem dúvida muito mais óbvia e decisiva que a diferença entre um padeiro e um carpinteiro” (Arendt, 2010a, p. 115-116).

central do pensamento político, em contraposição ao pensamento metafísico. (Arendt, 2010a, p. 10)

O homem, como *animal laborans* (animal trabalhador), tende a destruir o mundo, pois tudo que ele procura fazer é satisfazer vorazmente sua necessidade. O *homo faber* (homem fabricante) produz o mundo durável que empresta permanência à nossa futilidade. O homem, pela ação, inicia algo novo, funda corpos políticos, e nunca age apenas sozinho, mas em concerto, pois a ação depende dos outros. A liberdade humana baseia-se natalidade. Vale notar que a crise do mundo moderno passa pela inversão da hierarquia das atividades de trabalho, obra e ação, em favor do trabalho, proclamando a vitória do *animal laborans* que se nega a qualquer produtividade que não se vincule ao trabalho e ao consumo. “[...] no trabalho e no consumo, o homem é totalmente lançado de volta para si mesmo” (Arendt, 2008b, p. 50). Arendt considera que o século XX foi eminentemente de uma sociedade de trabalhadores, em que os “ideais do *homo faber*, fabricante do mundo, que são a permanência, a estabilidade e a durabilidade, foram sacrificados à abundância, o ideal do *animal laborans*” (Arendt, 2010a, p. 156).

Vejamos como Arendt enlaça natalidade e liberdade com a *vita activa*.

O conceito de liberdade ocupa lugar central na obra de Hannah Arendt, não por sua fecundidade teórica, mas por sua condição propriamente fenomênica. Em um mundo em crise, que segue o curso da ruína que lhe é inerente, a liberdade passa a ser a faculdade humana que nas poucas vezes em que se evidencia é capaz de salvar o mundo, pois somente “a salvação, não a ruína, vem do inesperado, pois é a salvação, e não a ruína, que depende da liberdade e da vontade dos homens” (Arendt, 2008b, p. 101). Para tratar o tema da liberdade, Arendt usa de elementos da linguagem religiosa, embora o teor não o seja. Essa linguagem política revestida de elementos religiosos é marcante no sentido de indicar, não as influências religiosas, mas o ponto no qual foi necessário transcender inevitavelmente os sentidos impostos pelas teorias políticas de cunho filosófico e científico. Também é indicativo do exato ponto em que se deve manter o otimismo em relação às atividades humanas. Ao lado da salvação, Arendt utiliza a ideia de “milagre” para compor sua compreensão sobre o fato da liberdade.

Para a autora, o termo “milagre” não deve ser entendido como de uso exclusivamente religioso. Para desmistificá-lo, ela lança mão da ideia de “infinita improbabilidade” (Arendt, 2004, p. 42; 2009, p. 218-220) no campo físico e biológico. No campo do desenvolvimento natural, ela lembra que haver um planeta Terra no universo era uma infinita improbabilidade, tal como disso

surgir a vida orgânica e, desta, o ser humano. Nesse sentido, é sim próprio falar de milagres da natureza, isto é, quando acontece algo novo “de maneira inesperada, incalculável e por fim inexplicável em sua causa, [...] justamente como um milagre dentro do contexto de cursos calculáveis” (Arendt, 2004, p. 42). Ou seja, o milagre ocorre na interrupção inesperada de uma sequência de acontecimentos. No caso do “milagre da liberdade” (Arendt, 2004, p. 43), ocorre nos eventos históricos. “Eventos, por definição, são ocorrências que interrompem processos e procedimentos de rotina” (Arendt, 2010c, p. 22). Mas a história é tão contingente quanto a capacidade humana de produzir eventos, isto é, de promover milagres políticos. Os homens realizam o milagre da liberdade na ação, e “por terem recebido o dúplice dom da liberdade e da ação” (Arendt, 2009, p. 220), podem estabelecer a sua própria realidade.

Portanto, a liberdade, enquanto milagre, tem a ver com a capacidade sempre presente de o homem iniciar algo novo. Nesse ponto, Hannah Arendt recorre à concepção de criação de Santo Agostinho, em *A Cidade de Deus*, naquela que é a citação mais aludida de toda a obra dela: “[*Initium*] ergo ut esset, creatus est homo, ante quem nullus fuit (‘para que houvesse um início, o homem foi criado, sem que antes dele ninguém o fosse’)” (Arendt, 2010a, p. 222). Aqui, a leitura arendtiana vai à liberdade como “caráter de existência humana no mundo” (Arendt, 2009, p. 216), em vez de considerá-la uma disposição íntima. Essa existência consiste em ser “um início e um iniciador” (Arendt, 2009, p. 220). A liberdade não é pensada em sentido físico ou jurídico, tampouco em liberdade para se fazer apenas o que se quiser. Trata-se de uma noção de liberdade ontologicamente fundada e fundamentada na natalidade. Cada homem é ele próprio um começo, por isso pode começar, e a cada nascimento ratifica-se a liberdade no mundo. Nesse sentido, “ser humano e ser livre são uma única e mesma coisa” (Arendt, 2009, p. 216). A concepção de liberdade aceita por Arendt é, por assim dizer, a derivação mais imediata da natalidade, sendo esta tanto fundamento ontológico quanto factual.

3. O sentido da política

Para Arendt, a crise do mundo moderno situa-se, dentre outras coisas, no caráter difuso da linha que divide o público e o privado nas condições da vida moderna, o que nos venda sua compreensão adequada. Tal como conhecemos, a *polis* grega se distingue da esfera privada, constituída pelo lar, da família, e na qual se cuida das questões de ordem econômica, das necessidades vitais, detendo o chefe da família um poder despótico sobre ela. A própria palavra

“economia” deriva da esfera privada, pois vem de *oikos*, casa, sendo as normas ou leis que regem a casa, segundo a vontade do chefe. Na concepção grega, não existe nenhum tipo de liberdade na esfera privada. No lar, seus habitantes são cativos da necessidade e submetidos ao poder do chefe. Para alcançar a liberdade, o chefe da família tem de sair de casa e estar liberado das necessidades. Essa liberação é, por sua vez, a primeira condição da liberdade mais ampla, na *polis*. A esfera privada é aquela na qual os indivíduos não aparecem à luz do público, ficando imersos na privacidade, sendo as atividades desenvolvidas, não para o mundo, mas para a manutenção da vida. É, por excelência, a esfera do trabalho. Em princípio, os assuntos privados não tinham importância pública e os assuntos públicos não intervinham na privacidade. Eram esferas independentes entre si, sendo que os direitos dos pais sobre os filhos e o poder do chefe sobre a família e os escravos não eram questionados na esfera pública.

Arendt explica a base grega de sua oposição entre público e privado:

Segundo o pensamento grego, a capacidade humana de organização política não apenas é diferente dessa associação natural cujo centro é o lar (*oikia*) e a família, mas encontra-se em oposição direta a ela. O surgimento da cidade-Estado significou que o homem recebera, “além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bios politikos*. Agora cada cidadão pertence a duas ordens de existência; e há uma nítida diferença em sua vida entre aquilo que lhe é próprio (*idion*) e o que é comum (*koinon*)” [Werner Jaeger]. Não se tratava de mera opinião ou teoria de Aristóteles, mas de simples fato histórico que a fundação da *pólis* foi precedida pela destruição de todas as unidades organizadas à base do parentesco, tais como a *phratría* e a *phyle*. De todas as atividades necessárias e presentes nas comunidades humanas, somente duas eram consideradas políticas e constituíam o que Aristóteles chamava de *bios politikos*: a ação (*praxis*) e o discurso (*lexis*), das quais surge o domínio dos assuntos humanos (*ta ton anthropon pragmata*, como chamava Platão), de onde está estritamente excluído tudo o que é apenas necessário ou útil. (Arendt, 2010a, p. 28-29)

A esfera pública, na forma grega, era a *polis*, isto é, o espaço para a política, para assuntos públicos. Mas nem todos os homens eram cidadãos. Só podiam participar das assembleias aqueles que já se vissem liberados das necessidades vitais. Comerciantes, por exemplo, por se ocuparem de coisas de ordem econômica, não eram considerados livres para a *polis*. Aquele que se decidisse pela vida na *polis* deveria dedicar-se aos assuntos da cidade, e os assuntos privados não poderiam, em princípio, intervir em suas opiniões. A forma de governo era a democracia, cuja máxima expressão foi Atenas, e sua forma de participação era direta. Livres da força coercitiva da necessidade e postos entre outros que são igualmente livres, os cidadãos iam às assembleias e cada qual discursava sobre sua opinião (*doxa*), que uma vez postas em votação, aquela que obtivesse

maioria se impunha com força de consenso. Na *polis* não se admitia violência nem coação, mas a vitória dever-se-ia à persuasão, exclusivamente pelo discurso. A esse respeito, diz Arendt:

[...] os gregos, convivendo em uma *polis*, conduziam seus negócios por intermédio do discurso, através da persuasão (*peithein*), e não por meio de violência e através da coerção muda. Consequentemente, quando homens livres obedeciam a seu governo, ou às leis da *polis*, sua obediência era chamada *peitharkhía*, uma palavra que indica claramente que a obediência era obtida por persuasão e não pela força. Os bárbaros eram governados pela violência, e os escravos eram forçados ao trabalho, e desde que ação violenta e labuta assemelham-se no fato de não exigirem o discurso para serem eficientes, bárbaros e escravos eram *áneu lógou*, isto é, não viviam uns com os outros fundamentalmente através da fala. (Arendt, 2009, p. 50)

É nessa diferenciação básica que Arendt se movimenta em sua teoria política. Não que ela proponha, em pleno século XX, que haja uma nova *polis*. O que ela percebe é que essa diferenciação das esferas da vida entrou em colapso na modernidade, e junto com ela, declinaram as experiências do homem público e o sentido de liberdade política.

Arendt encara a esfera pública basicamente de três formas: como espaço para a aparência, como mundo comum e como esfera política. Portanto, o termo “público” não é restritivo quanto ao trabalho e à obra. Mas há, em Arendt, um sentido político por excelência, pois aparência (ver e ser visto, falar e ser ouvido) e o mundo comum (no qual se pode sentir-se em casa) são imprescindíveis à ação, visto que ambos guardam íntima relação com a pluralidade.

Não apenas o homem, mas qualquer ser vivo, “depende de um mundo que solidamente aparece como a locação de sua própria aparição, da aparição de outras criaturas com as quais contracena e de espectadores que reconhecem e certificam sua existência” (Arendt, 2010b, p. 38). Isso é o que caracteriza o “público” como aparência. Assim, a aparência no domínio público é constitutiva de nossa realidade. Aquilo de nós que não aparece, tais como sentimentos, paixões, deleites e pensamentos, “levam uma espécie de existência incerta e obscura” (Arendt, 2010a, p. 61), a menos que venham a emergir, voluntariamente ou não, como elemento de aparição pública. Ao se falar em público de experiências provenientes da privacidade ou da intimidade, por mais que se perca em intensidade, assumem uma realidade no domínio público enquanto aparência, isto é, passam a existir para os outros. O público como fenômeno da aparência nos põe na “presença de outros que veem o que vemos e ouvem o que ouvimos” (Arendt, 2010a, p. 61), garantindo-nos a realidade do mundo e a nossa.

O termo “público”, com significado de mundo comum, “tem a ver com o artefato humano, com o que é fabricado pelas mãos humanas, assim como com os negócios realizados entre os que habitam o mundo feito pelo homem” (Arendt, 2010a, p. 64). O mundo comum, ao mesmo tempo em que reúne os homens em companhia dos outros, é também comum enquanto espaço de distinção, o que impede que os indivíduos percam a sua individualidade ou singularidade. O mundo comum indica que a esfera pública não é de indivíduos idênticos, mas iguais em sua singularidade, que constroem e possuem interesse no mesmo objeto, mesmo visto por perspectivas diversas. A autora utiliza o exemplo da mesa: uma obra do *homo faber* que cumpre o papel de espaço-entre, isto é, ao mesmo tempo em que separa aqueles que estão ao seu redor, como objeto do interesse comum, parte do mundo comum, relaciona-os entre si.

Ainda mais importante que os artefatos comuns do mundo, são os assuntos comuns, ou melhor, as significações compartilhadas. Para Arendt, é impossível se conhecer o mundo como é realmente se não se entendê-lo como comum a muitos. O mundo está entre eles e se mostra diferentemente a cada um, sendo compreensível apenas “na medida em que muitos falarem *sobre* ele e trocarem suas opiniões [...] uns com os outros e uns contra os outros” (Arendt, 2004, p. 60), o que possibilita o surgimento de um mundo objetivo na medida em que comumente é visto de vários ângulos. Daí resulta a identificação entre “viver-num-mundo-real e o falar-sobre-ele-com-os-outros” (Arendt, 2004, p. 60). Isso significa que a realidade do mundo comum depende inexoravelmente do senso comum.

Arendt não atrela a ideia de senso comum à de conhecimento vulgar, em nível mais baixo que os conhecimentos elaborados, tais como filosóficos ou científicos. Ao contrário, em termos políticos o senso comum é de maior valor que qualquer orientação epistemológica. Ela elabora o conceito de senso comum basicamente a partir de duas fontes: sua análise sobre a situação do senso comum entre os romanos e seu significado na filosofia política de Kant. Acerca desse último, ao responder à questão do julgamento, ou mais especificamente, à pergunta de como escolher aprovar ou desaprovar, Arendt afirma ser o critério a comunicabilidade, ou seja, o julgamento é realizado com base no mundo comum, e “a regra de sua decisão é o senso comum” (Arendt, 1993, p. 89). Portanto, para se exercer a faculdade do juízo, “julgamos como membros de uma comunidade” (Arendt, 1993, p. 93), sendo o senso comum, por consequência, um senso comunitário. O senso comum (*sensus communis*) e cada sentido individual (*sensus privatus*) são complementares, e embora o *sensus privatus* pareça totalmente incomunicável, ele está “enraizado

nesse senso comunitário e, portanto, aberto à comunicação uma vez que tenha sido transformado pela reflexão” (Arendt, 1993, p. 93). A própria terminologia kantiana, que usa as expressões em latim, é especialmente notada por Arendt. O termo latino *sensus* é vinculado aos sentidos, na expressão *sensus privatus*. Nesse âmbito, enquanto os sentidos são próprios de todos os seres que estão aparelhados pelos respectivos órgãos, o *sensus communis* é especificamente humano: é “um sentido extra – como uma capacidade extra do espírito [...] – que nos ajusta a uma comunidade”, sendo que nele se manifesta a “própria humanidade do homem” (Arendt, 1993, p. 90). Arendt carrega esse significado kantiano de senso comum por toda sua obra, como um sexto sentido que ajusta os demais sentidos ao mundo comum.

Politicamente falando, o senso comum é a base da troca de opiniões e da ação pelo discurso. O discurso depende do senso comum, pois não é meramente expressão, mas comunicação das opiniões, pois para exprimir dor ou fome não é necessário o discurso, o que, entretanto, é indispensável a qualquer perspectiva de mundo. A realidade, como visto, não pode ser compreendida sem o senso comum, pois as propriedades sensoriais não são suficientes para apreendê-la. O senso comum é o sexto sentido que nos certifica da realidade e se impõe ao sensorialmente percebido.

Acerca do significado de senso comum entre os romanos, Arendt atribui a eles o seu desenvolvimento no nível de “parâmetro mais elevado na administração dos assuntos público-políticos” (Arendt, 2008a, p. 87). Isso porque para os romanos o corpo político é estabelecido pela fundação, e, por isso, o senso comum é alimentado pela tradição. Há, então, íntima ligação entre senso comum e rememoração. “Os juízos do senso comum impostos pela tradição extraíram e preservaram do passado tudo que foi conceptualizado pela tradição e era ainda aplicável às presentes questões” (Arendt, 2008a, p. 87-88). Ou seja, a rememoração se realiza sobre o legado do mundo comum.

A esfera pública, seja enquanto espaço para a aparência seja como mundo comum, tem sua plena realização na política, mais uma vez referenciada na antiguidade grega e romana, pois considera momentos exemplares em que a atividade política teve atribuídas maiores consideração e dignidade. Arendt explica que a organização política não se distingue do lar e da família apenas em nível, mas também em sentido, pois está em oposição direta à esfera privada. A *bios politikos* não é mero desdobramento da vida. Aquilo que é próprio (*idion*) e aquilo que é comum (*koinon*) pertencem a duas ordens opostas de existência. O cidadão, com o surgimento da cidade-Estado,

não é constituído de duas dimensões da mesma vida, mas passa a ter duas vidas: uma natural, outra política. Somente duas atividades, dentre todas as que podem ser consideradas comunitárias, merecem a dignidade da *bios politikos*: a ação (*práxis*) e o discurso (*lexis*). Assim, o domínio público só é propriamente político quando em atividades que excluem a necessidade, portanto o trabalho, e a utilidade, isto é, a obra. Ação e discurso constituem, então, o “domínio dos assuntos humanos” (Arendt, 2010a, p. 29), à medida que a ação é a única atividade que se dá entre homens e sem mediação de artefatos.

Mas qual é o sentido da política? Qual sua razão de ser? O sentido ou a *raison d'être* da política é a liberdade (cf. Arendt, 2009, p. 192; 2004, p. 38), e “seu domínio de experiência é a ação” (Arendt, 2009, p. 192). Até agora, abordou-se a liberdade vinculada à possível novidade presente em cada nascimento. Essa primeira aproximação era preliminar. Deter-se-á um pouco nas noções de liberdade e da ação sob o aspecto da experiência política.

Para Arendt, como vimos, a ação é a mais elevada das atividades da *vita activa*. Ao contrário do trabalho e da obra, ela “jamais é possível no isolamento” (Arendt, 2010a, p. 235), precisando da presença dos outros. Isso porque, do ponto de vista político, possuir o dom da liberdade pelo nascimento não torna o indivíduo livre, e essa liberdade precisa se manifestar em um espaço politicamente organizado, “no qual cada homem livre poderia inserir-se por palavras e feitos” (Arendt, 2009, p. 194). Essa inserção é a ação. A liberdade surge simultaneamente à ação que a realiza. “Os homens *são* livres [...] enquanto agem, nem antes, nem depois; pois *ser* livre e agir são uma mesma coisa” (Arendt, 2009, p. 199), residindo nisso a identificação entre liberdade política e ação. A *polis* é loquaz nesse sentido, pois configura uma comunidade política cujo objetivo é “servir aos livres” (Arendt, 2009, p. 201) e cujo sentido é o estabelecimento e a manutenção de um espaço adequado ao aparecimento da liberdade, entendida como virtuosismo.

Há, ao menos, três entendimentos de liberdade que a autora confronta para insistir na necessidade de um espaço para a política no qual se possa agir e ser efetivamente livre: a concepção de liberdade interior, a liberdade como sujeição aos outros, e a ideia de liberdade como liberdade da política. Após o declínio da *polis*, na Antiguidade tardia, a interioridade surge como região do eu em que aqueles que não podem mais experimentar a liberdade na esfera política se refugiam da coerção externa. “[...] o homem nada saberia da liberdade interior se não tivesse antes experimentado a condição de estar livre como uma realidade mundanamente tangível” (Arendt, 2009, p. 194). Contra o argumento da liberdade interior, há o fato de ter sido a liberdade um

atributo do homem livre: primeiramente respondendo à condição de liberação do jugo da necessidade e, em segundo lugar, condicionado à companhia dos outros que estivessem no mesmo estado. A liberação da necessidade capacitava o indivíduo “a se mover, a se afastar de casa, a sair para o mundo e a se encontrar com outras pessoas em palavras e ações” (Arendt, 2009, p. 194), no espaço público comum. Daí, para Arendt, a liberdade não pode ser atributo daqueles que dominam os outros, pois estes não estão postos diante dos outros como iguais, e, nesse sentido, a relação de domínio e obediência, mesmo em público, não é política nem é ação. A coisa política está centrada na liberdade, sendo esta entendida tanto em sentido negativo quanto positivo: “negativamente como o não-ser-dominado e não-dominar, e positivamente como um espaço que só pode ser produzido por muitos, onde cada qual se move entre iguais” (Arendt, 2004, p. 48). Ação e liberdade dependem da presença dos outros enquanto pares, não sendo a liberdade imediata à liberação. Em sentido grego, “o tirano, o déspota e o chefe de família – mesmo que fossem totalmente libertos e não se sujeitassem a ninguém – *não eram livres*”⁴ (Arendt, 2011, P. 59, grifo meu; cf. 2009, p. 144). No tocante à liberdade como liberdade da política, Arendt situa correntes do século XVII e XVIII, em especial a vertente contratualista de Hobbes, que equacionava o conceito de liberdade com segurança, em vez de ação, defendendo o abrir-se mão da liberdade pela segurança da vida contra a morte violenta, portanto, abdicando da ação em nome do processo vital subjugada à lógica da necessidade, sendo essa fenda entre liberdade e política ampliada pelas ciências sociais e políticas surgidas nos séculos XIX e XX, na medida em que tornam o governo, visto na fase inicial da Era Moderna como detentor do monopólio do político, em protetor dos interesses sociais e individuais (cf. Arendt, 2009, p. 196).

4. A esfera social e a perda do mundo e do senso comuns

Para se compreender a perda do senso comum em Hannah Arendt, é preciso percorrer mais um pouco sua obra, pois, para ela, a falência desse senso alcança o ápice na sociedade de massas.

⁴Arendt continua esse argumento explicando que tanto o tirano quanto o déspota e o chefe de família destroem o espaço no qual poderiam ser livres para agir: “O ponto central da equivalência que Heródoto estabelecia entre liberdade e não domínio era que o próprio dominante em si não era livre; ao assumir o domínio sobre outros, ele se privava daqueles pares em cuja companhia seria livre. Em outras palavras, ele havia destruído o próprio espaço político, daí resultando que não restara liberdade, nem para si, nem para os submetidos a seu domínio. A razão dessa insistência sobre o vínculo entre liberdade e igualdade no pensamento político grego repousava no fato de que a liberdade era entendida como um traço que se manifestava apenas em algumas atividades humanas, e não, de maneira alguma, em todas elas, e que essas atividades apareceriam e seriam reais somente quando fossem vistas, julgadas e lembradas por outros. A vida de um homem livre exigia a presença de outros. A própria liberdade, portanto, exigia um lugar onde as pessoas pudessem se reunir — a agora, a praça ou a pólis, o espaço político propriamente dito” (Arendt, 2011, p. 59).

Para tanto, deve se entender como a autora vê a ascensão da esfera social e sua sobreposição às esferas pública e privada, até que se atinge o ponto da sociedade de massas. Melhor dizendo, o que Arendt chama de “esfera social” é um misto de sociedade e sociedade de massas, as quais são, *grosso modo*, etapas historicamente datadas e sucessivas de uma única esfera de atividades humanas de características pseudopúblicas, no sentido de que, embora coletiva e em circunstância de aparência, limita as possibilidades da ação política.

Arendt vê a necessidade de se distinguir a eclosão da esfera social, própria da era moderna, da confusão terminológica entre os termos “político”, que dá sentido forte ao termo “público”, e o termo “social”, pois esta confusão é mais antiga, ocasionada pela tradução do *zoon politikon* de Aristóteles por *animal socialis* de Sêneca, e posterior fusão conceitual de Tomás de Aquino: “*homo est naturaler politicus, id est, socialis* (‘o homem é, por natureza, político, isto é, social’)” (Arendt, 2010a, p. 27). Ela interpreta que o uso da palavra “social”, de origem romana, indica que o sentido original da experiência da *polis* havia se perdido, pois ao termo “social” não havia equivalente nem na língua nem no universo intelectual grego. Para ela, o significado político de *societas* era limitado em relação à semântica grega: “indicava uma aliança entre pessoas para um fim específico, como quando os homens se organizavam para dominar outros ou para cometer um crime” (Arendt, 2010a, p. 28). Para o sentido grego, viver entre os outros em comunidades políticas, como *zoon politikon*, corresponde àquela segunda natureza em que se pode exercer a liberdade; já o *animal socialis* estaria vinculado à associação no âmbito ainda da primeira natureza, que para o grego se resolvia no lar. Assim, conclui Arendt, a conotação de social aos olhos gregos não é fundamentalmente humana, pois a “companhia natural, meramente social, da espécie humana era vista como uma limitação imposta a nós pelas necessidades da vida biológica” (Arendt, 2010a, p. 28), o que o animal social humano compartilha com demais animais.

Essa confusão terminológica vem da Antiguidade, assim como o equacionamento teórico entre esfera política e social. Mas isso não era tão problemático na Antiguidade e no Medievo, quanto se tornou na Era Moderna, pois nos períodos pré-modernos os domínios da família e da política sempre estiveram factualmente separados. Na Idade Moderna, a esfera social eclode como uma esfera que não é nem privada nem pública, sendo o Estado nacional sua forma política. O surgimento da esfera social ocorre em termos da sociedade, no sentido de “boa” sociedade. Arendt não desenvolve sistematicamente seu surgimento, mas para ela a sociedade surge nos séculos XVIII e XIX “provavelmente das cortes europeias do período absolutista” (Arendt, 2009, p. 251),

a exemplo da Corte de Luís XIV, que ao reunir a nobreza francesa no palácio de Versalhes a transformou em cortesã, reduzindo-a a “insignificância política” (Arendt, 2009, p. 251), pelo envolvimento de seus membros em mesquinhas contendas privadas.

Essa caricatura originária, entretanto, embora ilustrativa, não encerra o significado político do que Arendt chama de sociedade. Por trás das linhas caricaturais, ela percebe a emergência de um complexo cruzamento de novos formatos organizacionais e comportamentais, alinhados a um novo fundamento epistemológico. Ela vê que o formato do Estado-nação tornou-se uma proto-família, em que o campo político se desfigurou em administração de problemas que outrora eram exclusivos da esfera privada. Assim, o termo “sociedade” aufere o significado de “conjunto de famílias economicamente organizadas de modo a constituírem o fac-símile de uma única família sobre-humana” (Arendt, 2010a, p. 34)⁵. Sua forma política é a “nação”, e seu fundamento epistemológico (ou, nas palavras de Arendt, seu “pensamento científico”) é a economia nacional, ou economia política, o que já demonstra o nível de assimilação de esferas antes contraditórias. Isso significa que a sociedade opera uma profunda transformação nas tradicionais esferas privada e pública, de modo a promover o alargamento do privado, o que, em vez de elevar o privado à dignidade do domínio público, retira a dignidade do público, pois este se vê minguado. Com tal alargamento, “a grandeza [da esfera pública] cedeu lugar ao encanto” (Arendt, 2010a, p. 64), uma vez que o domínio público não pode ser encantador, pois em sua vastidão o irrelevante não pode ser abrigado. No plano do governo, este foi substituído pela burocracia, o governo de ninguém, que supostamente (des)encarna a “opinião única da sociedade educada dos salões” (Arendt, 2010a, p. 49). A política tornou-se uma função na sociedade.

Mas o que para Arendt é decisivo para a vitória da sociedade tanto sobre a política quanto sobre o lar, é que ela exclui ação em todos os níveis, substituindo-a pelo comportamento. “A ação espontânea ou a façanha extraordinária” (Arendt, 2010a, p. 49) são substituídas pelo comportamento padronizado por regras normalizadoras, o que equivale a uma substancial mudança também na concepção de igualdade. Enquanto a igualdade política estava atrelada à possibilidade do empreendimento imprevisível, portanto, na distinção, a igualdade da sociedade

⁵Arendt relaciona a questão do surgimento da sociedade como grande família ao concomitante declínio da família, nos seguintes termos: “Nesse particular, pouco importa se uma nação se compõe de iguais ou desiguais, pois a sociedade exige sempre que os seus membros ajam como se fossem membros de uma enorme família que tem apenas uma opinião e um único interesse. Antes da moderna desintegração da família, esse interesse comum e essa opinião única eram representados pelo chefe do lar, que comandava segundo essa opinião e esse interesse, e evitava uma possível desunião entre os membros da família. A notável coincidência da ascensão da sociedade com o declínio da família indica claramente que o que ocorreu, na verdade, foi a absorção da unidade familiar por grupos sociais correspondentes” (Arendt, 2010a, p. 48).

transpôs a diferença para o domínio unicamente privado e criou um falso domínio público no qual impera o comportamento segundo a normalidade. “O que importa é esse equacionamento com a posição social, e é irrelevante se se trata da efetiva posição na sociedade semifeudal do século XVIII, do título na sociedade de classes do século XIX, ou da mera função na atual sociedade de massas” (Arendt, 2010a, p. 49). A esse comportamento social que prescinde do senso de ação, Arendt dá o nome de “conformismo”. Ele está tanto na base da ideia moderna de igualdade como na base da ciência da economia, que surgiu concomitante à sociedade e se tornou “a ciência social por excelência” (Arendt, 2010a, p. 51) à medida que os homens “tornaram-se seres sociais e passaram a seguir unanimemente certos padrões de comportamento” (Arendt, 2010a, p. 51), ao ponto de serem passíveis de medição pela estatística, maior instrumento técnico da economia. Isto é, somente quando a sociedade fez do homem um ser de comportamento em grande medida previsível ou conformista, o que dá no mesmo, é que a economia como ciência conseguiu se firmar sobre a esfera pública, normatizando-a como uma grande casa.

Como se pode inferir do dito acima, Arendt entende que a sociedade, ou melhor, a esfera social, passa ao menos por três estágios: sociedade semifeudal (século XVIII), sociedade de classes (século XIX) e sociedade de massas (século XX). No último, a ciência da economia é sucedida por outro modelo científico que Arendt chama de “ciências do comportamento”. Para a teórica, a economia tem alcance limitado na imposição de padrões de comportamento, tendo tal poder sobretudo frente àqueles estratos mais abastados da população, que formam a boa sociedade (cf. Arendt, 2009, p. 251). Com o surgimento da sociedade de massas, vários grupos sociais são condensados em uma única sociedade; na era de massas, após três séculos de desenvolvimento, a sociedade alcançou “o ponto em que abrange e controla, igualmente e com igual força, todos os membros de uma determinada comunidade” (Arendt, 2010a, p. 50). O surgimento e o estabelecimento das ciências do comportamento, da “pretensão onibrangente das ciências sociais [...] [de] reduzir o homem como um todo, em todas as suas atividades, ao nível de um animal comportado e condicionado” (Arendt, 2010a, p. 55), demonstram que a fase final dos desdobramentos da sociedade de massas se dá quando ela atinge todas as camadas da nação e o comportamento social atingiu o *status* de referência a todos os setores da vida, incluindo os âmbitos da *vita activa*. Na passagem da sociedade à sociedade de massas, o comportamento social se impõe com maior força aos indivíduos, pois não há vias de escape para outro estrato da população que não seja massificado, tornando o conformismo um traço característico da psicologia

do homem de massa. O mundo moderno assistiu à inversão da hierarquia no âmbito da *vita activa* em favor do trabalho, o que fez desse mundo uma sociedade de trabalhadores. O comportamento social generalizado é o trabalho, sendo que o homem de massa aliena-se do mundo. Arendt caracteriza a psicologia do homem de massa da seguinte forma: sua solidão [*loneliness*], sua estabilidade e falta de padrões (que se resume ao trabalho e ao consumo), sua capacidade de consumo aliada à inabilidade para julgar, seu egocentrismo e alienação do mundo (cf. Arendt, 2009, p. 150-151).

Os traços psicológicos do homem de massa já estavam presentes no homem da sociedade, sendo a diferença entre o comportamento social e o de massa uma questão numérica. Mas Arendt concebe que haja sociedades de massas em países que não passaram pelo estágio inicial da sociedade. O termo *massa* possui um significado bastante específico, constitutivo propriamente do mundo moderno, pois não está fundamentado apenas no número de indivíduos, distinguindo-se assim das multidões de períodos anteriores (cf. Arendt, 2008b, p. 422). O que diferencia multidão e massa é que na última, além do dado quantitativo, não há interesses comuns a unir os indivíduos. Portanto, “as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes” (Arendt, 1989, p. 361). Em situação de massa, o mundo comum perde a capacidade tanto de congregar e relacionar pessoas, isto é, deixa de ser um espaço comum, quanto de separá-las, no sentido de distingui-las politicamente com respeito à singularidade. Falando mais precisamente, o mundo comum não mais se sustenta. Sem ele como garantia de distinção, a sociedade de massas faz com que os indivíduos se comportem como se fossem parte de uma única família, “cada um a multiplicar e prolongar a perspectiva do vizinho” (Arendt, 2010a, p. 71). É nesse sentido que se faz mais audível o alargamento do privado, pois “privado” tem originalmente o sentido de “privativo”, em oposição ao público: quem vive por completo de forma privada está privado da realidade em que pode ver e ser visto, do mundo comum, de realizações por palavras e feitos, permanecendo numa esfera ínfima, na qual não tem importância para os outros. Ou seja, está “privado de coisas essenciais a uma vida verdadeiramente humana” (Arendt, 2010a, p. 72). Sem um mundo comum, o homem de massa se torna completamente privado, mas o alargamento do privado, além de findar com experiências substancialmente públicas, não significa que resguarda o lar privado, apenas que a lógica do lar atinge o estatuto de público. A esfera privada é também destruída, pois seus membros deixam de se comportar conforme a vontade de um chefe, e assumem um comportamento social, sendo bombardeados por

conhecimentos peritos que ensinam e cobram de cada qual o comportamento conforme sua função familiar. A esse respeito, Arendt (cf. Arendt, 2010a, p. 48) observa a coincidência entre a ascensão da sociedade e o declínio da família, considerando tal declínio o ponto em que a segunda é absorvida pela primeira, a grande família social. A esfera social, sua ascensão na sociedade e sua consolidação na sociedade de massas, acaba por provocar o desaparecimento tanto da esfera pública, por ter se tornado função da esfera privada, quanto da esfera privada, por ter se tornado o único interesse comum. O declínio do mundo comum, por sua vez, mina o senso comum. Uma característica das massas é que, em sua atividade única de comportamento ao ritmo do trabalho e do consumo, é o contínuo trânsito. Não se veem espaços para a troca de ideias e construção de significações compartilhadas. O senso comum é frequentemente substituído pela vaga ideia de opinião pública.

Considerações finais: o que conservar para não sermos conservadores?

Ao observar a onda conservadora que toma as ruas, quase que imediatamente somos impelidos a tomar posição entre direita e esquerda (como se estes opostos ainda fizessem algum sentido), entre “coxinha” ou “petralha”, sem que examinemos o fato de haver problemas de natureza política que antecede a “bateção” de panelas. E o problema central é o “conformismo”, o mero comportamento padronizado que prescinde ao senso de ação; traço do homem de massa, para quem a complexidade da vida e dos assuntos humanos consiste em trabalhar e consumir em estado solidão tão organizada que falta mesmo aquela unidade mínima que corriqueiramente chamamos de senso comum, relegando a políticos e economistas profissionais assuntos sobre os quais todos deveriam tomar parte.

Após nos apropriarmos das categorias do pensamento de Hannah Arendt, não é preciso muita astúcia para se concluir que a onda “conservadora” é, na verdade, “conformista”. Tão maior é a indignação do povo com um governo (composto por muitos corruptos, assim como todos que o antecederam), quanto mais o consumo é afetado. Esse é o contexto no qual as perigosas opiniões das camadas mais ricas (a dita boa sociedade), sejam travestidas de linguagem técnico-científica, sejam escancaradas em toda sorte de preconceitos, passam a fazer sentido às massas e a insuflá-las o ódio.

À luz de Arendt, há coisas que precisam ser conservadas, em respeito às condições humanas, especialmente a natalidade, para que se possa fugir ao conformismo: criar mais espaços públicos de decisão e reforçar a participação popular, a fim de que se exercite continuamente a ação, e que tal senso de ação possa concorrer com o comportamento; reconhecer o valor político do senso comum (ou bom senso), preâmbulo da ação e vacina coletiva contra os juízos ideológicos dos especialistas; afirmação da pluralidade, da distinção, por meio da aparição e da ação na esfera pública; etc.

Se nem mesmo Arendt ousou ser prescritiva (pois a prescrição é, a rigor, uma contra-ação), não será aqui que o faremos. Mas se fossemos arriscar, decerto é a liberdade, a espontaneidade, a capacidade de empreender algo novo e inusitado, o *initium* presente em cada recém-chegado, aquilo que deve ser preservado e conservado com todas as nossas forças. Pois na solidão, ainda que envoltos em uma massa de pessoas, não somos nem podemos ser livres.

Referências Bibliográficas

- ARENDT, Hannah. *Sobre a Revolução*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.
- _____. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Revisão técnica: Adriano Correia. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Univesitária, 2010a.
- _____. *A vida do espírito*. Trad. Cesar A. Almeida, Antônio Abranches, Helena Martins. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010b.
- _____. *Sobre a violência*. Trad. André Duarte. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010c.
- _____. *Entre o Passado e o Futuro*. Tradução Mauro W. Barbosa. 6. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- _____. *A Promessa da Política*. Trad. Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Difel, 2008a.
- _____. *Compreender: formação, exílio e totalitarismo* (ensaios 1930-1954). Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2008b.
- _____. "Trabalho, obra, ação". Trad. Adriano Correia. In: *Cadernos de Ética e Filosofia Política*. n° 7, p. 175-201, 2005.
- _____. *O que é política*. Compilação de Ursula Ludz. Trad. Reinaldo Guarany. 5. Ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004.
- _____. *Lições sobre a filosofia política de Kant*. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- _____. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras: 1989.

SOBRE O DISCURSO CONSERVADOR: DO REDUCIONISMO DOGMÁTICO AO CETICISMO METODOLÓGICO

Thiago Rodrigues

Resumo: A partir da chave da reflexão filosófica, mais especificamente do ceticismo pirrônico, objetiva-se com este artigo ressaltar a necessidade de se assumir uma postura antidogmatizante a fim de evitar o reducionismo dogmático implicado em grande parte do discurso conservador. Nesse sentido torna-se imperativo compreender a reflexão filosófica como uma atividade, em outros termos, como uma prática teórica. Para tanto adotar-se-á a análise de algumas falácias argumentativas correntes no registro do discurso conservador como estratégia argumentativa. Decorre daí o recurso ao ceticismo pirrônico, no registro em que Porchat se apropria dessa teoria, como alternativa necessária aos abusos do discurso dogmático.

Palavras-chave: Filosofia, Ceticismo, Dogmatismo, Falácia, Antidogmatismo.

Abstract: From the key of philosophical reflection, specifically the Pyrrhonian skepticism purpose is to achieve with this article redeem the need to assume a posture no-dogmatic to avoid the implicated dogmatic reductionism in much of the conservative discourse. In this sense it is imperative to understand the philosophical reflection as an activity, in other words, as a theoretical practice. For that, will be adopted the analyze some current argumentative fallacies in conservative speech record as argumentative strategy. It follows the use of Pyrrhonian skepticism in the record where Porchat appropriates this theory as an alternative needed to dogmatic speech abuses.

Keywords: Philosophy, Skepticism, Dogmatism, Fallacy, Anti-dogmatism.

Todo estudante de filosofia aprende logo nas primeiras aulas que certo anti-dogmatismo é imprescindível ao estudo filosófico. O ceticismo metodológico empregado por Descartes em suas Meditações metafísicas constitui página central àqueles que pretendem desenvolver uma

* Doutorando e mestre em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Professor e Coordenador do curso de Pós Graduação em Filosofia e Pensamento Político Contemporâneos do Centro Universitário Assunção (UNIFAI – SP).

abordagem filosófica. Não é possível adentrar no universo da filosofia se adotamos passivamente como certas – verdadeiras – as palavras de nossos mestros. Já dizia Nietzsche, “retribui-se mal a um mestre, continuando-se sempre apenas aluno” (Nietzsche, 1995, p. 20).

No entanto, todo estudante de filosofia sabe também da importância de se estudar nossa herança filosófica. Não se faz filosofia sem o estudo da história da filosofia, mesmo que a atividade filosófica não se reduza aos estudos historiográficos. Não se pode contestar Kant, por exemplo, sem ao menos compreender sua filosofia. E compreender a filosofia kantiana significa também localizá-la no devir filosófico. Desse modo a história da filosofia, no registro da produção brasileira, surge contra certa produção diletante que imperava até então. Sabemos, portanto, da necessidade do estudo sistemático e metódico dos autores que compõem a tradição do pensamento filosófico⁶.

Torna-se imperativo então ressaltar a distinção entre a história da filosofia e a atividade filosófica⁷. É Kant também, na *Crítica da Razão Pura*, que alerta para a diferença entre filosofia e filosofar. Nesse sentido:

Pode-se apenas aprender a filosofar, isto é, a exercer o talento da razão na aplicação dos seus princípios gerais em certas tentativas que se apresentam, mas sempre com a reserva do direito que a razão tem de procurar esses próprios princípios nas suas fontes e confirmá-los ou rejeitá-los (Kant, 2001, p. 673).

Sendo assim, devemos conhecer as fontes históricas, mas cabe ao exercício da razão confirmá-las ou rejeitá-las, ou seja, a atividade filosófica se caracteriza por um exercício da razão. O que se entrevê aqui é a recusa de todo recurso ao princípio de autoridade como uma forma de fuga ao pensar, no sentido em que fala Hannah Arendt.⁸ Não se faz filosofia aderindo passivamente a uma corrente de pensamento ou a uma retórica inflamada. Desse modo, a atividade filosófica exige o exercício da razão. Em outras palavras, filosofar é adotar certa abordagem metodológica baseada na investigação, o que leva aquele que se aventura nessa jornada a averiguar os dogmas

⁶Aqueles que queiram se aprofundar nesta discussão recomenda-se o instigante livro de Paulo Arantes, *Um Departamento Francês em Ultramar*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

⁷Não se objetiva aqui adentrar na já esgarçada querela entre a perspectiva hegeliana e a kantiana, como se se tratasse de abordagens antagônicas e excludentes, ao contrário, tomamos como ponto pacífico o necessário imbricamento dessas duas perspectivas.

⁸Pensamos aqui na distinção proposta pela autora em *A Vida do Espírito* entre *conhecer e pensar*, sendo, *grosso modo*, o primeiro a busca da verdade, e o segundo a construção de sentido. Desse modo, embora isso não seja desenvolvido aqui, o exercício filosófico exige essas duas dimensões propostas por Hannah Arendt.

estabelecidos, e a refletir afim de alcançar suas próprias conclusões para além de toda orientação dogmática.

Durante séculos o *magister dixit* fez do apelo a autoridade a regra do discurso dogmático, isto é, se o “mestre disse”, logo, não se questiona. Durante a Idade Média, por exemplo, apelava-se ao *magister dixit* que, no caso, se referia à filosofia aristotélica, para impor fim a qualquer divergência possível. É inconteste que muitos dos representantes do discurso conservador na contemporaneidade lançam mão da retórica dogmática como forma de legitimar suas teses. Ora, nada mais contrário ao pensamento filosófico.

Desde Platão – filósofo epistemologicamente dogmático –, que o recurso a retórica é combatido. Aquele que faz uso do discurso inflamado e vazio como única forma de legitimar seu pensamento não pode ser considerado um pensador. E aquele que adere passivamente às suas teses tão pouco. Ouvimos reverberar aqui o *sapereau de kantiano*, ousa saber, ousa fazer uso do próprio entendimento contra todo e qualquer recurso à autoridade⁹. É preciso pensar por conta própria e se questionar sobre a validade de todo discurso que se apresenta como filosófico.

Isso posto, estamos prontos para tomar como ponto de partida certo discurso corrente na contemporaneidade que exige esses dois erros crassos que contraditam o pensamento filosófico e que foram descritos acima, quais sejam: aceitar passivamente as palavras de seus mentores ou tutores intelectuais; não se prontificar a buscar respaldo na história da filosofia, afinal não devemos reinventar a roda todas as vezes que buscamos pensar sobre algo.

Tomemos alguns exemplos concretos. O suposto maniqueísmo que se apresenta no discurso da maior parte daquilo que ficou conhecido como a nova direita brasileira. De pronto percebemos um recurso retórico simples, o apelo à redução disjuntiva¹⁰, uma técnica básica de manipulação retórica. Recurso que reduz a argumentação a apenas duas opções possíveis (ou isto ou aquilo, não há outra opção).

Ora, não é preciso muito esforço para perceber que esta tese é de um reducionismo atroz, a realidade não se limita a este maniqueísmo simplista. Por exemplo, a tese que diz: “ou se diminui a idade penal ou colabora-se com a impunidade”. É evidente que este reducionismo maniqueísta é falacioso, pois existem diversas nuances possíveis entre essas duas posições antagônicas.

⁹Conferir Kant em *Resposta à pergunta: Que é o esclarecimento?* Vide referências bibliográficas.

¹⁰Falácia lógica também conhecida como “falso dilema” ou falácia do terceiro excluído.

Ou seja, colocado desta forma o problema parece oferecer apenas duas opções possíveis (ou isto ou aquilo), quando na realidade o problema é muito mais complexo, desse modo dissimula-se todas as outras alternativas, inclusive minimizando a responsabilidade daqueles que deveriam implantar políticas públicas preventivas no que concerne ao problema da violência.

Nossa hipótese fundamental é que por detrás desta técnica retórica, e de outras semelhantes, esconde-se uma postura autoritária que impossibilita o livre exercício da razão, em outras palavras, aquele que se diz portador da verdade exige de seus seguidores que abandonem sua capacidade crítica e aceitem suas teses, por mais absurdas que sejam.

Certa feita, um seguidor¹¹ de um desses líderes carismáticos do pseudo-pensamento conservador¹², disse que estava “fundamentado na verdade e que não se afastaria deste caminho [...]” É sintomático notar a proximidade entre o que é dito e o recurso ao dogma de fé exigido pelo discurso religioso. Quando falamos de filosofia não se trata de uma adesão incondicional ao dogma de determinado autor. Se assim agimos, já não estamos no registro do pensar. É Santo Agostinho que, ao tratar da fé religiosa, fala da necessidade de evitarmos uma postura protecionista, a fé exige o exercício da fé. Contraditoriamente, a crítica rasteira aos perigos da fé proferida em abjetos discursos pretensamente progressistas, esconde o desejo de uma adesão dogmática ao que é dito.¹³ A retórica do discurso dogmático exige a aceitação acrítica da tese defendida. *Se ipse dixit*, então é verdade.

Um último instrumento retórico corrente que cabe destacar – dentro desse discurso conservador mais rasteiro¹⁴ – é quando se constrói uma caricatura de um conceito ou do pensamento de determinado autor, para depois criticá-los. Ora, quando isso ocorre, o que é criticado é a caricatura e não o pensamento do autor! Por exemplo, se digo que determinado autor defende a pena de morte e, para tanto, lanço mão de um argumento que o raciocínio do autor não corrobora, para depois criticá-lo, logo, o que é criticado não corresponde as ideias do autor, mas àquilo que projetei sobre elas.

¹¹Atentemos, se auto-intitula seguidor, logo, não faz uso do próprio entendimento. Subordina-se a figura do tutor, tal como diria Kant.

¹²Cabe ressaltar que nossa crítica se dirige a parte daquilo que foi chamado de discurso conservador, justamente aquela que se enquadra nestes elementos destacados até aqui, o que não implica que todo discurso conservador se configure como pseudo-pensamento.

¹³Note-se que afirmar que determinado discurso é dogmático não implica em dizer que seu opositor também o seja, temos aqui outro mecanismo retórico corrente em certo discurso conservador, afirmar que determinado político é corrupto não implica que seu opositor não o seja, mas quando se suprime esta proposição o leitor é induzido a pensar que ele não o é pelo simples fato de se apresentar como o delator.

¹⁴Vide nota de número 6.

Desse modo induzo o leitor a crer que o autor disse algo que na realidade não foi dito. Tomemos um exemplo mais corrente, quando se diz: “todo e qualquer programa político de cunho social deve ser combatido, pois está assentado na extinção da propriedade privada”. Sem considerar os equívocos de toda generalização reducionista, vemos claramente que aquilo que é dito deriva de uma distorção caricata das políticas sociais, no entanto induz o leitor mais incauto a aceitar passivamente como verdadeira a tese criticada¹⁵.

Ao que se propõe aqui, esses exemplos bastam para justificar a defesa do ceticismo metodológico como condição de possibilidade ao exercício filosófico. É pressuposto, por consequência, o entendimento da filosofia como um tipo de atividade investigativa. Visando corroborar esta tese, é pertinente uma breve apresentação da abordagem cética afim de defender a postura anti-dogmatizante como prerrogativa necessária ao bem pensar. Para tanto tomaremos como referência algo do ceticismo pirrônico revisitado pelas análises de Oswaldo Porchat Pereira, sobretudo em *A Filosofia e a Visão Comum de Mundo*.

Lembremo-nos da célebre oposição levantada pelo intelectualismo clássico – sobretudo Sócrates, Platão e Aristóteles – entre a *dóxa* e a *alétheia*, isto é, entre a aparência e a verdade. Está implícito aqui a existência da verdade em oposição ao erro, por consequência, cabe ao filósofo buscar a Verdade universal para além das transitórias certezas particularidades, desse modo a história da filosofia se constitui pela coleção das tentativas dogmáticas de oferecer uma resposta Universal aos problemas fundamentais da existência e do mundo. É desse modo que a tradição filosófica condena à marginalidade aquilo que ficou conhecido como sofística.

Deriva daí, então, o lugar secundário que todas as correntes de orientação céticas de pensamento receberam no decorrer da história do pensamento. Assim, quando falamos da história do pensamento filosófico, é “imediatamente evidente que essa história é, não a história do conflito entre dogmatismo e anti-dogmatismo, mas, precípua e essencialmente, a história das filosofias dogmáticas” (Pereira, 1981, p. 12). Existe, portanto, uma pluralidade de sistemas filosóficos e todos eles igualmente reivindicam Verdade.

Deriva deste quadro a clássica constatação cética da impossibilidade de qualquer discurso em se afirmar como detentor absoluto da Verdade, instaura-se, desse modo, o “conflito insuperável das filosofias dogmáticas” (Pereira, 1981, p. 11). É justamente a partir desta constatação que

¹⁵Falamos de alguns dos recursos retóricos (falácias) recorrentes dentro do discurso de parte da assim chamada nova direita, no entanto poderíamos de pronto elencar uma série de outros recursos igualmente frequentes, por exemplo: causa questionável; apelo ao medo; generalização apressada; apelo a ignorância; culpa por associação; apelo à multidão; *ad hominem* (retomaremos esta falácia ao final do texto); raciocínio circular (tautológico); “Todo pela parte; parte pelo todo”; etc.

defendemos aqui, com Sexto Empírico, a necessidade de adotarmos “a suspensão cética do juízo” (Ibidem) [epokhé] como condição necessária ao exercício da filosofia.

Ecoam imperativas as palavras de Protágoras na letra de seu delator, Platão:

Insisto em que a Verdade é tal como a escrevi, a saber: Cada um de nós é a medida do que é e do que não é, e que um dado indivíduo difere de outro ao infinito, precisamente nisto de serem e de aparecerem de certa forma as coisas para determinada pessoa, e de forma diferente para outra. (Platão, Teeteto, p.28).

Ora, ao se deparar com a constatação de que “a qualquer tese filosófica se pode opor uma outra tese filosófica, de igual força persuasiva e contrária à primeira, de modo que não haveria como aceitar nenhuma das duas” (Smith, 2004, p. 8). Então, o filósofo cético chega à conclusão de que é preciso suspender seu juízo, mesmo que provisoriamente. Desse modo o que vemos nas palavras de Protágoras é que “proposições umas com as outras conflitantes e incompatíveis se lhes propunham à aceitação com igual força persuasiva, tornando-lhes impossível uma opção fundamentada” (Pereira, 1981, p. 11).

Portanto, à postura dogmática se faz necessário adotarmos uma atitude cética como alternativa, já não configura um abuso falar aqui no necessário anti-dogmatismo como um fundamento à atitude filosófica.

Assim, se a sofística colocava em risco a busca pela verdade, o dogmatismo clássico se nos impôs como um obstáculo ainda maior ao exercício filosófico quando surge como fundamento da retórica dogmática. Vejamos, se é condição de possibilidade à qualquer modelo explicativo da realidade e do mundo a Verdade universal, então é justamente porque a verdade tem que existir que posso me lançar nos meandros do discurso retórico, em outras palavras, é porque acredito na verdade que fundamenta determinada corrente filosófica que posso aceita-la como absolutamente verdadeira. É porque são inconciliáveis em última instância que, tal como também afirma Porchat, “duas filosofias em contato são sempre dois mundos que se enfrentam” (Pereira, 1981, p. 18).

Por outro lado, é apenas com a atitude cética que podemos escapar ao recurso à autoridade, pois, se não há a Verdade em que se possa ancorar determinado discurso, é apenas na força argumentativa e lógica inerente ao próprio discurso que devemos buscar recursos para validar ou não as teses defendidas.

Ora, se não existe a Verdade em algum céu inteligível que possa respaldar minhas teses, elas precisam se justificar por si só, e não apenas isso, qual a garantia que determinada tese válida hoje não perca sua validade no futuro? Isto é, insere-se a validade do discurso no seio do processo

histórico. E ainda isso: devo contrapor à minha argumentação aos discursos divergentes visando corroborar minha tese, logo, quando se apresenta algo como verdadeiro é preciso considerar àquelas teorias que se contrapõem à minha argumentação.

Não posso ignorar as objeções levantadas por correntes que partem de pressupostos outros. Ora, se dois fundamentos são inconciliáveis e ambos sólidos, logo não sou capaz de afirmar a Verdade de determinado modelo explicativo em detrimento de outro.

O pressuposto fundamental à nossa argumentação aqui é a impossibilidade, em última instância, de todo e qualquer discurso se estabelecer como universal e absoluto. A título de explicitação lancemos mão da posição de Popper¹⁶ e o discurso científico. Grosso modo, determinada teoria científica constitui um modelo explicativo para determinado fenômeno, e que é aceita como válida, ao menos até que surja outra teoria capaz de abarcar um número maior de elementos que compõem este fenômeno.

Em outras palavras, toda teoria científica é válida até o momento em que esta possa ser falseada, isto é, substituída por uma teoria de maior alcance ou validade. Nesse sentido podemos dizer que a ciência parece trabalhar mais com a dúvida do que com as certezas, todo cientista – ao menos aqueles que se preocupam com os fundamentos da sua área de conhecimento – sabe das limitações da ciência.

Portanto, a física aristotélica foi válida para explicar o fenômeno da gravidade até que Newton foi capaz de provar a invalidade desse modelo explicativo. No entanto, não significa que a explicação newtoniana seja a Verdade e por isso universal e absoluta. É nesse sentido que o cientista sabe – ou deveria saber – das limitações do discurso da ciência para dar conta da realidade da existência e do mundo. Dentro dessa chave de leitura então, talvez possamos dizer que entre o Big Bang e o Fiat lux os discursos não estejam assim tão distantes.

É justamente nesse sentido, isto é, sobre os limites do discurso científico, que os comentários de João Epifânio Régis de Lima vem nos auxiliar: “Falta-nos luz diante das lâmpadas e do fogo. Nossas teorias explicam o acendimento da lâmpada e do fogo, mas não podemos garantir que provem o que de fato neles ocorre, entendendo por ‘provar’ dar a explicação final, definitiva e verdadeira acerca do fenômeno” (Lima, 2008, p. 104).

¹⁶Cabe frisar que a posição de Popper é considerada como uma *teoria da convergência da verdade*, desse modo não podemos afirmar que em Popper há a postura cética *stricto sensu*, tal como defendemos até aqui, ou seja, sobre a *impossibilidade* de se afirmar o caráter absoluto e universal da verdade (metafísica). No entanto, acreditamos que sua teoria falseacionista vem ao encontro da nossa argumentação e contribui para explicitá-la.

O que se vê é a impossibilidade do discurso científico em ascender à Verdade e oferecer um modelo explicativo para determinado fenômeno que seja uma explicação final e definitiva ao fenômeno.

As ciências, agora novamente sob registro pirrônico, não se ocupam do real (fundamento metafísico) das filosofias dogmáticas, mas antes procuram modelos explicativos para determinados fenômenos. Assim:

As *tékhnai* (ciências) não se preocupam com o Real das filosofias dogmáticas, elas lidam com os fenômenos, que elas observam e sistematizam, procurando detectar suas regularidades e encadeamentos [...] Sobre tal base apoiadas, eles constroem suas previsões e produzem seus ensinamentos, visando o que é útil e benéfico para os homens (Pereira, 2001, p. 60).

Posto isso, estamos prontos para retomar nosso objetivo, qual seja, afirmar a abordagem cética como um exercício metódico necessário a fim de evitar recair na armadilha da retórica dogmática que, se nossa hipótese se sustenta, configura elemento central dentro de certo discurso conservador corrente.

Nesse sentido, quando falamos em abordagem cética, o que se apresenta “é tão somente o filósofo que experiencia dialeticamente a inacessibilidade do absoluto” (Pereira, 2001, p. 57), e que por isso assume “uma postura crítica e suspensiva diante da razão Especulativa” (Pereira, 2001, p. 65). Ou seja, se adotamos, mesmo que metodologicamente, a postura cética diante de uma abordagem dogmática impossibilitamos o apelo ao discurso falacioso. Não é ocioso reiterar que a filosofia adquire dentro deste registro um caráter ativo, isto é, devemos entender a filosofia como uma atividade, desse modo se abordamos filosoficamente determinado discurso devemos assumir a atitude cética como um pressuposto metodológico necessário. O primeiro passo é suspender o juízo.

Pode-se inclusive afirmar que é preciso “privilegiar a ação sobre a teoria. Ou melhor, tratar o produzir teoria como uma forma particular de ação, como uma prática teórica” (Pereira, 2001, p. 61). A proposta então é postular a filosofia não como um conteúdo – mesmo que o “pensamento pensado” seja necessário ao exercício filosófico – mas antes como um tipo de prática. A atividade filosófica exige, dentro deste registro, a suspensão do juízo como via de acesso à prática teórica. Portanto, não é possível pensar filosoficamente sobre determinado discurso sem antes adotar certa conduta anti-dogmatizante.

Por fim, cabe retomar uma última vez um recurso retórico caro à nova direita e à parte do discurso conservador. Certamente, a falácia mais comum dentro deste discurso que buscamos criticar é quando, a fim de desqualificar determinada tese, devia-se a argumentação para um ataque pessoal ao opositor ao invés de rebater sua argumentação. Por exemplo, quando se diz: “Ora, você não é filósofo, logo seu argumento não tem validade”. Ou então, quando num debate político, se diz: “não devemos considerar o posicionamento de um político acerca do modelo de família, se ele sequer é casado”. Ou ainda, “determinado político é analfabeto, logo seu argumento não tem validade”. Ora, em que consiste exatamente essa objeção? Ao argumento, que sequer aparece no enunciado, ou a pessoa?

O fato de ser analfabeto não implica necessariamente que sua argumentação não tenha validade. Tomemos de empréstimo um último exemplo retirado da literatura. Em *O Estrangeiro* de Albert Camus, após ter participado do enterro de sua mãe sem chorar, Mersault, personagem principal do romance, é condenado por assassinar um homem. Ora, o fato de Mersault não chorar no enterro da própria mãe não significa que ele se torne culpado pelo crime. Qual a relação lógica entre um fato e outro? Em outros termos, se ataco o caráter de uma pessoa e não sua argumentação a fim de desviar deliberativamente a discussão, recaio em um argumento *ad hominem*, ou seja, numa falácia.

Em contraposição a este tipo de argumentação é preciso assumir, necessariamente, uma postura crítica, ou seja, é imperativo suspender o juízo e pensar. É apenas através do exercício da razão crítica, em consonância com o apelo kantiano, que podemos evitar a tentação de aceitarmos passivamente certo discurso que se apresenta como verdadeiro.

A título de conclusão, remetemo-nos uma última vez às palavras de Porchat Pereira em defesa do necessário recurso a postura cética:

Pois este, no final das contas, não é mais que a necessária consequência do exercício da razão crítica, levado até suas últimas consequências. Por isso mesmo, julgo caber afirmar que o ceticismo se faz o representante mais autêntico, o legatário mais fiel da proposta mais fundamental e mais básica da filosofia do Ocidente (Pereira, 2001, p. 66).

Em suma, dentro desta chave de leitura, fazer filosofia implica necessariamente em assumir certo ceticismo como elemento fundamental à atividade investigativa que melhor o exercício filosófico. E se radicalizarmos essa perspectiva poderíamos inclusive firmar que “a oposição conceitual dogmatismo versus ceticismo nos fornece as categorias mais básicas para a reflexão da filosofia sobre si mesma e sobre sua história” (Pereira, 2001, p. 67).

Referências Bibliográficas

ARENDET, Hannah. *A vida do espírito*. Tradução de Antônio Abranches e Helena Martins. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

_____. Resposta à pergunta: que é esclarecimento? In: *Textos Seletos*. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

LIMA, João Epifânio Régis de. Ce N'est Pas Évident. In: *Filosofia e modernidade: reflexão sobre o conhecimento*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2008.

NIETZSCHE, Friedrich. *Ecce homo: Como alguém se torna o que é*. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PEREIRA, Oswaldo Porchat. *Ainda é preciso ser cético*. *Revista Praxis Filosófica*. Cali-Colombia, v. 13, p. 53-69, jul./dez. 2001. Disponível em: http://praxis.univalle.edu.co/numeros/n13/oswaldo_porchat_pereira.pdf Acesso em: 29 abr. 2015.

_____. O Conflito das Filosofias. In: *A Filosofia e a Visão Comum do Mundo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

PLATÃO. *Teeteto*. (Domínio público) Tradução de Carlos Alberto Nunes. Disponível em: <http://100medo.com.br/documents/Livros/Teeteto.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2015.

SMITH, Plínio Junqueira. *Ceticismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CONSERVADORISMO, LIBERALISMO ECONÔMICO E O CASO BRASILEIRO

Hermógenes Saviani Filho

Resumo: O artigo pretende apresentar como as ideias conservadoras têm obtido ressonância na sociedade brasileira, estimulada principalmente pelos meios de comunicação, e como isto têm influenciado a política, a economia e as relações sociais. Os grandes pensadores conservadores afirmam que o modelo não pode ser generalizado e que ele tem características próprias em cada sociedade. Entretanto, existem alguns princípios basilares que o orientam independentemente do local em questão. No Brasil, observamos que existe algo de peculiar, que ousou afirmar oportunista, em relação ao pensamento conservador. Por aqui, existe uma adaptação que insere não apenas os valores em questão, mas os misturam com os liberalismos político e econômico.

Palavras-chave: conservadorismo, liberalismo, política, moral.

Abstract: The article aims to present how the conservative ideas have resonance obtained in Brazilian society, mainly stimulated by the media, and how this has influenced the politics, economics and social relations. The great conservative thinkers claim that the model can not be generalized and that it has its own characteristics in each society. However, there are some basic principles that guide wherever issue. In Brazil, we see that there is something peculiar, which I dare to say opportunistic, compared to conservative thought. This way, there is an adaptation that enters not only the values in question, but mix them with political and economic liberalism.

Keywords: conservatism, liberalism, political, moral.

Introdução

Este artigo foi pensado como um texto acadêmico padrão, entretanto, com o decorrer das leituras feitas sobre os ‘conservadores’, e outras de apoio decidi escreve-lo da mesma forma em que eles – conservadores – o fazem. A explicação é simples, nos últimos anos vem se acentuando

* Doutor e Mestre em Economia pela UFRGS e professor do Departamento de Economia pela mesma instituição.

cada vez mais no Brasil este tipo de influência, que nas demais partes do mundo são consideradas minoritárias seja na academia seja na vida pública. O fenômeno que ocorre por estas bandas é a grande influência da mídia, da anemia e da falta de propostas da oposição a partir das sucessivas vitórias dos governos petistas. Isto, em termos internos, aliado aos sucessivos triunfos de partidos de esquerda na maior parte dos países sul-americanos, pelo lado externo, acendeu a luz amarela na elite brasileira e a vermelha a partir da vitória da Presidenta Dilma Rousseff em outubro de 2014.

Esses ‘conservadores’ passaram a ganhar espaço cada vez maior nas páginas e no tempo de rádio e televisão das principais mídias nacional para exporem suas ‘ideias’. Muitos desconhecidos e outros nem tão desconhecidos, mas, provavelmente querendo sentir seu ego massageado, pressentiram, corretamente, que tinham ali um filão para aparecerem e terem seus ‘15 minutos de fama’ da celebre frase de Andy Warhol. Até jornalistas, que deveriam ser tudo menos celebridades, a menos que fossem um Bob Woodward ou um Carl Bernstein terminaram, de uma hora para outra, reconhecidos nas ruas e dando palestras com polpudos cachês, nada mais antijornalístico, nada mais antiético. Até mesmo artistas decadentes se sentiram aptos a aparecerem tecendo comentários sobre política e economia, como se fossem ‘experts’ nos temas. Sem contar astrólogo, que se pensa filósofo, e que ganhou uma miríade de seguidores por externar seu lúgubre ponto de vista ou um economista que não deu certo na academia e nem no mercado, mas passou, através de suas ideias pedestres e preconceituosas a ter espaço nas páginas de um dos principais periódicos tupiniquim.

Este artigo, portanto, tem como objetivo analisar os principais aspectos dessa marola intelectual que atinge o Brasil, mas que nos dois últimos anos vem se transformando num tsunami e provocando grandes estragos na sociedade brasileira. Quais são seus principais argumentos e de onde parte sua inspiração e, finalmente, apontar o que está por trás de todo esse contorcionismo intelectual.

1. Burke e o princípio do Conservadorismo moderno

“Será possível ser um conservador em política e um radical em todo o resto?”, pergunta o filósofo conservador inglês Michael Oakeshott, no artigo “On Being Conservative”, publicado em 1956. Este questionamento e sua resposta buscavam apresentar o Conservadorismo, as confusões e as acusações que sofriam de seus críticos. Esta indagação voltou à tona entre conservadores daqui, apresentando os princípios do conservadorismo ao grande público brasileiro e ao final concluírem

que é possível serem conservadores em política e radical em todo o resto. O mais interessante é que ao lê-los só fica evidente a primeira parte do questionamento, pois quanto à segunda, não existe nada de concreto – algo tão prezado por eles – em sua linha argumentativa, aliás, após a leitura, fica claro que de radical só existe a palavra na frase em questão. Assim, procuraremos demonstrar através de seus escritos e do silêncio face às propostas e medidas claramente reacionárias, as quais eles não apenas recusam como enfaticamente afirmam ser contrários, que estão varrendo o Brasil nos últimos meses¹⁷.

Um dos personagens mais influentes entre os conservadores é o filósofo e político irlandês Edmund Burke (1729-1797), fervoroso crítico da Revolução Francesa (1789), que tem seu marco no panfleto *Reflexões sobre a revolução em França* (1790), mas que irá exaltar as tradições cavalheirescas e o espírito feudal da vassalagem; a educação “gótica e monástica”; a propriedade rural herdada dos antepassados. Apesar de destilar toda sua crítica contra o novo momento, que irá denominar de “era dos sofistas, economistas e calculadores” ele não pode ser enquadrado como um intelectual antiburguês, pois seu trabalho tem uma dimensão liberal, daí a aproximação de seus futuros seguidores com o liberalismo econômico. Ou seja, ele era conservador em política e liberal em economia. A ironia é que seu partido *Whig* era o que reunia as tendências mais liberais na Inglaterra e que acabou originando o atual Partido Liberal Democrata e o Partido Trabalhista. O partido opositor era o conservador *Tory*, que reunia a aristocracia britânica, e que hoje é o Partido Conservador. Disso resulta, o contorcionismo dos atuais conservadores em justificar ora a opção dos *Whigs* em afastarem do trono Jaime II – que havia se convertido ao catolicismo – contra os *tories* – que o apoiavam –, e a defesa das opções pouco ortodoxas de Margaret Thatcher, quando foi primeira ministra pelo Partido Conservador entre 1979 e 1990.

Apesar de o terem como uma de suas referências, os conservadores brasileiros, a exemplo do que ocorrem com os conservadores de outras partes, não costumam apontar que sua raiz remonta ao Romantismo da segunda metade do século XVIII, que era o antípoda da filosofia das Luzes e do capitalismo, que irá aparecer com força no século XIX. A reverência aos valores medievais e a nostalgia de um passado que não voltará, mas que é aceita por Burke, é exaltada pelos atuais defensores desta escola. Entretanto, não convém lembrar que ela sai da mesma cepa de homens que defendiam o retorno irrestrito aos valores passadistas, denominados por eles como

¹⁷Os Conservadores não se consideram reacionários, que para eles seriam os intelectuais que são contrários ao capitalismo e procuram um retorno às sociedades pré-capitalistas. Seriam utópicos passadistas; enquanto os revolucionários seriam os utópicos futuristas. Já os Conservadores se definem como os que aceitam as mudanças que ocorrem na sociedade, desde que elas transcorram de forma lenta e que não destruam valores adquiridos pela sociedade e que nos foram passados de gerações para gerações. Segundo eles, devemos levar em conta os mortos, que nos deixaram um legado, e o que vierem a nascer.

reacionários, e de outros que contrários ao novo mundo que ia se formando olhavam o passado com a perspectiva do futuro, chamados de utópicos. Os conservadores, dessa forma, criticam os reacionários e os utópicos. Entretanto, ao criticarem estes últimos o fazem de uma forma pouco ortodoxa e, ousado escrever, canalha, pois colocam todos os críticos da sociedade capitalista que se forma numa única caixa, a que lhes convém: a do jacobinismo, pós Revolução Francesa no século XVIII, e o regime implantado na Rússia de 1917, que era algo muito mais próximo de um capitalismo de estado do que algo aos moldes propostos por Marx ou pelos Românticos utópicos. As referências são evidentes: os utópicos futuristas, revolucionários, levam a sociedade ao caos e às execuções indiscriminadas. Nada mais falso, nada mais canalha.

O político e revolucionário inglês Thomas Paine (1737-1809), um dos Pais Fundadores dos Estados Unidos da América, e que, posteriormente, acabou por influenciar na Revolução Francesa, acreditou que após as intervenções políticas de Burke favoráveis à conciliação do Império Britânico com as colônias americanas revoltosas, que lhe valeram a reputação de liberal, este pudesse mudar para o lado dos defensores britânicos da insurreição francesa. A sua postura, que é o que o tornou celebre entre os conservadores posteriores, foi na defesa da aliança entre burguesia e proprietários rurais, que desde a Revolução Gloriosa de 1688 controlava o Estado britânico. Dessa forma, ele apenas defendeu sua posição ideológica política e social. Segundo o filósofo e poeta estadunidense Peter Viereck, a Independência dos Estados Unidos teria sido uma “revolução conservadora”, pois ela ocorre a partir do momento em que os colonos começaram a exigir não serem mais taxados por um Parlamento ao qual não se sentiam representados. A sua justificativa seria a de que eles não estariam se utilizando de doutrinas abstratas, como seria o caso da Revolução Francesa, mas reivindicando as “liberdades e privilégios” estabelecidas na Metrópole. O apelo à Constituição seria uma atitude conservadora e que marcaria a diferença com as demais revoluções (Coutinho, 2004, p. 73). Por esta ótica a Independência dos Estados Unidos seria resultado apenas dos colonos reivindicarem seus direitos a não taxaço, nada mais reducionista. Paine deve ter se revirado no túmulo.

Passagem muito mais interessante sobre o conservadorismo rasgado de Burke é o lamento de que, diferentemente da Inglaterra, na França os interesses monetários e latifundiários, devido ao fato de que a maior parte das terras estavam nas mãos da Coroa e da Igreja, mais do que separados habitavam lados opostos. Assim, não havia uma união entre estas duas classes como ocorria na Inglaterra. Como bem pontuam Löwy e Sayre, as passagens de exaltação à Idade Média “cavalheiresca” serve para Burke justificar o momento que a Inglaterra passava. As leis, costumes,

instituições e hierarquias sócias são produtos naturais e ao mesmo tempo providenciais de um crescimento orgânico, como herança ancestral transmitida ao longo dos séculos por cada geração (Löwy e Saire, 2012, p.93).

Apesar de Burke ser um pensador político formado nas hostes do Romantismo, as suas análises, diferentemente da maioria dos críticos das Luzes e do capitalismo, serviram de apoio para o liberalismo burguês antirrevolucionário e, como podemos observar, ainda serve aos interesses do segmento dominante. Dessa forma, ele serviu, e serve, aos interesses da corrente conservadora que justifica a ordem capitalista e procura defendê-la contra seus críticos, quer sejam reacionários ou utópicos. O seu objetivo é legitimar a ordem natural estabelecida como sendo algo “natural” da evolução histórica.

Dessa forma, Burke está nas origens do pensamento conservador. Entretanto, com a sociedade capitalista ganhando cada vez mais força no decorrer dos séculos XIX, XX e XXI, os conservadores passaram a buscar um corpo teórico. Um de seus principais representantes na atualidade, o também britânico Roger Scruton, pontua que não existe um conservadorismo universal, o que significa que ele varia de sociedade para sociedade, ou seja, são necessárias adaptações aos contextos locais. Foi esta falta de um corpo ideológico que levou o economista austríaco e um dos papas do Liberalismo econômico Friedrich Hayek a explicar que não era conservador no final de *The Constitution of Liberty* (1960). Segundo ele, o conservadorismo não seria capaz de levar o desenvolvimento no longo prazo. Dessa forma, os conservadores temeriam as novas ideias, pois elas seriam incompatíveis para eles por não conseguirem ter princípios que se opusessem a elas. Duas observações interessantes: a primeira é que os próprios autores da Escola Austríaca, a qual Hayek era filiado, foram relegados a segundo plano pela escola Neoclássica, exatamente por não terem um corpo matemático em suas teorias; em segundo lugar, é que ele é hoje um dos intelectuais mais incensados pelos defensores do Conservadorismo.

É verdade que muitos opositores do Conservadorismo procuram reduzi-los, fundamentados em Burke, a uma corrente voltada às coisas do passado. Isto é verdade e é ainda mais perigoso, pois acaba por tentar ridicularizá-los e deixa uma enorme avenida para que eles possam difundir suas ideias e conquistar os corações e mentes dos menos avisados. O Conservadorismo não olha apenas o passado, ele busca no passado os elementos para manter o presente e conservar o futuro. Ao defenderem que desejam viver integralmente no presente, por aceitá-lo em todas as suas imperfeições e entendê-lo como a única realidade oferecida, na verdade, procuram nos convencer que não há nada a ser feito, que esta é a sociedade em que vivemos com todas as vantagens e

desvantagens. Desta forma, devemos aceitar a hierarquia social e o sistema econômico (capitalista) em que estamos e se quisermos mudar de *status* social temos como único caminho o trabalho. Na sessão seguinte veremos como se articularam Conservadorismo político com Liberalismo econômico para atingirem o seu real objetivo.

2. Conservadorismo e Liberalismo econômico

A partir da segunda metade do século XX os Conservadores britânicos e estadunidenses se aproximaram do Liberalismo econômico de forma explícita. Isto irá culminar com a ascensão de Margareth Thatcher, como primeira ministra da Inglaterra, em 1979, e Ronald Reagan, como presidente dos EUA, em 1980. Esta onda conservadora irá varrer primeiramente os países desenvolvidos em termos econômicos e, posteriormente, os subdesenvolvidos. A crise econômica que começa em meados dos anos 1970, impulsionada pelos gastos econômicos praticados pela principal potência na Guerra do Vietnã, a consequente fragilidade do dólar e o fim de seu lastro em 1971, o primeiro choque do petróleo em 1973, e o fim do ciclo econômico que iniciou após o final da Segunda Guerra e foi denominado de ‘Os 30 Anos de Ouro’, levaram o mundo a um processo de estagflação – a combinação de inflação e recessão. As políticas keynesianas¹⁸ passaram a ser contestadas pelos liberais, que estavam desde a década de 1930 relegados ao ostracismo, mas que a partir de meados dos anos 1970 passaram a ter seu discurso contra as políticas do estado keynesiano e a favor de um liberalismo econômico extremado, cada vez mais ressonante.

A ascensão dos partidos com ideologia conservadora veio dessa crise e, principalmente, da aliança com os liberais econômicos. Conservadores como o parlamentar Keith Joseph (1918-1994) foram fundamentais nesta aproximação. Thatcher foi altamente influenciada por suas idéias, tais como: políticas públicas baseadas no livre mercado, no estado mínimo, privatizações e reformas com cortes sociais. Tudo isto é justificado pelos seus adeptos como medidas que salvaram a Inglaterra do caos político e social. Todavia, alguns conservadores não enxergaram esta guinada do Partido Conservador de forma positiva. Um de seus principais críticos foi Scruton, que via esta mudança como uma subordinação do partido à modernidade e ao livre mercado, o que colocaria em risco os princípios e valores que davam sua linha mestra. A sua proposta era um retorno à ordem, autoridade e liberdade, como havia sido até a primeira parte do século XX. Como Burke,

¹⁸Política econômica inspirada no economista inglês John Maynard Keynes (1883-1846). Como Smith e Marx deu origem a um dos três paradigmas da ciência econômica: o keynesianismo. Apesar de ter sido formado nas hostes da economia clássica ao verificar os problemas que o mundo enfrentava após a quebra da Bolsa de Valores de Nova York passou a se opor à ortodoxia liberal. Mostrou a fragilidade e os limites dos neoclássicos, principalmente em relação ao subemprego, contra a teoria quantitativa da moeda. Após a Segunda Guerra tornou-se a referência fundamental em termos de análise e sobretudo, de definição de políticas econômicas.

Scruton não é um opositor ao capitalismo ou da economia de mercado, mas, em sua concepção, essas categorias não deveriam reduzir a política e os indivíduos à subordinação da esfera econômica. Talvez o puritanismo de Scruton não o levou a perceber que a aproximação das lideranças do Partido Conservador com os liberais econômicos era algo que está no DNA dos conservadores, que no século XVIII defendiam a manutenção de um estado tradicional do governo e da sociedade e visavam a restauração da sociedade vigente pré-Revolução Francesa. No frígido dos ovos, quando desejam mostrar a ‘Revolução Gloriosa’ e a ‘Independência dos Estados Unidos’ como sendo movimentos conservadores estão intimamente defendendo sociedades que estão na via do desenvolvimento capitalista, mas o que os motivam nestas sociedades são o que elas conservam das formas antigas, anteriores à modernidade. Scruton, desta forma, parece esquecer o passado conservador que, na verdade, faz o que sempre fez, ou seja, o Liberalismo econômico é o alicerce da sociedade forjada pelo sistema capitalista e tem sua base no Conservadorismo, ou seja, um está umbilicalmente atrelado ao outro.

Antes de continuarmos comentando sobre esta aliança, que, de forma implícita, acontecia bem antes da segunda metade do século XX, vamos apresentar um histórico de como de foi se formando a argamassa que irá ligá-los¹⁹. O protestantismo, que surge no século XVI com a Reforma, foi fundamental para a classe mercantil que ia se formando desde o renascimento comercial na Baixa Idade Média. No final do século XVII, aumentava o número de comerciantes em busca de lucros cada vez maiores, isto implicava eliminar as restrições e regulamentações mercantilistas bem como do antigo paternalismo cristão que condenava o comportamento ambicioso e a vontade de acumular riqueza. Era necessário, dessa forma, criar uma nova teoria humana que justificasse o comportamento baseado na iniciativa individual. Assim, muitos pensadores passaram a afirmar que os motivos pessoais e egoístas eram os princípios básicos que levavam o homem a agir. O protestantismo acabou por libertar essa nova classe da condenação religiosa, como também acabou por transformar em virtudes os motivos pessoais, egoístas e aquisitivos que a Igreja Católica condenava. Mas não pensem que os reformadores eram modernos; na verdade eles eram muito próximos do pensamento do alto clero, ademais não

¹⁹Este parágrafo e os seguintes foram baseados nos seguintes livros: E. K. Hunt (2005). *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Campus; Jean-Claude Drouin (2008) *Os Grandes Economistas*. São Paulo: Martins Fontes; M. Blaug (1990). *Economic Theory in Retrospect*. Fourth edition. Cambridge: Cambridge University Press. Stanley L.; M. Blaug (2006). *The Methodology of Economics: or how economists explain*. Second edition. Cambridge: Cambridge University Press. Stanley L. Brue (2005). *História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Thomson.

esperavam que suas críticas levassem a influenciar a nova filosofia individualista. O passo seguinte foi a transformação da mão de obra em mercadoria em busca de um lucro ainda maior.

O pai da economia moderna, Adam Smith (1723-1790), tentou minimizar o conflito de classes que surgia através da forma egoísta em seu proveito ou da classe ao qual pertencia através da ‘mão invisível’ que guiava estes atos de modo a haver mais harmonia. A ‘mão invisível’ era o funcionamento sistemático das leis naturais, que solucionava automaticamente os conflitos individuais e de classes. Esta é a maior contradição da obra de Smith e que levou ao conflito das duas principais correntes econômicas nos séculos XIX e XX: uma enfatizando a harmonia social do capitalismo e a outra os seus conflitos sociais. A ideia sobre a ineficiência governamental surge de suas críticas ao Mercantilismo. Para Smith as intervenções, regulamentações, concessões de monopólios e subsídios especiais do governo alocavam mal o capital e diminuía o bem-estar da sociedade.

Se Smith é o pai da economia moderna, David Ricardo (1772-1823) é considerado o teórico mais rigoroso da escola clássica. Como Smith, influenciou tanto o marxismo quanto as tradições neoclássicas conservadoras da teoria econômica. O momento turbulento na Europa, e particularmente na Inglaterra, com a Revolução Industrial, Revolução Francesa e Guerras Napoleônicas o influenciaram sobremaneira, principalmente, pela crescente inquietação da classe operária e a luta entre proprietários de terras e capitalistas ingleses. Defendeu o livre-cambismo e a estabilidade da moeda, a sua defesa terminou por reforçar o peso do Banco Central em questões relativas à criação de moeda fiduciária. Como parlamentar foi contrário as leis protecionistas de Reino Unido, que impediam as importações de cereais a preço baixo, provenientes do continente (*cornlaws*). Foi o criador da teoria das vantagens comparativas, base de sustentação da análise liberal no campo das relações econômicas internacionais.

Thomas Robert Malthus (1766-1834) é provavelmente o economista mais próximo do romantismo conservador, na definição de Lowy e Sayre (2015, p.91). Além de matemático e literato, como sacerdote tomou contato com a brutal situação das classes trabalhadoras arrastadas para o processo de industrialização. Este estado de coisas o levou num primeiro momento a defender uma redistribuição de renda entre as classes mais desfavorecidas. Entretanto, o estado de miséria vigente na Inglaterra impulsionou uma mudança de postura, pois passa a defender um pragmatismo econômico. A partir deste momento, Malthus passou a condenar a redistribuição que ocorria via leis dos pobres, que, segundo ele, agravaria a pobreza. Segundo este autor, as leis dos pobres nunca acabaram com a pobreza e, ao contrário, tendiam a aumentá-la. A transferência de

renda sem a contrapartida da criação de riqueza levaria ao aumento dos preços e, conseqüentemente, à inflação de demanda. A ajuda monetária às populações menos favorecidas poderia levar ao crescimento populacional, pois não vem associada ao aumento dos meios de subsistência. Contemporâneo e amigo pessoal de Ricardo, diferiam sobre o conflito entre capitalistas e proprietários de terras. Enquanto Ricardo ficava ao lado dos interesses da classe dos capitalistas, o aristocrático Malthus se posicionava favoravelmente aos interesses da classe proprietária. Sua principal contribuição à teoria econômica foi a análise entre as relações extraordinárias e acidentais da oferta e procura: a teoria da superprodução ou das depressões. Segundo ele, as forças da oferta e da procura não são automáticas ao igualar o preço natural com o preço de mercado. Dessa forma, sempre que as forças de oferta e procura do mercado são as responsáveis pela determinação da produção de mercadorias e da alocação de recursos, isto resulta em crises econômicas ou em depressões. Sua busca era entender estas crises ou superproduções e propor soluções para minorá-las. Será em Malthus que Keynes irá buscar a inspiração da revolução que imprimirá na década de 1930.

O avanço do sistema capitalista no decorrer do século XIX levou a especialização do trabalho e ao isolamento dos produtores. Isto contribuiu para que os homens se sentissem não como uma parte integrante do sistema, mas como unidades isoladas, atomizadas, com cada um preocupado com sua própria sobrevivência contra as forças impessoais e imutáveis do mercado. Num mundo conduzido desta maneira é natural que cada um olhe para o seu semelhante como um oponente, o que estimula consciente ou inconscientemente o egoísmo. Dessa forma, no decorrer do século XIX irá surgir uma corrente de pensamento denominada de Utilitarista, cujo pressuposto é de que todos os motivos humanos eram causados pelo desejo de obter prazer e de evitar a dor²⁰. A especialização criava, necessariamente, uma dependência individual e social, sendo o bom funcionamento do mercado, sua relativa liberdade, parte necessária do modo de produção capitalista. O mercado funcionando bem levava ao bem-estar da população geral e era base para a harmonia social. Esta harmonia social, originária da dependência universal do mercado, se contrapunha ao valor-trabalho que explicito nos conflitos de classes. Os teóricos do Utilitarismo²¹ contribuíram para o abandono da teoria do valor-trabalho em favor de uma economia ortodoxa e conservadora. As contradições existentes nas obras em Smith e Ricardo (valor-trabalho x valor

²⁰O Utilitarismo é a base filosófica da teoria do valor-utilidade (ou perspectiva do mercado) e da moderna economia neoclássica, que irá se contrapor aos defensores do valor-trabalho (ou perspectiva da produção). Esta quebra de braço surge a partir das obras de Smith, Ricardo e Malthus.

²¹Os seus principais teóricos são: Jeremy Benthan, Jean-Baptiste Say e Nassau Senior.

utilidade) foram afastadas e transformaram a economia ortodoxa em harmonia social. Um outro aspecto importante da especialização produtiva era a acumulação de capital (ou industrialização), isto significa que os lucros tendem a aumentar em relação aos salários para que os donos dos meios de produção, os capitalistas, possam financiar a industrialização. No período da industrialização inglesa os salários reais diminuíram em relação aos lucros e os custos sociais foram pagos pelos trabalhadores. Os Utilitaristas aceitaram esta distribuição de renda entre as classes e tentaram justificar moralmente os lucros com base nos sacrifícios feito pelos capitalistas. Por fim, o comportamento humano passou a ser explicado por estes teóricos como consequência de decisões calculadas, racionais, nas quais o indivíduo agia de modo muito parecido com um contador, ponderando todos os lucros (prazeres) a serem obtidos com determinado ato deduzido todo o custo (dor) a serem causados por este ato, e depois escolhendo racionalmente o ato que maximizasse o excesso de prazer sobre a dor.

Com os custos sociais recaindo sobre a classe operária, entre 1820 e 1850 a influência radical ou socialista da perspectiva da teoria do trabalho da Economia Política difundiu-se rapidamente²². O ‘terrível outono de 1830 aterrorizou a elite dominante e os teóricos defensores do capitalismo *laissez-faire*. Os trabalhadores realizaram uma série de greves no decorrer daquele ano com tumultos e rebeliões com explícita demonstração de ódio e repulsa ao que a Revolução Industrial estava causando a eles e suas famílias. O que os autores radicais e socialistas irão destacar é que a industrialização e o capitalismo provocavam a destruição do modo de vida tradicional das classes trabalhadoras. A disciplina rígida nas fábricas e as deploráveis condições de vida nas cidades eram frutos de manter um emprego. O avanço tecnológico levava a um aumento do desemprego. Dessa forma, os trabalhadores se revoltaram contra: salários baixos, más condições de vida e insegurança econômica. O economista francês Frederic Bastiat (1801-1850) ficou horrorizado ao observar o que ocorria e procurou estabelecer, nas palavras de Hunt, a “santidade da propriedade privada, do capital, do lucro e da distribuição da riqueza existente”. Tentando contrapor as teses dos principais críticos do capitalismo escreveu *Economic Harmonies*, publicado em 1850, em que buscava, como o próprio título afirma, que ao contrário do que os críticos do capitalismo apregoavam este sistema apresentava uma harmonia. Como forma de defesa de sua tese ele comparou a Economia Política com o Socialismo, esta adotaria a ‘imaginação’; enquanto a Economia Política seria ‘científica’, pois adotaria o método de

²²Sobre as ideias radicais e socialista ver os trabalhos de William Thompson e Thomas Hodgskin in *História do Pensamento Econômico*, Hunt.

observação. Apelou, também, para a religião, ao considerar os socialistas ateus e contra o *laissez-faire*, enquanto os adeptos do capitalismo seriam os crentes que gritariam *laissez-passer*. A partir da superioridade científica e religiosa ele desenvolve sua teoria da economia utilitarista. Na economia neoclássica utilitarista, todas as interações econômicas, políticas e sociais dos seres humanos se reduzem a atos de troca.

A formulação final da teoria do valor-utilidade ocorreu apenas duas décadas após a formulação de Bastiat em consequência da influência crescente das ideias socialistas. O pensamento marginalista teria surgido aproveitando o novo clima político e ideológico dos fins do século XIX, bem como o fracasso dos clássicos em explicar uma série de problemas puramente teóricos. Com os marginalistas inaugura-se uma nova abordagem para o valor, com a ênfase passando dos custos de produção para as condições de demanda e, portanto, sobre a troca e satisfação individual de necessidades. De acordo com o próprio Menger (1983, p. 305), o decisivo para se determinar o valor, “é a importância maior ou menor da(s) necessidades(s) para cujo atendimento temos consciência de depender de um bem”²³. Para a produção passou-se a falar não mais em classes sociais, mas em fatores de produção, com a implicação de que cada fator é remunerado por sua produtividade na margem.

Entretanto, foram de Marshall (1842-1924) e Walras (1834-1910) os maiores esforços para deslocar a economia clássica e consolidar as contribuições ainda fragmentadas do que seria a teoria neoclássica. Em seus *Princípios de Economia*, Marshall foi um “sintetizador..., combinando a utilidade marginal com a teoria do valor dos custos de produção” (Robbins, 1998, p. 323). Dessa síntese surgiu a análise do equilíbrio de oferta e procura num estado estacionário. Ademais, resultou dela também a descaracterização do pensamento e da teoria do valor trabalho e da distribuição de Ricardo, ocupando seu lugar:

(...) uma teoria da alocação de recursos escassos a usos específicos, sob o duplo incentivo da maximização da utilidade, para o consumidor e da maximização dos lucros, para o produtor, empregando conceitos, critérios e técnicas de análise que podiam ser aplicados, de forma análoga, a todo o sistema econômico (Deane, 1980, p.145).

²³Ainda segundo Menger (1983, p. 305) “nem a quantidade de trabalho ou de outros bens necessários para a produção, ou para a reprodução de um bem, constitui o fator decisivo para se determinar o valor dos mesmos”. Jevons (1983, p.28), outro expoente do marginalismo, também assinala que basta seguir “as leis naturais da variação da utilidade, enquanto dependendo da quantidade de mercadoria em nosso poder, para que cheguemos a uma teoria de troca satisfatória, das quais as leis comuns de oferta e demanda são uma consequência necessária”.

Além das contribuições diretas, Marshall deixou sugestões ou indicações sutis de progresso ulterior. Como atesta Schumpeter (1970, p.107), “A literatura econômica nos trinta anos decorridos desde 1890, abunda com o desenvolvimento, as reformulações e os corolários de proposições e aspectos da técnica marshalliana”. Um exemplo disso é a extensão da análise econômica a outras situações que não a de concorrência perfeita, como as de monopólio e concorrência monopolista.

Outro cuja obra foi fundamental para a edificação do pensamento neoclássico é Leon Walras. Na sua teoria econômica o autor concebe uma economia completa baseada em mercados e agentes individuais. O ponto central desse arranjo é a concepção segunda a qual, em condições de concorrência perfeita, com métodos de produção conhecidos e com agentes racionais manifestando suas preferências através dos sinais dos preços (escassez), é possível determinar o equilíbrio simultâneo de preços e quantidades transacionadas em todos os mercados (Robinson e Eatwell, 1978). Embora as ideias de Marshall tenham sido o principal veículo do ensino universitário da economia neoclássica até a grande depressão, os conceitos herdados de Walras foram os principais responsáveis pelo renascimento desta escola no Pós-Segunda Guerra. Isto aconteceu na medida em que houve esforços no sentido de enquadrar as contribuições de Keynes e dos neoclássicos partindo de um modelo de equilíbrio geral. Mas como resumir as contribuições à “primeira síntese neoclássica” em uma única definição? Seguindo Robinson e Eatwell (1978), a economia neoclássica pode ser definida como o estudo das trocas de bens e serviços sob a diferença de preços relativos, formados com base nas preferências subjetivas de produtores e consumidores.

Pode-se dizer que clássicos e marginalistas são classificados pela tentativa de determinação do valor na perspectiva micro. Enquanto os primeiros enfatizam o valor trabalho e os custos de produção, os marginalistas sustentam a demanda como força principal na sua determinação, inclusive dos bens de capital. Os neoclássicos, como ilustrado pelas famosas tesouras marshallianas²⁴, atingem maior nível de generalidade na explicação da determinação do valor por levarem em consideração a interação entre a demanda e a oferta.

As primeiras décadas do século XX foram marcadas pela constituição de grandes empresas e concentração industrial, corrida imperialista entre as potências capitalistas e foi marcado por depressões cada vez mais frequentes chegando ao ápice com a quebra da Bolsa de Nova York em

²⁴Conforme passagem exhaustivamente reproduzida de os *Princípios* de Marshall (1920, p. 348): “Devemos discutir sensatamente se é a lamina superior ou a inferior de uma tesoura que corta um pedaço de papel, da mesma forma que discutimos se o valor é determinado pela utilidade ou pelo custo da produção. É verdade que, quando um lado da tesoura está parado e o corte é feito movendo o outro, podemos afirmar com cautela que o corte é feito pelo segundo. Mas a afirmação não é estritamente correta e só deve servir de justificativa enquanto for apenas uma demonstração popular, e não estritamente científica, do que acontece”.

1929 e a grande depressão dos anos 1930. Quem irá fazer a melhor leitura dos eventos ocorridos e porque os teóricos neoclássicos não conseguiam dar a resposta foi o principal economista do século passado, o inglês John Maynard Keynes. O surgimento da Macroeconomia ocorre como ruptura de Keynes em relação à Teoria Clássica, essa última identificada pela defesa da Lei de Say²⁵ e pela flexibilidade de preços e salários. Tal interpretação culmina com a apresentação das Escolas Monetarista e Novo-Clássica, consideradas um retorno à tradição clássica, exatamente por seus praticantes preconizarem a economia *laissez-faire*. Hunt (2005), considera as contribuições a essa disciplina como parte da tradição neoclássica, incluindo as do próprio Keynes como se verá adiante. Divide, por conseguinte, a Macroeconomia entre duas escolas ligadas ao neoclassicismo, a dos neoclássicos liberais e a dos neoclássicos conservadores. Os que aceitam a participação do governo na economia para corrigir certas falhas são conhecidos por liberais; enquanto os defensores da economia *laissez-faire* são os conservadores. Beaud e Dostaler (1995), dividem as contribuições macroeconômicas de acordo com a oposição heterodoxia *versus* ortodoxia. As escolas ligadas a essa última tradição partem de alguns elementos legados pela economia clássica, integrando-os à perspectiva marginalista, com a adesão às noções de *homo economicus*, racionalidade e defesa do equilíbrio geral. Os autores advertem que a economia neoclássica pode coexistir com várias ideologias e orientações políticas. No entanto, desde o final da década de 1950, a renovação e a generalização da abordagem neoclássica têm andado de mãos dadas com o ressurgimento do liberalismo²⁶.

Em *A Teoria Geral*, Keynes apresenta diversos aspectos fundamentais à compreensão das economias capitalistas. Os principais foram a análise dos investimentos como determinantes da renda e da poupança, as contribuições à teoria monetária, ligando o lado monetário da economia com o lado real, a ideia de que a renda cresce proporcionalmente mais que o consumo, gerando crises de demanda e instabilidade econômica. Os precursores das ideias de Keynes foram Sismondi, Malthus e Hobson, todos ressaltando as deficiências da Demanda Efetiva como causa das crises capitalistas. Antecedendo ainda tais autores, os fundamentos das ideias keynesianas podem ser encontrados na doutrina mercantilista. A concepção desses sobre a necessidade de se manter uma balança comercial favorável mostra como o excesso de exportações sobre as importações permite pressionar para baixo a taxa de juros, incentivando os investimentos e a manutenção do nível de renda internamente. Em síntese, a preocupação fundamental de Keynes é em diferenciar os

²⁵Em economia a *Lei de Say* é aquela em que “toda oferta cria a sua demanda”.

²⁶Em particular, de economistas ligados à Escola de Chicago.

clássicos, partidários da noção de tendência ao pleno emprego, dos teóricos da instabilidade, ou defensores da Demanda Efetiva.

Os novos clássicos surgiram em meio à crise econômica da década de 1970, a partir dos trabalhos de Robert Lucas como uma reação contra a ainda dominante corrente keynesiana²⁷. Outros expoentes dessa Escola são Thomas J. Sargent, Robert Barro e Edward Prescott. O ponto de partida foram algumas sugestões monetaristas, apropriadas no sentido de promover uma ruptura mais fundamental com relação às ideias da “segunda síntese neoclássica”. Por trás das suas construções está a ideia de dotar a Macroeconomia de microfundamentos. Os resultados agregados passariam a ocorrer em função da tomada de decisão individual, quando da alocação de recursos pelas empresas e unidades familiares. Alguns preceitos microeconômicos foram relaxados, como o de agentes racionais e informação perfeita. Em substituição concebe-se a ideia de que os agentes tomam decisões racionais sim, mas tendo em vista a disponibilidade de informações relevantes. Arida (2003, p.23), por exemplo, define essa corrente, tanto no plano micro quanto no macro, como aquela que busca entender os “... fenômenos econômicos considerando que estes derivam de decisões individuais de agentes racionais”. E isso é exatamente o que fazem os novos clássicos, praticam uma Microeconomia e uma Macroeconomia cujos resultados dependem fundamentalmente da tomada ótima de decisões por firmas e unidades familiares, ao mesmo tempo em que defendem a noção de mercados autorregulados.

A partir deste esboço da história do pensamento econômico podemos vislumbrar o quanto os conservadores políticos e liberais econômicos são próximos. Segundo o conservador português João Pereira Coutinho justifica o governo Thatcher se apoiando em conservadores que irão lembrar que ela recordou ao Partido Conservador o que já havia sido feito na era Vitoriana (1837-1901), citando David Willitts:

O sucesso dessa estratégia de retirar o Estado de muitas áreas da atividade econômica já tinha sido a base da prosperidade e da confiança vitorianas. A prosperidade vitoriana não apareceu por acaso; foi o resultado de um programa explícito de desregulamentação, liberalização e baixa de imposto levado a cabo por líderes políticos ao longo de várias décadas e que remonta ao assalto intelectual que Adam Smith e Edmund Burke efetuaram sobre a sabedoria convencional [isto é mercantilista].²⁸

²⁷A concepção de expectativas racionais, fundamental para os Novos Clássicos, é atribuída ao trabalho de John Mutt de 1961, para quem as expectativas dos indivíduos são racionais quando são idênticas às previsões desse modelo. Antes, porém, Arrow (1953) já havia discutido em termos de formulação matemática as consequências das noções de expectativas racionais em um modelo de equilíbrio geral.

²⁸David Willetts, *Modern Conservatism*, apud João Pereira Coutinho in *As Ideias Conservadoras Explicadas a Revolucionários e Reacionários*, p. 85.

E ele continua a defesa do thatcherismo mostrando que ela mostrou como se faz a defesa da “sociedade comercial” sem haver contradições entre os termos. E aí ele fecha o círculo quando afirma que ela foi buscar sua fonte de inspiração em Edmund Burke. E prossegue mostrando que a função do conservador é em primeiro lugar conservar princípios ou instituições que considerem importantes para uma comunidade estabelecida. A defesa dos conservadores do governo Thatcher é muito próxima da defesa que faz Bastiat do capitalismo. Até mesmo as expressões são muito parecidas. Coutinho vai buscar seu apoio em Adam Smith e Samuel Huntington (1927-2008), economista estadunidense que publicou, em 1968, um influente artigo defendendo o pesado bombardeio das áreas rurais do Vietnã do Sul como forma de impelir os defensores dos vietcong para as cidades.

E ele continua na defesa da “dama de ferro”, pois, segundo ele, o conservadorismo deve respeitar a natureza dos homens e ao fazer isto Thatcher anuncia que antes de se valorizar a “sociedade comercial deve-se primeiro levar em conta a superioridade ética dessa sociedade. E segundo ela:

O sucesso econômico do mundo ocidental é um produto da filosofia moral...Os resultados econômicos são melhores porque a filosofia moral é superior. É superior porque começa pelo indivíduo, pela sua singularidade e pela sua capacidade de escolha. (Margareth Thatcher, *In Defense of Freedom*, apud Coutinho, 2014, p.87)

A citação é de um utilitarismo rasgado, explicita a característica central das sociedades modernas levando a uma uniformização monodimensional e a um achatamento do sistema de valores, e reduzindo tudo ao cálculo dos interesses individuais.

A contraposição desta defesa é clara em Scruton, que começa *O que é Conservadorismo* apontando que Conservadorismo não tem nada a ver com as políticas de um partido, inclusive que muitas pessoas podem achar isto atraente pois sente repulsa da ideia de partido. Cita, inclusive, o apelo do Partido Conservador Inglês:

(...) àquela notável e inteligente classe da sociedade [...] que está muito menos interessada nas disputas partidárias do que na manutenção da ordem e do bom governo” (*Peel, The Tamworth Manifesto*, 1834 in Scruton, 2015, p.44)

Dessa aversão à política partidária surge outra, talvez ainda mais poderosa, a repulsa a reforma crônica. Está aí a explicação porque os conservadores decidem adentrar à política partidária: para combater estas reformas. Apenas se organizando e brigando na arena política eles conseguiriam barrá-las. Mais uma vez seu mentor é Burke, que teria, segundo o autor, mesmo

sendo *whig*, sido o “Pai Fundador” do Partido Conservador. O mais interessante é que ele surge, por volta de 1832, com o objetivo de manter a estrutura e as instituições - até aqui tudo bem - de uma sociedade ameaçada pelo entusiasmo comercial e pela agitação social. Veja, uma sociedade ameaçada pelo entusiasmo comercial é exatamente isto que Coutinho procurou defender acima e onde Scruton critica a guinada do Partido Conservador no governo Thatcher. E Scruton vai ainda mais longe, afirmando que o Partido estaria prestes a romper com sua tradição envolvendo-se:

(...) com o competitivo mercado da reforma, defendendo a delegação de poder, o sistema do internacionalismo econômico e a ‘economia de mercado’ contra a qual outrora se posicionava de modo tão ativo...Acima de tudo, ele começou a ver a si mesmo como o defensor da liberdade individual contra as intromissões do Estado, preocupado em devolver ao povo o seu direito natural de escolha e em introduzir em toda a corporação o princípio curativo da democracia. Estes são costumes efêmeros, bem-intencionados e nem sempre mal orientados, mas, não são, de modo algum, a expressão inelutável da perspectiva conservadora (Scruton, 2015, p. 46).

3. Conservadorismo no Brasil no Século XXI

O livro de Scruton deveria ser seguido como um manual para os “Conservadores” brasileiros, pois estes apregoam exatamente o contrário do que pregam os Conservadores com pedigree. O que estamos presenciando no Brasil nestes últimos anos é difícil de definir. A fusão entre o liberalismo e o conservadorismo, aqui, diferentemente do que ocorre na Europa e nos Estados Unidos entre 1980 e 1990 da forma a um conservadorismo muito mais deletério, pois no caso Brasileiro, a referida fusão é a própria negação do que autores conservadores, a exemplo de Scruton, apregoam. A novidade é que elas estão sendo enxertadas com o Liberalismo político. Verifiquemos, pois, como isto se deu.

A partir da ascensão à Presidência da República de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, por um partido claramente definido como de esquerda, mas que no decorrer do governo deslocou-se para a posição de centro-esquerda, a sociedade brasileira viveu um momento de grande expectativa, seja a direita e a esquerda. Qual foi a surpresa que ao assumir Lula adotasse uma política econômica ortodoxa de seu antecessor. Em nenhum momento o governo contou com a simpatia da mídia e ficou evidente com o “Mensalão” em que o partido do Presidente, o PT, e o governo foram fortemente alvejados. Contudo, a guinada na política econômica com a mudança de ministros na pasta da Fazenda, em 2005, com o foco agora voltado não apenas na estabilidade, mas, principalmente, no crescimento, o que implicou em mais gastos na área social, levou Lula à

vitória em 2006, a contragosto de boa parte da elite econômica brasileira. Contando com o bom momento econômico externo e interno em que todas as classes sociais foram beneficiadas, principalmente os extremos da base piramidal, Lula deixa o governo com mais de 80% de aprovação e faz sua sucessora, Dilma Rousseff.

Os problemas passam a aparecer a partir de 2013. No início do ano, governo e Presidenta gozavam de uma elevada aprovação, até que surgiram as primeiras manifestações contra o aumento das tarifas de ônibus, primeiro em Porto Alegre (RS) e depois em São Paulo (SP). As passeatas, que eram por problemas locais – passagens de ônibus, que é um problema da administração municipal, e violência policial contra os manifestantes em São Paulo, que é um problema do governo do estado – ganharam uma dimensão nacional e a maior prejudicada acabou sendo a própria Presidenta. As manifestações passaram a ocorrer de forma progressiva, principalmente com referência à organização da Copa do Mundo, e os manifestantes, claramente manipulados por grupos como “Vem Pra Rua”, “Revoltados Online” dentre outros, passaram a criticar os gastos e atrasos nas obras e a afirmarem que não haveria Copa. Esta onda, aliada ao desempenho econômico que começava a dar sinais de esgotamento do modelo, levaram o governo a sofrer críticas cada vez mais intensas, das quais resultaram ataques pessoais à Presidenta.

O descontentamento das pessoas com a economia, principalmente dos grupos que não gostavam dos governos petistas, mas que os toleravam porque estavam se beneficiando economicamente, aliado às manifestações cresceu com os apelos da mídia e das redes sociais; e o ódio até então restrito ao ambiente privado, passou a ser exposto publicamente, sem qualquer pudor. Comentários pejorativos, até mesmo de colunistas como Luis Felipe Pondé, na Folha de S.Paulo – não por acaso um dos representantes dessa nova configuração – destilam preconceitos como, misoginia, homofobia, elitismo e principalmente mostra seu ódio às classes sociais menos abastadas e que têm simpatia dentre o eleitorado conservador. Para exemplificarmos como este tipo de opinião repercute entre seus simpatizantes vejamos um trecho da coluna de 15 de novembro de 2010, sob o título “A 25 mil pés”, onde Pondé afirma detestar “aeroportos e classes sócias recém-chegadas a aeroportos, com sua alegria de praças de alimentação. Viajar, hoje em dia é quase sempre como ser obrigado a frequentar um churrasco na laje”. A inclusão social é um dos carros-chefe do programa do PT. Além disso, se um sujeito pode escrever algo assim no jornal de maior circulação do País, qualquer um se sente no direito de escrever e dizer qualquer bobagem. E qualquer crítica ou discussão sobre impor algum tipo de limite ao que se escreve e fala nos meios de comunicação é rotulado como censura. Vejamos o que Scruton comenta sobre esta questão:

(...) É óbvio que não pode haver liberdade de expressão em qualquer sociedade saudável se por liberdade entendemos o direito absoluto e desimpedido que alguém tem de dizer o que quer e de exprimir seus pontos de vista sobre qualquer coisa, a qualquer momento e lugar. É necessário saber pouco sobre direito para perceber que não há liberdade absoluta de expressão no Reino Unido. Pensadores liberais sempre reconheceram este fato, mas eles julgaram que as restrições à liberdade surgiram apenas como algo negativo e em respostas aos direitos individuais. A liberdade só deveria ser atenuada diante da possibilidade de alguém vir a sofrer por causa de seu exercício. Para o conservador, a restrição deveria ser mantida até que fosse ser possível mostrar que a sociedade não seria prejudicada com sua remoção...Não existe liberdade para maltratar, para incitar o ódio, para fazer ou tornar públicas declarações traiçoeiras, difamatórias, obscenas e blasfemas. (Scruton, 2015, p. 49)

É exatamente neste ponto que vejo que o que está ocorrendo no Brasil é uma apropriação de ideologias e a fusão que há de pior em cada uma delas. Estamos criando um corpo de medidas conservadoras como, por exemplo, a redução da maioria penal e a terceirização, que se somam a outras como as criminalizações do aborto e do usuário de drogas e a proibição do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Aliás, estamos caminhando para algo que foi muito bem exposto no artigo *Conservadores Ontem e Hoje: Um Olhar sobre os Estados Unidos dos Anos 80*, e que faz parte deste livro, em que seus autores mostram como os conservadores estadunidenses passaram paulatinamente a se organizarem para combater os movimentos sociais que começavam a ganhar força nos anos 1950 e, principalmente, 1960. O resultado ocorreu a partir dos anos 1980 em que uma série de direitos sociais passaram a ser reduzidos quando não foram definitivamente encerrados. Isto beneficiou a classe empresarial, que através dos cortes gastos sociais, como, por exemplo, o seguro desemprego terminou por forçar os trabalhadores a aceitarem empregos com baixos salários e condições precárias. Aliado a isto houve uma progressiva redução na carga tributária da elite estadunidense, que levou anos depois os EUA passarem a enfrentar problemas com seu endividamento interno. A desregulamentação da economia gerou em 2007 a maior crise econômica desde 1929.

A defesa de um “Estado Mínimo” por parte desse novo grupo surgido no Brasil é outra inovação da direita brasileira. Mais uma vez recorremos à Scruton:

(...) Nenhuma conservador sério pode acreditar que deve haver um poder maior que o do Estado, um poder que pode (caso decida) colocar-se além do alcance da lei. Os conservadores acreditam que o Estado é necessário para a autoridade deste e procurarão estabelecê-lo e reforçá-lo diante de toda influência que lhe farão oposição. (Scruton, 2015, p. 74)

Ao abordar o tema da democracia, Scruton não deixa de mostrar a que veio o Conservadorismo ao afirmar que a legitimidade de um governo não pode advir meramente da escolha democrática. Para justificar esta tese, apóia-se em Burke, quando este em sua crítica à Revolução Francesa não aceita o voto universal como parte necessária da constituição. Scruton vai ainda mais longe e afirma que é perfeitamente possível que ‘a essência constitucional’ britânica permanecesse indiferente se o direito ao voto fosse restrito a pessoas com posição social, educação, riqueza ou poder, àqueles, em sua opinião, que teriam um interesse autoconsciente nos destinos da nação. Muitos da classe média brasileira se lerem este trecho terão orgasmos múltiplos. Entretanto, continua Scruton, para desespero dos liberais, o conservador Disraeli ao ‘roubar-lhes’ a reforma eleitoral não o teria feito por considerar o sufrágio universal conservador, mas por uma questão estratégica, pois ao agir assim ele:

(...) satisfizes a ideia de que os conservadores estão tanto na parte mais baixa como no topo da escala social, e de que é na classe média, com seu desdém pela discriminação de outros, que o liberalismo encontra seu lar natural. (Scruton, 2015, p. 109)

Contudo, a maior ironia reside na leitura que os conservadores fazem do estadista. Para eles, o estadista prudente é o que reconhece a pluralidade de uma sociedade, os seus valores múltiplos e rivais em que vão surgindo ao longo de seu governo. Segundo eles, um conservador sabe que a realidade é complexa e, dessa forma, não segue cartilhas ideológicas. Segundo João Pereira Coutinho o estadista deve:

(...) distinguir as “coisas acidentais de causas permanentes”, na medida em que nem todas as “irregularidades” constituem um “desvio total” no curso da ação política. Para um agente conservador, é tão importante saber reformar (e o que reformar) como saber não reformar (e o que não reformar)...O político conservador, antes de reformar, deve “ver” com seus próprios olhos, “tocar” com as suas próprias mãos. E acrescenta Burke: Eu tenho que olhar para todas as ajudas e todos os obstáculos. Eu tenho que encontrar os meios de corrigir o plano, onde esses corretivos são necessários. Eu tenho que ver as coisas, que tenho que ver os homens.” (Coutinho, 2014, p. 77)

Por esta definição Lula, que é tão criticado atualmente por esta nova direita, seria, se não o maior estadista brasileiro, um dos maiores, na medida em que procurou, por meio de sua política, ficar bem com todas as classes sociais e, dessa forma, agindo como um reformador e não como um revolucionário. Seguindo esta lógica, Lula seria o maior conservador de esquerda e o maior radical de direita.

Considerações finais

Este artigo procurou apresentar alguns dos principais aspectos da teoria Conservadora e suas relações com o liberalismo econômico e como elas foram incorporadas no Brasil. Dessa forma, procuramos responder à pergunta: o que buscam os conservadores?

Parece claro que o objetivo dos conservadores é a manutenção do *status-quo*. Isto pode ser observado no tipo de crítica feito pelos conservadores em relação à teoria do valor trabalho, que seria menos uma teoria política do que uma teoria da exploração política. Ora, lembremos que a teoria do valor trabalho explicitava os conflitos de classe a ponto de utilitaristas e marginalistas desenvolverem uma nova teoria, a da utilidade, que explicitava uma harmonia social, para contraporem aos socialistas. Além disso, defendem que o Estado não seja mínimo, não por questões econômicas, mas para manter o direito à propriedade.

Já os conservadores brasileiros, diferentemente dos ingleses e estadunidenses, fazem uma mescla do que, em minha opinião, existe de pior entre o Conservadorismo (defesa do *status-quo*, defesa da redução da maioria penal, lei antiaborto, contra a união de pessoas do mesmo sexo), e liberalismo (contrários a regulação da mídia) e do liberalismo econômico (defesa do estado mínimo). Tudo isto aliado a uma mídia que age muito mais como um partido político, aproveitando-se de uma massa de espectadores passivos e desengajados. O resultado é a exacerbação de preconceitos contra mulheres, homossexuais e, principalmente, o preconceito de classe.

Destarte, os conservadores brasileiros não devam ser subestimados, devemos combatê-los!

Referências Bibliográficas

ARIDA, Pêrsio. A história do pensamento econômico como teoria e retórica. In: *A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica*. (Orgs.) REGO, J. GALA, P. São Paulo: Editora 34, 2003.

BLAUG, Mark. *Economic Theory in Retrospect*. Fourth edition. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. *The Methodology of Economics: or how economists explain*. Second edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

- BRUE, Stanley. L. (2005). *História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Thomson.
- COUTINHO, João Pereira. *As Ideias Conservadoras Explicadas a Revolucionários e Racionários*. São Paulo: Três Estrelas, 2014.
- COUTINHO, João. P; PONDÉ, Luiz.F.; ROSENFELD, Denis. *Por que virei à direita*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.
- DEANE, Pyllis. *A Evolução das Ideias Econômicas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- FONSECA, Pedro. C. D. Clássicos, neoclássicos e neokeynesianos: uma tentativa de sistematização. *Perspectiva Econômica*. Ano XVII, v. 11, n. 30, pg. 35-64. São Leopoldo: UNISINOS, 1981.
- HUNT, Emery. K. *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
- JEVONS, William S. *A Teoria da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural.(Os Economistas), 1983.
- LOWY, Michael. e SAYRE, Robert. *Revolta e Melancolia*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- KEYNES, John. M. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Abril Cultural. (Os Economistas), 1983.
- MARSHALL, Alfred. *Principles of Economics*. Eighth edition. Londres: Macmillan, 1920.
- MEEK, Ronald. *Economia e Ideologia*. O desenvolvimento do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.
- MENGER, Karl. *Princípios de Econômica Política*. São Paulo: Abril Cultural.(Os Economistas), 1983.
- ROBINSON, Joan. *Economic Heresies: some old-fashioned questions in economic theory*. London: Macmillan, 1970.
- ROBINSON, Joan; EATWELL, John. *Introdução à Economia*. Rio de Janeiro/São Paulo: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1978.
- SAMUELSON, Paul. A. *Economics*. Third edition. New York: McGraw-Hill, 1955.
- SCHUMPETER, Joseph. A. *Teorias Econômicas: de Marx a Keynes*. Rio de Janeiro: Zaha, 1970.
- SCRUTON, Robert. *O Que é Conservadorismo*. São Paulo: É Realizações, 2015.

O CONSERVADORISMO DA BUROCRACIA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

*Neide Coelho Boechat**

Resumo: Este artigo trata dos problemas trazidos às Instituições privadas de ensino superior, por uma administração burocratizada cujos recursos impostos não levam em conta as especificidades desse tipo de empresa. A preeminência dos instrumentos burocráticos utilizados sobre a qualidade do trabalho acadêmico têm trazido um enorme prejuízo à qualidade do ensino, às possibilidades de pesquisa e aos projetos de extensão tão necessários à vida acadêmica.

Palavras-chaves: conservadorismo, burocracia, ensino, ética, violência.

Abstract: This article deals with the problems brought to private institutions of higher learning, by a bureaucratic administration whose tax resources do not take into account the specificities of this type of company. The preeminence of bureaucratic instruments used on the quality of academic work have brought a huge damage to the quality of education, to research possibilities and extension projects as needed to academic life.

Keywords: conservatism, bureaucracy, education, ethics, violence.

Introdução

O cenário burocrático que se impõe atualmente em nossas universidades é uma herança deixada pelo século XIX que se manteve conservada como um recurso utilizado não só pelo Estado mas como elemento indispensável a toda e qualquer organização, seja ela pública ou privada.

Apesar da amplitude de sua utilização, a burocracia sempre foi alvo de grandes insatisfações no seio da sociedade. Contudo, especialmente nessa última década, com a sofisticação dos

* Doutora e mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Coordenadora do Curso de Filosofia do Centro Universitário Assunção (UNIFAI).

métodos criados pela tecnologia de informação, a utilização exacerbada de seus recursos no interior do universo acadêmico começou a despertar preocupações dos docentes que enfrentam limites, muitas vezes intransponíveis, devido à força e à peculiaridade dos mecanismos de controle utilizados.

Não podemos negar a necessidade de fazermos uso dos novos recursos criados pela informatização e sabemos mais ainda que sem estes a vida de um modo geral, e a vida acadêmica em particular, enfrentaria grandes dificuldades em função de nossa densidade demográfica. Atender a todas as demandas sem o recurso tecnológico seria, de fato, impossível.

Entretanto, a questão que nos mobiliza neste momento, é o uso que se tem feito de tais recursos e a distorção operada pelas novas logísticas que se impõem no interior de nossas instituições de ensino, transformando-as em verdadeiras empresas, fundadas sobre uma racionalidade técnico-burocrática formal que despreza o caráter e torna nulo o valor dessas instituições, enquanto lugar histórico de produção de conhecimento.

Dessa forma, os docentes universitários, veem hoje com preocupação os prejuízos causados à qualidade do ensino, às dificuldades impostas ao desenvolvimento de pesquisas e aos impedimentos colocados à criação dos projetos de extensão. Resumindo: os cursos universitários sofrem hoje uma crise extremamente difícil de ser debelada.

É importante deixar claro, que o foco desse trabalho recai sobre as instituições particulares de ensino superior (pois a realidade das universidades públicas passa por canais que diferem daqueles percorridos pelo ensino privado) e suas lutas para alcançar uma nova ordem menos burocrática, onde os objetivos acadêmicos e a responsabilidade ética fossem apreendidos como preocupação dominante.

1. Entre o passado e o presente

Quando observamos o pano de fundo sobre o qual foi construído o cenário da História Universal, podemos constatar ali, de forma bem definida, a luta constante dos homens pelo poder. Das épocas mais distantes à nossa atualidade, a conquista do poder passou pelas mais diversas artimanhas políticas. Contudo, não é nosso propósito operarmos uma investigação aprofundada desses movimentos. O que nos interessa nesse momento, é fazer uma breve reflexão sobre as

origens e as consequências dos sofisticados mecanismos de controle criados em nome dessa luta e que, atualmente, sufocam nossa sociedade em seu aspecto mais vulnerável: a educação.

Em busca de compreender tais origens, se faz necessário um olhar um pouco mais atento-ainda que de forma resumida - para os movimentos que marcaram a passagem do século XVIII para o século XXI, ou seja, da Revolução Francesa à Revolução Industrial e desta à Revolução Digital a fim de perceber a natureza das organizações que sustentavam os grupos financeiros, econômicos e políticos criados ao longo desses períodos.

É interessante observar as inúmeras transformações instituídas e as diferentes formas de recursos criados em função de novas fontes insurgentes de poder ou das estratégias que possibilitavam a manutenção de um poder já adquirido.

Segundo Polanyi, na esfera da história universal, a busca pelo equilíbrio do poder foi, durante vários séculos, alcançada através de guerras contínuas. “Segundo o filósofo, poucas coisas eram vistas como mais prejudiciais a uma comunidade do que a existência, em seu meio, de um interesse organizado pela paz” (p. 21). De acordo com Rousseau (1712- 1778) por exemplo, diz Polanyi, o interesse pela paz soava como falta de patriotismo.

Contudo, da Revolução Francesa no século XVIII, à Revolução Industrial no século XIX, a questão do poder sofre uma alteração profunda que se manifesta como antítese do século precedente. A paz desponta nesse momento, como a condição necessária ao equilíbrio do poder, ou seja, tal equilíbrio só poderia ser assegurado por um estado pacífico, e qualquer movimento que ameaçasse esse estado colocaria em risco a articulação dos negócios sustentados pelo desenvolvimento industrial, pelo comércio e pelo movimento crescente do mundo financeiro cujos tentáculos se estendiam pelos países europeus. Todavia, é interessante observar que, apesar de ter sido palco de vários conflitos, o século XIX ficou reconhecido por ser um momento histórico marcado pela exigência de manutenção da paz. Polanyi observa ainda quena segunda metade do século,

(..) sob formas variadas e ideologias mutáveis – às vezes em nome do progresso e da liberdade, às vezes pela autoridade do trono e do altar, às vezes graças às bolsas de valores e aos livros de cheque, às vezes por corrupção e suborno, às vezes por argumentos imorais e apelos iluministas, às vezes à custa de bordoadas e de baionetas – o resultado conseguido era o mesmo, e a paz foi preservada.

A questão é que tal preocupação com a paz surgia em função da necessidade de se manter o controle sobre as novas determinações que despontavam na totalidade do cenário recém-criado

pela Revolução Industrial: um campo de industrialização crescente, um comércio que se agigantava de forma internacional e um mercado financeiro que se afirmava como intermediador entre as organizações políticas e econômicas mundiais. É neste cenário, em pleno movimento, que a burocracia despontou como um recurso organizacional que pretendia assegurar e legitimar os núcleos de poder que se expandiam desde a base até o topo das pirâmides sociais e políticas.

Toda uma rede burocrática que rapidamente se expandiu despertou o interesse de Max Weber (1864-1920). Tal cientista procurou investigar as raízes e os modos de presença deste recurso que, segundo ele, se manifestava como “o tipo mais puro de dominação legal” (Weber, 1999, p.128). Uma dominação que não se restringia apenas às esferas estatais, seus domínios envolviam qualquer instituição, fosse ela pública ou privada.

Contudo o grande problema que transparecia entre as malhas dessa rede é que a legitimação do poder assegurado pelos instrumentos burocráticos fortalecia o desenvolvimento de uma racionalidade funcional que, se por um lado parecia assegurar o controle da instituição, por outro, comprometia a relação entre os meios utilizados e os fins pretendidos.

Segundo Weber, o quadro administrativo de uma empresa é formado por *funcionários* que obedecem às *regras* apresentadas por um *profissional* cujo direito de mando é legitimado por uma *competência concreta* e a base do funcionamento técnico é a *disciplina de serviço*. Logo o elemento pessoa desaparece (Weber, 1999, 129). Tudo o que se tem são cargos. O homem se define pela função que ocupa.

Foi com esse desconforto que no final do século XIX, Karl Marx (1818-1883) desafiou a sociedade europeia colocando em foco o tema de seu conhecido trabalho acerca da alienação desenvolvida pelos trabalhadores, em função das condições desumanas que lhes eram impostas em seu campo de trabalho. O que Marx pretendia ressaltar era que o desrespeito à condição humana do trabalhador acabava por provocar uma inversão na relação do homem com o produto do seu trabalho, isto é: o ser humano deixa de ser um fim em si mesmo para tornar-se um meio ou um instrumento; e os produtos do seu trabalho tornam-se o fim ou a finalidade da força humana empregada. Com isso, tornam-se coisificados todos os elementos da rede produtiva: o homem torna-se uma coisa denominada *força de trabalho* e recebe outra coisa denominada *salário*; o produto do trabalho torna-se uma coisa denominada *mercadoria* e recebe outra coisa chamada *preço*. O proprietário das condições de trabalho torna-se uma coisa chamada *capital* e recebe outra coisa chamada lucro. (Marx, 2004, p.79)

Conclusão: o homem aniquila seu ser como fim em si mesmo para tornar-se um meio ou uma coisa, uma peça da engrenagem industrial, do movimento comercial, do mercado financeiro e da organização burocrática que mantém todo este sistema. Dessa forma, podemos dizer que o século XIX se encerra e deixa como herança uma racionalidade burocrática produtora de mecanismos e instrumentos que se desvelam como essenciais e se auto-legitimam, impondo à sociedade, de forma dissimulada, a força do seu poder sem que esta, nem mesmo se dê conta de forma clara, da reificação a que está reduzida.

Dessa forma, é importante observar que, se o século XIX se destaca pela paz como nos mostra Polanyi, ele não foi menos violento que os demais, pois a burocracia ali afirmada e efetivada é uma terrível violência perpetuada à condição humana. Por outro lado, vale apontar o aspecto obscuro desse processo, pois é, exatamente, pela obscuridade dos elementos que contornam a realidade humana que a condição alienante se afirma e, nesse caso, não foi diferente. A violência semi-obscura do recurso burocrático reside na opressão que ele impõe e, por ser uma opressão dissimulada, os oprimidos são facilmente dominados. Contudo, a reificação humana que ele nos impõe também traz em si uma dissimulação pois, nesse processo, o homem não se torna realmente e efetivamente *uma coisa*, ao contrário, é humanamente, é como homem, que ele vive a condição de coisa; ele torna-se uma coisa-humana ou um homem-coisa. O problema é que tal ambiguidade impede que a consciência alcance a verdade de sua condição. Assim, embora já coisificado, e embora essa sua condição se manifeste fisicamente em seu corpo e em suas ações, ele não tem conhecimento dessa situação como um fato. É aí, nessa dissimulação, que reside o aspecto violento da burocracia.

Assim sendo, a força da racionalidade burocrática se estendeu ao longo do século XX, e chega à sua última década acenando para as complexas alterações que adviriam com a revolução digital. Das grandes às médias e pequenas empresas, todas se viram, em dado momento, frente à necessidade de promover uma reorganização que atendesse às tecnologias de informação. A virtualidade que sustenta tais tecnologias exigiu da sociedade uma alteração radical. Atualmente, está bastante claro para todos que uma nova forma de racionalidade se faz necessária a fim de dar conta das alterações e dos novos códigos que se modificam e adquirem novos contornos com uma margem de tempo, na maioria das vezes, insuficiente para o acompanhamento das mudanças.

Contudo, o que chama a atenção, é que na dialética histórica operada no decorrer dos séculos anteriores, alguns aspectos foram superados, outros conservados e assim, entre superações e conservações novas sínteses se criaram. Todavia, do século XIX para o século XXI, podemos

observar que, apesar da superação de muitos aspectos, a burocracia se destaca como um recurso que se manteve não apenas conservado, mas assimilado de forma incontestável, e em plena consonância com o desenvolvimento técnico científico de cada momento, sofisticando cada vez mais seus instrumentos de controle. Podemos observar que uma constatação feita por Max Weber no século XIX, está em perfeita consonância com a nossa realidade atual.

Toda a história do desenvolvimento do Estado moderno, particularmente, identifica-se com a da moderna burocracia e da empresa burocrática, da mesma forma que toda a evolução do grande capitalismo moderno identifica-se com a burocratização crescente das empresas econômicas. (Weber, 1999, p. 130).

Apesar do avanço alcançado no século XXI pela área cibernética, a racionalidade burocrática não só se mantém, como se faz cada vez mais forte. A necessidade de controle parece aumentar na razão direta do aumento de recursos criados em função da vigilância. É interessante observar ainda, que a sofisticação dos recursos criados, de fato, tornou-os bem menos ostensivos e, exatamente, por serem mais camuflados sua presença pôde tornar-se muito mais constante. Tudo indica que os novos recursos oferecidos pela informatização, de fato, favorecem muito a ubiquidade da burocracia.

Entretanto, precisamos observar com atenção o surgimento de um fenômeno que, apesar do tempo de sua atuação, hoje mais do que nunca se impõe trazendo grandes prejuízos à sociedade. Refiro-me aqui a uma rede de recursos paralelos à burocracia, que operam sob a mesma ordem destes, mas com a finalidade de driblar as regras impostas pela burocracia aceita como legítima por toda a sociedade. É do conhecimento de todos os cidadãos que nosso cenário social abriga duas teias burocráticas que se diferem, certamente, por sua legitimidade, mas que caminham lado a lado: uma tem amparo legal, se desvela e se impõe como regra obrigatória; a outra é velada, ilegítima mas, em sua clandestinidade, se anuncia como opção. Contudo, o fato de sua não-legitimação, não se torna um empecilho, ou seja: se a legítima burocracia impõe enormes dificuldades para que o cumprimento de suas exigências alcance os objetivos por ela determinados, atendendo de forma precária às necessidades dos cidadãos, uma outra burocracia, sem apoio legal oferece facilmente seus serviços e é, por isso mesmo, procurada, tornando-se cada vez mais aceita, sem qualquer constrangimento. A naturalidade com que ela se coloca no seio da sociedade e a facilidade com que os indivíduos a procuram é justificada pelas enormes dificuldades impostas para que as regras burocráticas legítimas sejam cumpridas regularmente.

Tal situação é muito grave porque alimenta a falta de compromisso da sociedade com as leis do Estado, provocando uma alienação social expansiva, uma rede paralela corrupta e, conseqüentemente, uma enorme descrença em seus governantes.

2. A burocracia e a corrupção

É, precisamente, esse duplo movimento, que nos leva a concluir que a burocracia é o alimento da corrupção ou, como afirma Karnal, “a corrupção tem na burocracia o seu nascedouro”²⁹. Seja qual for o objetivo da corrupção (recebimento de dinheiro, obtenção de cargos, desvios de documentos, vantagens sociais e políticas de qualquer ordem, etc.) ela só se sustenta se estiver apoiada por alguma tramitação burocrática devidamente organizada. E, ademais, esclarece ainda o referido professor: “a burocracia não garante o controle do que quer que seja”.

A questão que se torna inevitável é: se uma organização burocrática pode ser desmantelada e substituída por outra (ilegal); se a burocracia não alcança o controle pretendido pelas empresas, o que faz com que a esfera empresarial tente se articular em cima de organizações cada vez mais burocráticas?

Talvez a chave de compreensão para este fato esteja na célebre afirmação de Max Weber: “A burocracia não tem rosto, só engrenagens” (Weber, 1999, p. 30-31), ou seja, ninguém é totalmente responsável pelas determinações exigidas; a responsabilidade é sempre transferida e distribuída entre os funcionários envolvidos, e o poder diluído pelos diversos patamares da pirâmide hierárquica permanece assegurado, garantindo o funcionamento do aparelho burocrático. Dessa forma, a grande preocupação com a eficácia da burocracia, não diz respeito ao aprimoramento do serviço, mas sim à garantia do poder.

Dessa forma, podemos constatar que nossa organização social está assentada sobre a tirania de um império técnico-burocrático cujos comandos invisíveis, indefinidos, indistintos, sem nome e sem rosto nos obrigam ao cumprimento de leis estabelecidas e, o que é mais grave ainda, um cumprimento indiscutível, pois qualquer tentativa de esclarecimento está fadada ao fracasso, ou seja, a *via crucis* a ser percorrida em busca de alguma informação assemelha-se à luta do agrimensor, personagem de Kafka (1983-1924), que para reivindicar seus direitos passa por um cortejo de burocratas que o impedem de alcançar seu objetivo. É interessante mostrar o paralelo

²⁹Karnal, Leandro. Comentário realizado na TV Cultura, no Jornal da Cultura do dia 11/09/2015, acerca da corrupção no Brasil.

entre a realidade dessa obra de ficção, publicada no início do século passado e a nossa realidade atual, para deixar claro o conservadorismo que sustenta nossa racionalidade.

A obra *O Castelo*, escrita em 1922, relata uma situação que em nada difere da nossa situação atual. Os trâmites burocráticos que somos obrigados a percorrer em busca de esclarecimentos sobre nossos direitos nos colocam diante de situações que não compreendemos e para as quais ninguém tem uma resposta; os caminhos não são claros; os argumentos são contraditórios; os funcionários repetem um discurso decorado; ninguém tem condição de nos oferecer uma informação segura, porque também ninguém sabe o que dizer. E, por mais que nos esforcemos, saímos sem respostas. A verdade do que procuramos nunca aparece. E, ao final da luta, envergonhados pela derrota, cedemos à exigência do que nos é imposto. Daí o caráter tirânico da burocracia que nos oprime. Nossa situação em muito se assemelha à realidade do século XIX. Será que podemos mesmo falar de progresso?

A contradição da realidade em que vivemos, exige-nos uma reflexão: por um lado temos que conviver com a obscuridade que acompanha os elementos de controle criados por uma racionalidade burocrática, por outro, nos vemos expostos em um universo dominado pelas redes sociais e por todo o aparelhamento do mundo digital criado por uma racionalidade tecnológica que ameaça com luzes de néon nossa privacidade, aproximando o espaço público do privado de tal forma, que hoje parece não fazer mais sentido se discutir sobre a dicotomia aparência *versus* realidade, pois a aparência está colada à realidade e, a partir daí, o que é visto é real e existe, ou seja, o que é visto fica reduzido àquilo que aparece.

O problema trazido por toda essa indissociação é, exatamente o caráter ambíguo que ela carrega em si: a realidade aparente é determinada por algo que age de forma invisível (não-aparente), ou seja, a realidade é criada e compreendida por uma razão mercadológica alimentada pela força da virtualidade advinda das tecnologias de informação; uma razão que *não tem rosto*, como afirmava Weber e nem as condições de possibilidade para a *mão invisível* de Adam Smith; uma razão que se fez “cega pelas luzes intensas do seu século, não conseguindo, com isso descobrir as trevas do seu tempo” (Agamben, 2010, p. 63) e que se fez muda diante das regras que lhes são impostas pois, no que diz respeito ao pensamento burocrático, nossa razão se cala: o *logos* parece não dar conta dessa realidade.

3. A burocracia nas instituições de ensino superior (IES)

A complexidade maior de toda essa questão desponta quando nos damos conta de que a burocracia que regula o funcionamento de empresas cujo lucro advém do mercado e que precisam lucrar com a venda de seus produtos é a mesma que obscurece com sua cegueira as instituições de ensino superior, obliterando ali o *status* entre meios e fins. A racionalidade que rege uma, rege também a outra. Reside aí o absurdo de tal situação, pois meios e fins totalmente diversos, são tratados como iguais.

É claro que não podemos deixar de reconhecer os muitos aspectos facilitadores promovidos pela tecnologia da informação, mas, por outro lado, somos também levados a constatar que os administradores das instituições de ensino não levaram em consideração os aspectos humanos, quando transferiram sua razão mercadológica e seus conhecimentos de administração empresarial para a especificidade dessas instituições .

No que se refere aos objetivos de empresas voltadas para a produção ou venda de mercadorias e, principalmente, para o mercado financeiro, é pertinente o uso das técnicas de informação que otimizam o tempo na estruturação da logística que as sustentam, pois a urgência do lucro é a finalidade do empreendimento. Da mesma forma, é pertinente preocupação dos empresários em investir fortemente na qualidade dos produtos fabricados, pois o controle de qualidade é o que garantirá o sucesso de suas vendas na competição com os concorrentes. Para isso se tornar possível, um grande investimento é realizado em todo o ambiente onde os produtos são confeccionados: deve-se observar um controle especial de temperatura, de umidade, do acondicionamento correto das mercadorias, do prazo de validade, etc.; os técnicos e os operadores fazem uso de roupas e acessórios especiais que os resguardam de acidentes. E assim, uma série de condições apropriadas são mantidas para que a produção final alcance a eficácia necessária ao sucesso de suas vendas.

Contudo quando o foco recai sobre as instituições ensino superior dois aspectos precisam ser ressaltados: o tempo e a qualidade do produto (e sem dúvida, um está vinculado ao outro). A questão do tempo, embora apareça frequentemente, é muito pouco considerada. Entretanto é fundamental, se quisermos demarcar os limites que separam as IES das demais empresas, que alguns aspectos mereçam nossa reflexão. Para começar, precisamos perceber que a vivência do tempo, ou seja, a forma pela qual os docentes e discentes administram suas funções diante da dualidade tempo-trabalho, e a expectativa dos empresários que administram essas instituições em relação a este trabalho em nada se aproximam das demais empresas. O trabalho desenvolvido no interior de uma IES não pode ser rigidamente mediatizado pela urgência do tempo, pois a principal

finalidade desse tipo de empreendimento não deve ser o lucro, mas a formação educacional e intelectual daqueles que pagam e mantêm a instituição e, embora isto pareça muito claro, quando os cronogramas dessas instituições são organizados, tal fator não é levado em consideração. Ao contrário, tudo é cronometrado em função das regras burocráticas estabelecidas, cuja referência temporal é a velocidade possibilitada pela informatização. Mas o grande problema, é que a expectativa do cumprimento dessas regras ignora o fato de que elas não poderiam ser cumpridas, pois a temporalidade humana em nada se aproxima da velocidade própria das respostas informatizadas. A velocidade das respostas esperadas é incompatível com o tempo necessário para sua elaboração. Estabelece-se, então um paradoxo: não são os mecanismos burocráticos que servem às necessidades acadêmicas, ao contrário são as necessidades acadêmicas que deverão funcionar e se adaptar ao tempo imposto pelos mecanismos urgentes da burocracia. Dizendo de outra forma: não são as máquinas que devem servir aos homens, ao contrário os homens é que devem se adaptar ao ritmo das máquinas.

Toda essa questão torna-se grave porque a simplicidade e a imediatividade com que vivemos nossa temporalidade nos impede uma reflexão adequada sobre essa nossa vivência. Não nos permitimos “perder tempo” pensando sobre o tempo. Entretanto, essa negação nos traz grandes prejuízos.

No que se refere ao trabalho desenvolvido nas IES, a questão do tempo torna-se especialmente grave pela inversão que atinge os objetivos fundamentais propostos pelos planejamentos dessas empresas, ou seja, a qualidade do trabalho desenvolvido entre alunos e professores, (preocupação fortemente apontada em tais planejamentos) perde sua importância, em função da imediatividade dos seus resultados que, por sua vez, devem ser devidamente registrados, no prazo determinado. Além disso, é interessante apontar, que os resultados não são o que, de fato, importam, mas sim o seu registro. O registro das informações adquire um peso muito maior do que a informação em si mesma, pois qualquer atraso ou ausência do registro pode comprometer a rede burocrática previamente organizada pela empresa. A preeminência do registro sobre o resultado já é consequência do descompromisso com a qualidade do trabalho desenvolvido.

É interessante apontar que desponta também neste quadro a inversão apontada por Marx, no século XIX, na relação do homem-trabalho. Quando se trata de uma empresa voltada para a fabricação de mercadorias, o empresário se apresenta totalmente comprometido com a qualidade do produto (como já apresentamos anteriormente), isto é, o produto merece do empresário um cuidado todo especial. Mas no caso de uma instituição de ensino, onde o trabalho diz respeito à

produção do conhecimento criado, não por máquinas, mas por seres humanos, a qualidade do produto não faz parte dos interesses do empresário. Será que podemos falar de progresso?

Não se trata aqui de desconsiderar a busca pelo retorno financeiro daquele que investe seu capital nesse tipo de empresa, mas é preciso levar seriamente em consideração que, se uma empresa é criada sob o compromisso de investir na produção do conhecimento, na cultura ou em qualquer aspecto ligado à educação e à formação intelectual dos envolvidos, os limites humanos dos atores participantes deste processo devem ter, pelo menos, a mesma importância dada, por exemplo, àqueles que trabalham com a produção de mercadorias e à qualidade das mercadorias por estes produzidas. É o mínimo que se poderia esperar desses empresários.

A gravidade dessa distorção é que ela recai diretamente sobre os dois sustentáculos da instituição: o corpo discente e o corpo docente, comprometendo nesse processo a relação entre meios e fins, já mencionados acima. Ou seja, o fim das instituições de ensino superior estão hoje voltados para a manutenção do perfeito funcionamento de uma esteira burocrática previamente estabelecida; o respeito ao cumprimento da burocracia é a grande finalidade dessas empresas. Com isso, a produção do conhecimento, enquanto fim legítimo de uma universidade, perde seu caráter de fim, comprometendo, entre vários outros aspectos, o tripé que deveria manter-se incólume no interior do espaço universitário: o ensino a pesquisa e a extensão. Foi tal distorção que conduziu Tragtenberg (1929-1998) a identificar no ensino universitário uma situação de “delinquência acadêmica”.

A delinquência acadêmica caracteriza-se pela existência de estruturas de ensino em que os meios (técnicas) se tornam fins, os fins formativos são esquecidos; a criação do conhecimento e sua reprodução cedem lugar ao controle burocrático de sua produção como suprema virtude, em que ‘administrar’ aparece como sinônimo de vigiar e punir – **o professor é controlado mediante os critérios visíveis e invisíveis de nomeação; o aluno, mediante os critérios visíveis e invisíveis de exame.** (Tragtenberg, 2004. p.18, grifos meus)

Todo esse quadro de amplos paradoxos vividos conflitivamente pelos docentes e discentes da instituição é complementado no final do período, quando este que desenvolveu seus trabalhos planejados e legitimados pela universidade onde estudou, se vê diante da oportunidade que lhe é conferida pelos órgãos governamentais de avaliar a IES na qual realizou seu curso. Aliás, o discente, formalmente, só finaliza o curso quando avalia legitimamente a instituição de ensino em que estudou. Para isso, ele faz um exame proposto pelo Ministério da Educação avaliando o

trabalho desenvolvido pelos professores da instituição e, caso o resultado não seja favorável, a instituição será penalizada. Formalmente, a responsabilidade recairá sobre ela, que é também um órgão formal mas, na origem do fracasso, destaca-se a figura do profissional de ensino que trabalhou diretamente com os discentes: a pessoa do professor. Concretiza-se, nesse momento, a maior e mais constrangedora distorção de todo nosso sistema de ensino: não é o docente que avalia o discente, ao contrário, é este que vai avaliar o profissional de ensino que com ele trabalhou: um professor que se empenhou em sua formação intelectual, que foi admitido legitimamente em sua função, mas que será, ainda que indiretamente, avaliado por uma prova cujo objetivo nada tem a ver com os conteúdos por ele trabalhados, pois o que tal avaliação pretende investigar são as habilidades e competências desses docentes.

Com isso nos vemos diante de mais um recurso burocrático - desta vez não mais imposto pelas IES, mas sim pelo Estado - pelo qual ninguém se responsabiliza porque não há mesmo nenhum responsável identificado: os alunos não se responsabilizam, porque os resultados não retornam sobre eles; os empresários dirigentes das IES não se responsabilizam porque não têm participação neste trabalho e os professores não podem se responsabilizar, porque os objetos de seu trabalho não fazem parte desta avaliação. De qualquer forma, a invisibilidade, a irresponsabilidade e os aspectos de controle e punição próprios dos recursos burocráticos se fazem presente: a nota obtida pelos alunos recairá não sobre ele, mas sobre a instituição onde estudou que, por sua vez, permanece cega, surda e muda, como toda sociedade onde a burocracia reina de forma absoluta.

4. A burocracia e a força mercadológica do poder

Em seu passado histórico, as escolas foram criadas para atender à necessidade de levar conhecimento e cultura àqueles que iniciavam sua construção intelectual. As instituições eram necessárias à sociedade para complementar a educação que se iniciava no âmbito familiar. Tal necessidade conferiu às instituições um valor que vinha atrelado ao saber. A procura e o interesse pelo conhecimento já era em si mesmo um valor. Por outro lado, o professor, enquanto ator desse processo, ocupava um lugar distinto dos demais, pois era aquele que ofereceria aos discentes o saber procurado. A ausência do conhecimento se manifestava como um desvalor. Logo o valor do saber, como todo valor, estava relacionado à sua falta.

Contudo, na historialização desse processo operou-se uma profunda inversão e o quadro que hoje se desvela diante de nós é exatamente o avesso do seu princípio. Não são apenas os alunos que precisam de escolas para sua formação intelectual; são as escolas que deles necessitam para se afirmarem solidamente como empresas. Podemos perceber que tal alteração modificou inteiramente o cenário diante do qual vem se desenvolvendo a história da educação no país.

Foi dessa forma que consolidou-se a finalidade da criação de instituições de ensino como empresa cujo produto vendido deve obedecer à demanda do mercado e, como vivemos a era da informatização, o produto não poderia ser a cultura ou o saber mas sim a informação dos acontecimentos e das ocorrências que aparecem a cada instante em cada lugar do mundo se multiplicando com rapidez no competitivo e agressivo mercado internacional. Simbolicamente, isso fica muito claro pela presença das elemídias espalhadas pelo interior de todas essas empresas de ensino superior: tais aparelhos foram programados para veicular apenas divulgações jornalísticas; ali não se veicula nada que diga respeito à cultura ou ao saber, pois é preciso reforçar nos alunos o interesse pelas informações e mantê-los sempre bem informados. Mas, por outro lado, chama atenção a falta de divulgação de qualquer evento relacionado à cultura ao conhecimento ou à educação

O que podemos constatar é que não há mais qualquer pudor em se fazer da educação um produto a ser mercantilizado, foi necessário que ela se submetesse às leis mercadológicas. E como, por sua vez, o conhecimento e a cultura também transformaram-se em outra coisa que não aquilo que conhecíamos como tal, seu valor não pode mais estar atrelado à falta que fazem, porque já não fazem falta alguma. Portanto, a educação anunciada no mercado está fundamentada na informação e vendida muitas vezes por preços exorbitantes.

Assim sendo, os professores se especializam em disciplinas que possam ser úteis ao mercado e os alunos procuram os cursos para os quais haja mercado de trabalho. A força do mercado invade e devasta as entranhas do corpo acadêmico de tal forma que, se uma disciplina perde sua utilidade comercial, sua presença tende a desaparecer do universo do conhecimento. Só permanece e vale a pena ser conhecido, aquilo que pode ser comercializado.

No interior desse universo mercadológico que circunscreve o ambiente acadêmico, vale observar com atenção as relações de poder criadas entre o corpo discente e as demais instâncias das instituições.

Hierarquicamente, as mantenedoras, a reitoria e o corpo docente estão colocados acima do corpo discente na pirâmide institucional. Todavia, sem o corpo discente essa pirâmide desaba.

Todos dependem dele para subsistir. Logo, a submissão a ele deveria ser algo indiscutível. Mas a questão se torna complexa, porque é necessária a presença de uma autoridade para que a ordem e a obediência a toda burocracia imposta seja mantida. Em princípio, essa autoridade deveria ser garantida pelo estatuto do saber que acompanha o corpo docente e que, por sua vez, mantém uma relação mais direta com os discentes. Entretanto, tal autoridade se desvela enfraquecida, pois está diretamente submetida aos ditames do poder burocrático. Como a inércia burocrática que domina as instituições perpetua a impotência daqueles que a ela se submetem, a temporalidade vivenciada nos por docentes e discentes sofre uma disfunção, afetando a relação de autoridade³⁰ que deveria ser mantida: o professor não tem o tempo necessário para trabalhar os conteúdos exigidos, porque o tempo do docente é controlado pelas instâncias burocráticas dos setores administrativos cujas necessidades são incompatíveis com o trabalho pedagógico; o aluno não tem o tempo necessário para assimilar os conhecimentos propostos porque o tempo determinado pelo professor é incompatível com sua produção científica. Logo, o docente precisa afrouxar os limites colocados e enfraquece sua autoridade, em função de atender às demandas urgentes impostas pela burocracia vigente. Aliás é importante perceber a força com a qual o império burocrático rege as instituições de ensino, determinando o que deve ou não prevalecer; o que deve se destacar ou que deve desaparecer, tornando cada vez menor o espaço para a atuação do professor. É o que se pode comprovar, por exemplo, quando observamos a forma invasiva com que o Ensino à Distância (EAD) se proliferou pelo país, sem controle e sem o cuidado necessário para que o ensino proposto se efetive sem prejuízo àqueles que o utilizam.

A questão é a seguinte: a reversibilidade desse quadro no qual estamos engessados seria possível? O que fazemos com o desafio proposto por Marx ao redigir sua décima primeira tese sobre Feuerbach, a saber: “os filósofos só *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras, do que se trata é de *transformá-lo*” (Marx 2002 p.103)?

Tal questão, de fato, vale ser lembrada à sociedade como um todo, já que dela parece ter desaparecido. Mas quando se trata de nossas universidades sua lembrança deveria ser dispensável. O lugar ocupado pela universidade não permite que a provocação de Marx seja esquecida, pois é da própria natureza desta instituição o exercício do pensar e do repensar, do questionar os limites que lhes são impostos e de negá-los, se for o caso. A universidade possui um lugar histórico que se caracteriza pela liberdade de pensamento e que deve ser continuamente revisitado.

³⁰ O significado da palavra autoridade, não tem qualquer vinculação com a ideia de autoritarismo.

Seja como for, para atendermos ao chamado marxiano, teríamos antes de tudo de reconhecer o engessamento que nos contorna, o que significa que teríamos que abrir uma *clareira* acolhedora para a *aletheia* que se manifesta diante de todos. Mas a essência da verdade – dizia Heidegger (1889-1976) pressupõe o exercício da liberdade.(Heidegger, 1973 p. 335). Poderíamos então perguntar: como exercitar nossa liberdade nessa realidade que nos sufoca, ameaçando nossa sobrevivência num mercado burocratizado? É claro que há uma hegemonia de interesses ligados a várias instâncias de poder que pretendem retirar das universidades sua autonomia, mas há também a liberdade individual que pode se afirmar pela mesma negatividade que contorna esta situação. Afinal de contas, toda a nossa história, já afirmava Jean-Paul Sartre (1905-1980), foi construída pela liberdade singular dos agentes políticos, ou seja, pela liberdade de negar determinada situação e de empreender sua mudança. Por outro lado, tal filósofo nos mostrou também “que tudo se descobre na necessidade. (...). A necessidade se totaliza como função porque está reduzida a tornar-se gesto”. (Sartre, 1985, p. 194); gesto este individual, que tem sua raiz em um projeto singular, mas que se manifesta em meio a uma multiplicidade de agentes singulares submetidos à mediação pela mesma materialidade. Logo, a singularidade desse gesto, multiplica-se, totalizando-se em um movimento que coloca o agente histórico no interior da corrente universal. É neste movimento, que surge, segundo Sartre, a figura do universal-singular, também investigada por Merleau-Ponty (1908-1961) e a propósito da qual, Sartre faz a seguinte observação:

(...) tendo partido da bem conhecida universalidade do singular, ele [Merleau-Ponty] chega à singularidade do universal. Foi ele que desvendou a contradição fundamental: todas as histórias são toda a História. Quando o relâmpago-homem se ilumina, tudo fica dito (...): o Verbo torna-se carne, o universal apenas se instaura pela singularidade viva que o deforma ao mesmo tempo que o torna singular. (Sartre, 1964, p. 246).

O problema que se instaura no interior das instituições de ensino é que os mecanismos burocráticos instalados estão de tal maneira interiorizados pelos indivíduos que nelas trabalham, que não se trata mais de ver neste fenômeno uma simples questão de adaptação, pois *o verbo tornou-se carne* e, a partir daí, os indivíduos já se reconhecem como parte do corpo burocrático. A alienação que os contorna distorceu a imagem que têm de si mesmos a tal ponto, que o pertencimento a este novo corpo e a função que nele exercem não mais os incomoda. A violência das imposições não os revoltam, pelo contrário, são aceitas de forma muito natural, isto é, não são reconhecidas como violentas. Os docentes contemporâneos, em seu dia-a-dia, não se sentem

oprimidos nem reconhecem a fragilidade e a fragmentação de sua subjetividade. A consciência histórica de si, de tão enfraquecida, compromete sua função de sujeito agente e sua cidadania.

Embora com uma visão que, de certa forma, se afastada visão de Sartre no que se refere à liberdade, a análise crítica de Bauman muito se aproxima da noção de má-fé estudada pelo pensamento sartriano quando fala das ilusões e das máscaras criadas pelos homens quando se apreendem diante da liberdade. Assim o pensador polonês observa que a passagem para o estágio final da modernidade ou para a condição pós-moderna não produziu maior liberdade individual.

Apenas transformou o indivíduo de cidadão político em consumidor de mercado. (...) o ganho de liberdade supostamente obtido (...) é em larga escala ilusório. A ilusão, no entanto, é bem protegida do desmascaramento num contexto em que os processos de agendamento e codificação são mais ou menos invisíveis e no qual os resultados desses processos atingem o indivíduo mais sob a forma de uma “oferta que não se pode recusar” do que de uma ordem. A obediência ao código é disfarçada como conduta autopropulsionada; o veneno da opressão foi espremido pelo aguilhão da falta de liberdade. (Bauman, 2000, p. 84)

De forma mais geral, o que se pode constatar é que os profissionais do ensino colocam-se em seus “empregos” numa posição de sobrevoos, ou seja, o compromisso com a educação torna-se distante. A vivência anestésica dos “elementos” do corpo docente e as artimanhas do poder que dificultam as iniciativas individuais são duas pontas do nó que amarra todo esse processo, ou seja: a primeira ponta do nó reside no desconhecimento do próprio nó e, a segunda, na falta de reconhecimento de si mesmo como alguém que compactua e que alimenta as amarras desse sistema. É claro que tal reconhecimento implicaria o desvelamento de questões que foram conservadas e, por muitos anos, precisaram manter-se veladas; questões estas que dizem respeito ao lugar ocupado pela figura do professor no corpo social – o que o colocaria diante de si mesmo enquanto cidadão. Poderíamos resumir tudo isso seguinte forma: o que significa ser professor, num país onde o sistema educacional se desenvolveu de forma marginal pelas mãos incompetentes dos próprios profissionais do ensino e pelo descaso dos órgãos governamentais no que se refere à educação e à cultura? Como sobreviver ao desvalor conferido aos professores pela própria sociedade de consumo da qual eles mesmos fazem parte?

Pensar sobre tais questões, exige indagar-se sobre si mesmo enquanto cidadão, e perceber que a verdade está muito além da superficialidade que se desvela em nossa realidade política e social. Significa, antes de tudo, colocar em questão a própria liberdade, o que implicaria reconhecer a falta de coragem para admitir que não há obstáculo, opressão, nem mesmo imposição

burocrática que impeça qualquer indivíduo de dizer não à burocracia que o oprime. Significa reconhecer a impotência e o medo de enfrentar o poder e, mais ainda de olhar de frente seu medo mais radical, isto é, o medo de ter medo da inércia que o envolve e o impede de impor uma resistência.

É claro que não se trata de algo fácil, pois nossa realidade atual é de tal forma complexa, que torna-se difícil encontrar os rastros de uma racionalidade crítica voltada para possíveis mudanças e tentativas de transformação da racionalidade vigente (que há muitos anos conserva uma cultura da passividade) por uma nova racionalidade, uma nova cultura, uma visão de mundo que valorize o princípio da liberdade individual e, ao mesmo tempo, a importância de coesão da sociedade; que valorize, sobretudo, o comprometimento como base da relação entre a sociedade e as universidades. Aliás, essa é uma relação praticamente inexistente, logo não cabe aqui nem mesmo falar de compromisso.

De qualquer forma, e seja como for, a escolha de se colocar no mundo na condição de professor exige compromisso com o magistério e se esse magistério está ameaçado, o profissional “deve” impor sua resistência àquilo que o ameaça. Certamente, estamos aqui no âmbito da ética mas a coragem para a manutenção da ética é fundamental quando falamos de educação.

Considerações finais

A grande preocupação que contorna o problema tem suas raízes mais profundas na educação. Vivemos hoje uma crise que se estende por todos os setores: crise política, econômica, social, financeira, que se reflete na saúde, no sistema educacional, nos meios de locomoção, etc.. Contudo é necessário observar que nesse mar revolto destaca ponta de um iceberg cuja profundidade oculta o total descompromisso com os princípios mais elementares da ética. Fala-se muito, atualmente, de uma crise ética, mas não podemos identificar nessa situação uma crise já que por *crise* entendemos algo momentâneo e, lamentavelmente, a ética sempre foi algo desprezado em nosso país. Não fomos educados para esse fim. Mas é interessante ressaltar que se trata, aqui, de ética e não de moral.

Sem dúvida, até há algumas décadas que nos precederam, ainda havia uma grande preocupação com a moral e esta vinha quase sempre atrelada, ao universo religioso. A sociedade, de fato, estava vinculada a uma moral religiosa que, aos poucos, foi perdendo sua hegemonia. Além disso, como a moral é histórica, os princípios morais sofreram alterações ao longo do tempo

em função, principalmente, de fatores científicos, sociais e do surgimento de novas formas religiosas. Por outro lado, paralelamente a esse movimento, o sistema educacional do país começou a dar sinais de uma decadência que veio se agravando a passos largos. Logo, os paradigmas que sustentavam a antiga moral foram desaparecendo, sem uma sustentação educacional que promovesse a orientação necessária para a criação de novos valores morais e para a construção de uma sociedade verdadeiramente ética.

Entretanto, é preciso considerar que ética é diferente de moral, pois esta está ligada aos costumes e à vontade subjetiva, enquanto a ética é uma ciência que tem a moral como objeto de estudo. Segundo Hegel, a ética “é a realização do bem em instituições históricas que o garantam”(Filosofia do Direito § 108). “As instituições éticas têm uma realidade superior à da natureza, porque constituem uma realidade necessária e interna” (*ibidem* § 146). Logo a ética é, realmente, uma ciência que se aprende mas, uma vez que seu objeto de estudo é a moral e a moral está assentada, antes de tudo no respeito ao outro, ninguém está dispensado de agir eticamente, por não ter desenvolvido uma formação acadêmica que a privilegiasse enquanto disciplina. Logo, *ser ético* é dever de todos os cidadãos.

Sendo assim, estamos diante de duas questões, ambas vinculadas a um princípio fundamental, ou seja, o princípio da responsabilidade. A primeira diz respeito a uma responsabilidade que se estende a todos as pessoas: todos somos educadores; mesmo aqueles que nunca se interessaram pela área pedagógica, pois a educação começa na família, logo pais e mães são os primeiros responsáveis pela educação. A segunda é que, uma vez que todos frequentamos uma escola, seria de se esperar que todos nós fôssemos educados. Mas o sistema educacional do país nunca se preocupou com uma educação voltada para a ética. Os professores, de um modo geral, nunca se preocuparam com essa questão porque eles mesmos desconheciam esta necessidade. Todavia, hoje é muito claro que, enquanto a nossa sociedade não estiver verdadeiramente consciente da importância de se manter e de se exigir de todos um comportamento ético; enquanto não houver por parte de todos o reconhecimento dos prejuízos que ausência da ética pode nos causar, continuaremos alimentando o desenvolvimento de uma sociedade irresponsável, descomprometida e, conseqüentemente medíocre que é, aliás, a nossa.

Daí, a pertinência da preocupação atual por parte de alguns professores universitários (não de todos, é verdade) com a formação de seus alunos, pois serão estes que irão para as salas de aula preparar os alunos da educação básica e do ensino médio. Contudo, apesar da importância dessa

preparação, tudo o que encontramos por parte dos gestores e dirigentes dos nossos cursos de licenciatura ainda é um total descompromisso com essa questão.

Podemos observar que houve um tempo em nosso país, que era muito pequeno o número de instituições universitárias e dessas, quase todas eram públicas. As universidades particulares foram aparecendo aos poucos. Hoje, ao contrário, temos uma ampla rede que abriga o ensino privado de nível universitário, mas são muito poucas as universidades que desenvolvem um trabalho verdadeiramente comprometido com a formação dos seus discentes. Por outro lado, a grande maioria funciona, não em função dessa formação, mas em função de responder às exigências burocráticas impostas pelo Ministério da Educação.

A questão burocrática tem no próprio MEC a legitimação das burocracias internas que regem cada instituição de ensino. E, como já mostramos aqui, nessas circunstâncias ninguém pode se responsabilizar inteiramente por coisa alguma, pois todos que atuam na instituição estão atados por um mesmo nó. Com isso, a irresponsabilidade tornou-se uma condição necessária ao trabalho universitário. Ninguém se arrisca a se comprometer e qualquer tentativa de rompimento com o reino burocrático imposto é um risco de desemprego. Para que o trabalho se desenvolva harmoniosamente é preciso, portanto, aceitar as imposições advindas, como afirmava Hanna Arendt, do “governo de Ninguém”.

Claro que é importante para as ciências políticas e sociais que a essência do governo totalitário, e talvez a natureza de toda burocracia, seja transformar homens em funcionários e meras engrenagens, assim os desumanizando. E se pode debater prolongadamente e com proveito o governo de Ninguém, que é o que de fato significa a forma política conhecida como burocracia. (Arendt, 2000, p. 312-313).

Tal citação de Arendt, diz respeito ao julgamento de Eichmann, funcionário alemão condenado por suas atuações durante o nazismo. Contudo, guardando as devidas proporções, o que se passa hoje em nosso sistema de ensino superior é também algo muito grave, pois o que está em jogo é a formação educacional, cultural, científica e profissional de indivíduos de todo o país e, por mais que tentemos compreender a submissão acrítica de uma grande parte dos professores à engrenagem burocrática imposta, não podemos nem devemos tolerar que essa inércia se reproduza pelas gerações a fora como tem acontecido. Além de tudo, nessa comparação, temos que considerar ainda que, diferentemente da situação alemã, a nossa questão se desenvolve no interior de um Estado democrático, onde podemos e devemos dizer *não* quando for necessário, o que nos

exige olhar para esta questão, não como algo banal, mas como algo que deve ser negado, algo em direção ao qual devemos exercer nossa liberdade como resistência.

Em primeiro lugar, é necessário apreender o sentido dessa resistência como uma ação empreendida para se preservar o *valor* e não o *fato* em si mesmo.

Alfredo Bosi resume de forma clara o significado de resistência a que nos referimos aqui.

[A resistência] é o momento negativo de um processo dialético no qual o sujeito em vez de reproduzir mecanicamente o esquema das interações onde se insere, dá um salto para uma posição de distância e, deste ângulo, vê-se a si mesmo, reconhece e põe em crise os laços apertados que o prendem à teia das instituições (BOSI, 2002, p. 26)

Um indivíduo, ao impor sua resistência, não o faz simplesmente para enfrentar as tramas engendradas e as artimanhas de um poder em função de conservar uma situação já estabelecida, ou seja, um *fato*. Uma conduta de resistência só pode ser compreendida em relação a um sistema hierarquizado que tem no poder um valor a ser perseguido

Em sua obra *Cahiers pour une morale*, Sartre empreendeu uma pesquisa profunda sobre a relação entre o *fato* e o *valor*. Segundo ele, os valores se constituem como um ideal colocado pela liberdade na busca de um fim futuro. “Todo fim tem valor e toda atividade humana é sustentada pelo valor. Mas eu não sou responsável pelo valor como o sou do fim”

De fato, o fim está na realização de um projeto intencional, é o resultado projetado de uma operação; enquanto o valor é o que minha operação não pode visar, o que não seria – como ultrapassamento de toda operação – sem essa operação mesma, mas o que persegue marginalmente essa operação. Eu sou responsável pelo valor não enquanto eu projeto isto ou aquilo, mas por [eu] *ser* uma falta, isto é, eu me faço uma falta. (Sartre 1983 p. 120)

E aquilo que falta, ressalta o filósofo, é “precisamente o valor, é o que se manifesta entre o ser e o dever-ser”. Logo, o valor está para além do ser; é o ser daquilo que não tem ser; é *o que ainda não-é* ou o que falta. Melhor dizendo: é o sentido concreto da falta; é algo futuro a ser realizado e que se esvai no momento mesmo em que é alcançado. Resumindo: tudo o que realizamos é um fim, na expectativa de que sua realização faça surgir o valor como algo absoluto. Por isso ele afirma “o fim tem sempre um valor”

Quanto aos fatos nada mais são do que a realização dos fins buscados. Mas nessa busca, o homem opera como que uma trapaça: passa a considerar os valores como dados transcendentais e independentes.

O homem busca o ser às cegas, ocultando de si mesmo o projeto livre que constitui essa busca; faz-se de tal modo que seja *esperado* pelas tarefas dispostas ao longo do seu caminho. Os objetos são exigências mudas e ele nada mais é em si do que a obediência passiva a essas exigências. (Sartre, 2001, p. 674)

O que Sartre faz questão de ressaltar é que a consciência humana é ontologicamente livre e, pela liberdade, “o homem sempre pode passar para um plano reflexivo e moral e, a partir daí, cabe a ele escolher entre o fato e o valor”. (Sartre 1994, p.121). Realmente, ele pode fazer essa escolha, mas no que diz respeito à exigência de enunciados éticos, precisamos nos valer de uma consideração: os fatos são, mas os valores valem.

A universidade como *fato* resume-se a uma instituição organizacional sustentada por uma racionalidade mercadológica cujos fins estão voltados para resultados econômicos e financeiros. A relação entre as pessoas é sustentada por uma violenta competição (como em todo mercado); cada profissional é avaliado através de um currículo que precisa ser constantemente alimentado por produções de pesquisa; e, assim sendo, o valor do profissional desaparece em nome do fato: seu currículo.

A universidade como *valor* instituído acena para o significado de seus projetos voltados para a formação ética, política e educacional cuja autonomia e liberdade de pensamento deveriam ser legitimamente reconhecidos. A universidade deveria ser apreendida pela totalidade do corpo social, como um *valor* instituído e é enquanto valor que ela precisa ser preservada.

Entretanto, tudo leva a crer que a opção pelo fato foi mais forte; a ética tornou-se supérflua em nossas universidades, ou melhor, ficou reduzida à instituição de códigos deontológicos fundados na visão da universidade como um fato, uma realidade institucional e organizacional que insiste em se manter distante de uma reflexão sobre o dever-ser.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Traduzido por Vinícius NicastroHonesko. Chapecó. Argos, 2010.

ARENDETT, Hannah, *Eichmann em Jerusalém*. Traduzido por José Rubens Siqueira. São Paulo. Companhia das Letras, 2000.

BAUMAN, Zigmunt. *Em busca da política*. Traduzido por Marcos Penchel. Rio de Janeiro. Zahar, 2000.

BOSI, Alfredo, *Literatura e resistência*. São Paulo. Companhia das Letras, 2002.

HEIDEGGER, Martin. *Sobre a essência da verdade*. Traduzido por Ernildo Stein. Col. Os pensadores. São Paulo. Abril Cultural, 1973.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Princípios da filosofia do direito*. Traduzido por Orlando Vitorino. São Paulo. Martins Fontes, 1997.

MARX, Karl. *A ideologia alemã*. Traduzido por Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo. Martins Fontes, 2004.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Traduzido por Jesus Ranieri. São Paulo. Boitempo, 2004.

MORIN Edgar. *Cultura e barbárie europeias*, Tradução: Daniela Cerdeira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

TRAGTENBERG, Maurício. *Sobre educação, política e sindicalismo*. São Paulo: UNESP, 2004.

SARTRE, Jean-Paul. *L'être et le néant: essai d'ontologie phénoménologique*. Paris. Gallimard. 2001.

_____. *Cahiers pour une morale*. Paris: Gallimard. 1983.

_____. *Situations IV*. Paris. Gallimard. 1964. (*Situações IV* Tradução de Maria Eduarda Reis Colare e Eduardo Prado Coelho. Lisboa: Publicações Europa-América, 1972.

_____. *Critique de la raison dialectique: tome II*. Paris: Gallimard, 1985.

WEBER Max. *Sociologia*. Organizador: Gabriel Cohn. Coordenador: Florestan Fernandes. Ática. São Paulo, 1999.

ARTIGOS LIVRES

ALMEIDA JÚNIOR: UM CAIPIRA ILUMINADO

Kátia Maria Furtado de Mendonça Curtis

Resumo: O presente artigo pretende evidenciar a modernidade de José Ferraz de Almeida Júnior, na segunda metade do século XIX, no panorama artístico brasileiro. Este trabalho tem a finalidade de destacar os aspectos inovadores da obra desse artista que apesar de conhecer, em Paris, os românticos, realistas e impressionistas, não se filiou a nenhuma corrente; que, mesmo respirando os ares inquietos da arte europeia, permaneceu sereno no trato da sua paleta; que, tendo olhado para a luminosidade dos impressionistas, conseguiu encontrar o seu próprio sol; que tendo convivido com a sofisticação do primeiro mundo, permaneceu brasileiro e caipira, tornando-se precursor de uma pintura genuinamente brasileira. O artista que alicerçou sua obra em fundo humano e observou tantas tendências, anunciou a modernidade artística do nosso país com seus temas, luzes e cores. Transportou para suas telas a realidade rústica e pitoresca de sua terra e a dignidade de sua gente.

Palavras-Chave: caipira, luminosidade, tema regional, realidade, modernidade.

Abstract: This article is meant to evince the modernism of José Ferraz de Almeida Júnior, during the second half of the XIX century, in the Brazilian artistic scenery. This work has the objective of highlighting the innovative aspects of the creation of this artist that despite having contacted in Paris the romantics, realists and impressionists, didn't join any course; that even breathing the restless airs of the European arts, remained placid in the treatment of his palette; that having looked at the luminosity of the impressionists, was able to find his own sun; that despite the sophistication of the first world, remained Brazilian and peasant, becoming the pioneer of a genuine Brazilian painting. The artist that founded his work on a humanistic base and observed so many tendencies announces the artistic modernism of our country with his themes, lights and colors. Transferred to his paintings the rustic and colorful reality of his native land and the dignity of its people.

* Mestra em História Social pela Universidade de São Paulo (USP); Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Professora de História da Arte e de História Moderna do Centro Universitário Assunção (UNIFAI), São Paulo.

Keywords: peasant, luminosity, regional themes, reality, modernity.

Almeida Júnior, detentor de uma legítima vocação artística e de um talento raro, nasceu no dia 8 de maio de 1850, em Itu, pequena cidade paulista que, naquela época, era habitada por gente patriarcal, sempre ocupada com as questões de terra e que, dificilmente, poderia despertar pendores artísticos em quem não tivesse inclinações naturais para o nobre mister. Filho de Ana Cândida de Amaral Sousa e de José Ferraz de Almeida (de quem teria herdado o gosto pela pintura), Almeida Júnior passou a infância em um ambiente familiar simples, pacato, temperado com afeto e carinho. Pouco sabemos de seus primeiros anos e adolescência, mas encontramos referências à precocidade de seu amor pelo desenho e pelas cores (Lourenço In: Almeida, 2007).

Muito cedo começou pintando retratos e temas religiosos para complementar o orçamento familiar. Em 1869, graças à iniciativa do Padre Miguel Correa Pacheco, pároco de Itu, que teve a ideia de coletar dinheiro entre os fiéis para ajudar o jovem artista, Almeida Júnior segue para o Rio de Janeiro com a finalidade de estudar na Academia Imperial de Belas Artes. Lá, na capital do país, em 1869, aluno da tradicional instituição, seu carregado sotaque caipira, linguajar matuto e as roupas simples que sempre usara na província parecem ter motivado gracejos e galhofas daquela elite acadêmica, conduta que hoje classificaríamos como *bullying*. Mas nada impediu que o aluno caipira, aprendiz de Victor Meireles e Julio Le Chevrel, se destacasse e exibisse um talento precioso, recebendo prêmios, inclusive a grande medalha de ouro pela obra *Ressurreição do Senhor*. Tal desempenho qualificava o ituano para concorrer ao prêmio de viagem à Europa, mas preferiu voltar a sua cidade, onde inaugurou um ateliê, dedicando-se a pintar retratos e ministrar aulas de desenho.

D. Pedro II, que já havia admirado as obras do melhor aluno da Academia, surpreendeu-se quando, em visita a Itu para inaugurar a Estrada de Ferro Mogiana, ao encontrá-lo na província. Pensava o Imperador que o talentoso pintor havia pleiteado o aprendizado na Europa, como fizera jus ao ser premiado com a maior condecoração da meca do ensino artístico no Brasil. Novamente impressiona-se com a maestria de Almeida Júnior que expunha, naquela ocasião, algumas obras. Um retrato destacava-se de forma especial, aquele de Antônio Gueiros Teles, futuro Visconde de Parnaíba, pintura que evidenciou, de forma inequívoca, as virtudes artísticas do retratista. Assim, o Imperador mecenas não hesitou em financiar, com seus próprios recursos, o aperfeiçoamento do ituano na Europa.

Por um decreto da Mordomia da Casa Imperial, em 1876, o nosso pintor passa a receber uma bolsa de 300 francos mensais e, no mesmo ano, no dia 04 de dezembro, já está matriculado na Escola Superior de Belas Artes de Paris, tornando-se discípulo de Alexandre Cabanel (1823 – 1889), famoso artista da época.

Almeida Júnior expõe em vários *Salons* de Paris: em 1879 com a obra *Retrato de Dr. José de Magalhães*; em 1880 com *Remorso de Judas* e *O Derrubador Brasileiro*; em 1881 com a tela *Fuga para o Egito* e, em 1882, com *Descanso de Modelo*.

Após receber elogios da crítica parisiense, retorna ao Brasil em 1882, e expõe na Academia Imperial os trabalhos realizados em Paris. Nessa ocasião, presenteia o Imperador com a obra *Fuga para o Egito*, como registro da sua gratidão, presente esse que, posteriormente, D. Pedro II doou à Academia Imperial de Belas Artes, hoje Museu Nacional de Belas Artes.

A corte não seduz o grande artista que regressou a Itu e, depois, em 1883, instala seu ateliê em São Paulo. Fica indiferente quando é indicado, por unanimidade, para o cargo de professor honorário da Academia, permanecendo com suas tintas, pincéis e telas, exercendo o seu ofício, enobrecendo o nosso universo artístico, anunciando, com arautos coloridos e silenciosos, uma pintura genuinamente brasileira. O executor de retratos primorosos trabalhou para a nova ascendente elite paulista, alicerçada nas atividades cafeeiras e que se dividia entre o interior e a capital, São Paulo, que se agigantava com a chegada dos imigrantes e a riqueza advinda do café. O pintor de personagens destacados da monarquia, afirmou-se também retratando seguidores e baluartes da República.

O artista de vida simples, descrito por muitos como “caipira”, foi um pintor que soube dialogar com os movimentos artísticos do seu tempo, absorvendo o que cabia em sua arte e contribuía para o seu sonho de representar, em suas telas, a dignidade de sua gente e a realidade de sua terra (Dias, 2013). As suas fontes propiciaram a construção de uma obra autêntica, genuína, abrigando um repertório variado, porém sempre carregado de força técnica e lucidez intelectual.

Notamos, na obra de Almeida Júnior, influências dos realistas Gustave Courbet (1819 – 1877), Édouard Manet (1832 – 1883) e, também, de Jean-François Millet (1814 – 1875), artista que será sempre lembrado por retratar trabalhadores rurais na sua lida. Percebemos, ainda, em algumas obras, a pincelada densa, volumosa que certamente foi inspirada em Paul Cézanne (1839 – 1906). Mas, realmente, o que nos provoca admiração maior é sua independência artística, evidente quando consegue romper com muitos dos cânones neoclássicos, dialogar com o realismo e o impressionismo e, com primorosa técnica, trilhar o seu próprio caminho.

O ituano superou as imposições da crítica contemporânea tradicional e conseguiu fazer-se respeitar por aqueles que, depois, viriam a mudar os rumos da Arte Brasileira.

Mário de Andrade, um dos artífices da nossa modernidade artística, no seu estudo sobre o Aleijadinho, faz o seguinte comentário: “De fato, Antonio Francisco Lisboa profetizava para a nacionalidade um gênio plástico que os Almeida Júnior posteriores, tão raros, são insuficientes para confirmar” (*in* Grandes Artistas Brasileiros – Almeida Júnior, 1985:10). Notamos, nessa afirmativa do grande intelectual brasileiro, o reconhecimento da importância da obra do nosso pintor caipira, lamentando a ausência de mais talentos similares que pudessem enriquecer o nosso panorama artístico.

Luis Martins tem a seguinte visão da obra do autor de *Caipira picando fumo*:

A importância social da obra de Almeida Júnior é significativa. Ele é o pintor da madrugada do nosso fastígio agrícola, o fixador da nossa vida rural no início da era da grandeza do café. Ele traduzia todas as esperanças, todas as ilusões e todas as hipóteses de magnificência de um século que ia nascer sob o maior otimismo de todos (*in* Grandes Artistas Brasileiros - Almeida Júnior, 1985, p.10).

A primazia de nossa riqueza agrária fora transferida de Pernambuco para São Paulo, decorrência da depauperação da lavoura do açúcar e o progresso faustoso das plantações de café, o “ouro verde”, como era chamado no início do século passado. Almeida Júnior vai registrar, entre outros temas do seu vasto repertório, o ambiente dessa nova realidade econômica e social brasileira, destacando o tipo humano sofrido que iria alicerçar a grande riqueza paulista, nas primeiras décadas do século XX.

O humilde caipira que Monteiro Lobato popularizou na personagem de Jeca Tatu foi pintado em tantas telas, com tantas cores, detalhes e luzes, pelo talentoso artista paulista. Em cada obra demonstra afetividade pela sua gente e pelo seu rincão enobrecendo, com o seu pincel primoroso, o universo interiorano.

No olhar de Gilda Mello e Souza:

Não é possível entender bem a pintura brasileira anterior ao modernismo sem uma referência à sua atuação, que ajudou a suprimir a monumentalidade das obras, a renovar os assuntos e as personagens, a vincular organicamente as figuras ao ambiente e talvez reformular o tratamento da luz. É com ele que ingressa pela primeira vez na pintura o homem brasileiro (SOUZA, In: DIAS, 2007, p. 19).

Alguns críticos costumam dividir a obra do ituano em duas fases distintas: a primeira dedicada a temas narrativos e religiosos, enquanto a segunda caracteriza-se por ter os olhos voltados para os cenários e os tipos caipiras, quando, também, a paleta ficou mais clara e ornada com outras cores e novos recursos luminosos. Na realidade, independentemente das mudanças técnicas, essa divisão é questionável, uma vez que obras como *O Derrubador Brasileiro*, de 1879, e *O Importuno*, de 1898, estariam deslocadas nessa divisão. *O Derrubador Brasileiro* já ingressara na temática caipira e no uso de pinceladas largas e luminosas, portanto destoando do panorama da chamada primeira fase, enquanto *O Importuno* retomou o gênero narrativo que não estaria inserido na segunda fase (Cardoso, 2008).

Diante dessas colocações pretendemos deixar de lado essa divisão contraditória e continuar discorrendo sobre o que nos parece realmente importante: a modernidade de Almeida Junior na segunda metade do século XIX.

Na visão de Oswald de Andrade: “Almeida Júnior foi precursor, encaminhador e modelo de uma pintura nacional.” (In: Cardoso, 2008, p. 119). Essa declaração de 1915, de um dos pais do nosso modernismo, vem corroborar a nossa afirmativa, lembrando que além de uma nova temática, o ituano introduziu no cenário pictórico brasileiro uma luz especial, luz esta que soube manipular com sensibilidade e rara competência. Ele fez do sol o grande agente de sua atmosfera, sol que aquecia a terra e queimava a pele de seus amados caipiras.

A luz, na obra de Almeida Júnior, sempre despertou discussões e grandes polêmicas entre os críticos, principalmente no que se refere à relação entre sua luz e o impressionismo. Aracy Amaral observa que, na visão de Ligia Martins Costa, o ituano avançara mais que qualquer outro seu contemporâneo, apresentando na obra *Fuga da Sacra Família para o Egito* (1881) toques impressionistas evidentes, que teriam desaparecido no seu retorno ao Brasil (Amaral, In: Almeida, 2007).

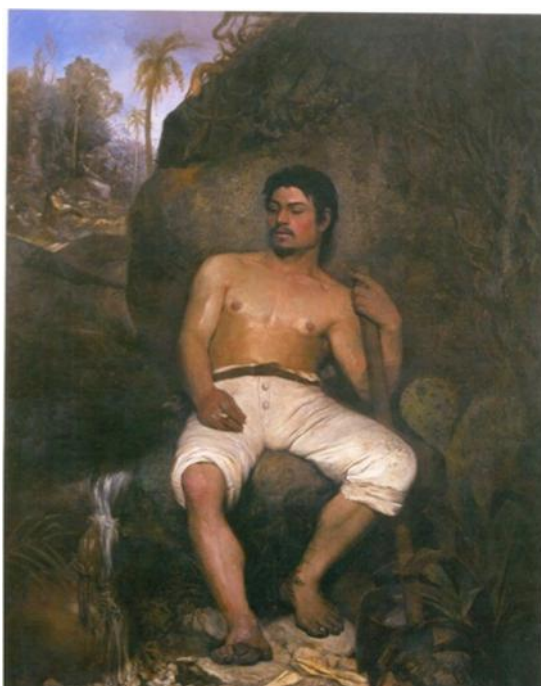
Segundo Gilda de Mello e Souza (2007), o impressionismo teria tocado indiretamente Almeida Júnior que incorporou às suas telas as cores vivas despertadas pelo sol. Para Lourival Gomes Machado, Almeida Júnior permaneceu sempre um acadêmico. Mário de Andrade, em uma carta, fala que as obras do nosso paulista “eram berrantemente coloridas e emancipadas das suaves transições de sombras” (Amaral In: Almeida, 2007: 239). Analisando as diversas críticas e superando todas as divergências, Aracy Amaral, com grande propriedade, capta a essência da obra do ituano:

E por que desejar que Almeida Júnior fizesse o mesmo percurso dos impressionistas da Escola de Paris? Por que considerar uma regressão ou cristalização de sua trajetória as telas que produziria a seu regresso da Europa, somente porque se dedicaria, a par de suas encomendas, a uma temática que, longe do usual, exemplificaria sua autonomia de vôo em um meio novo que acolhe sua produção? Como só ver sentimentalismo e empatia com seu entorno e não reconhecer que essa motivação a tornou original como obra? Não importa que outros tenham vindo depois, imitando-o com mediocridade em academia regionalista. Almeida Júnior permanece sensível à luz, à luz local, manipulando-a com rara maestria ao tirar dela partido do ponto de vista formal. Daí porque a poética de sombras como “Saudade”, “Leitura” e “Cozinha Caipira” destaca uma peculiar apropriação do valor da “luz”, distanciada das preocupações impressionistas. Mas também parece projetar visualmente uma deglutição do impressionismo a partir da cultura e da sensibilidade brasileiras de um tempo de que Almeida Júnior foi, sem dúvida, o porta voz mais expressivo. (Amaral In: Almeida, 2007, p. 244)

Vale lembrar que o clareamento da paleta e a utilização da luz brasileira não o fizeram negligenciar a precisão do desenho e o realismo na anatomia. Jamais abandonou os ensinamentos dos seus professores e as referências apreciadas nos contatos com diversos artistas. Mas, o seu grande mérito reside no fato de ter encontrado o seu próprio caminho, de ter sabido pintar com maestria os vários temas que visitou, de ter lidado de forma precisa com as cores, captando suas nuances e vibrações. Uma característica sempre encontrada na pintura de Almeida Júnior, presente tanto nas primeiras telas quanto nas derradeiras, é o sentido firme e exato da composição, que apresenta uma estabilidade indispensável às suas concepções artísticas.

Almeida Júnior passou para suas telas vários gêneros, sendo o retrato um dos mais requisitados e aquele que garantiu o seu sustento em muitas ocasiões. Mas a paleta do ituano ocupou-se também de temas religiosos e históricos, paisagens, naturezas mortas, cenas de interiores artísticos e domésticos, mulheres leitoras e, acima de tudo, as suas cenas regionais que apresentam para o mundo o nosso caipira, a sua lida, seus costumes, sua grandeza.

Não poderíamos deixar de analisar algumas das obras que evidenciam a modernidade e a excelência da arte desse artista que iniciou a construção de uma pintura genuinamente brasileira.



O Derrubador Brasileiro – 1879 (Almeida, 2007)

O Derrubador Brasileiro, obra de 1879, joia primorosa do Museu Nacional de Belas Artes, tem que iniciar o elenco de telas que serão comentadas. Essa pintura nos apresenta um homem sem camisa tendo ao lado um machado, instrumento da sua lida, em repouso e apoiado em seu braço esquerdo. O momento retratado é o da pausa necessária após o esforço exaustivo. No início, o tema foi identificado como o retrato da preguiça, mas qualquer bom observador reconhece o empenho do autor em mostrar o trabalhador exausto, descansando em meio à paisagem, fumando um cigarro, exibindo músculos que resultam da atividade extenuante de derrubada da mata. O pintor joga com a alternância entre trabalho e repouso, valorizando a rotina e denunciando a luta do homem para sobreviver. O derrubador fatigado surge destacado e enobrecido uma vez que é o foco luminoso da tela, realçado pela massa escura que o cerca (Lourenço, In: Almeida, 2007).



Caipira Picando Fumo – 1893 (Almeida, 2007)

Em *Caipira Picando Fumo* (1893), obra do acervo da Pinacoteca, Almeida Júnior retrata o homem simples, sem horizontes, dedicado à tarefa prosaica do preparo do cigarro de palha, cortando o fumo com um enorme facão. Dedicar-se à tarefa sem pressa ou preocupações. Novamente o caipira é surpreendido em um momento de descanso, a pausa merecida após a conclusão dos afazeres cotidianos. O tema, aparentemente sem importância, é apresentado com rara maestria tanto na composição rigorosa, quanto no uso da luz. O caipira, com a pele queimada pelo sol causticante, é colocado no centro da composição, destacado por uma camisa branca, banhado por uma luz aplicada com um pincel competente. Portanto, o caboclo, mesmo sentado no chão em frente a um paiol de paredes de pau a pique, apresenta-se imponente, grandioso.



Amolação Interrompida – 1894 (Almeida, 2007)

Na tela *Amolação Interrompida* (1894), também da Pinacoteca, o homem do campo novamente é surpreendido em meio a uma ocupação cotidiana e, mais uma vez, Almeida Júnior põe de lado as idealizações consagradas pela Academia. O caboclo, com o rosto vincado pelo tempo, outra vez vestido com camisa branca e banhado de luz, interrompe a sua tarefa de amolar o machado em uma pedra, dentro de um riacho, para acenar em direção a alguém, não nos fitando diretamente, excluindo, portanto, o espectador da ação. O pintor deixa em aberto vários questionamentos, aguçando a nossa curiosidade sobre quem estaria interrompendo a tarefa e a respeito das finalidades de tal interferência. Por meio de um desenho impecável e de luzes e cores aplicadas com maestria, o ituano, mais uma vez, documenta o trabalhador dignificando o seu ofício. Usa cromatismo precioso, aplica texturas bem elaboradas e capta uma expressão humana peculiar (Dias, 2013).



Cozinha Caipira - 1895 (Almeida, 2007)

Em *Cozinha Caipira* (1895), mais uma joia da Pinacoteca, Almeida Júnior com seu pincel generoso e competente retrata, com afeto, uma cozinha da roça com fogão e forno de lenha, carnes e linguiça em varal de defumação, palhas de milho secando, panela de ferro, pilão, tachos e parede ripada. Esse universo singelo da cozinheira caipira é pintado em tons marrons e castanhos, com a luz penetrando suavemente pela porta e por uma pequena janela à direita, iluminando os objetos dispersos pelo espaço humilde e característico de moradias rurais. A luz destaca o contorno de uma mulher que trabalha agachada, vestida modestamente, escolhendo grãos em uma peneira. Novamente o ituano exalta, com a sua luz, a lida de sua gente. A maneira como o pintor registrou esse tema denota certa influência das obras do artista francês Jean-Baptiste Siméon Chardin (1699-1779) que dedicou muitas das suas telas à vida doméstica e aos interiores suavemente iluminados, inspirado, certamente, em alguns pintores holandeses. Porém, a cena descrita por Almeida Júnior vem carregada de afeto e de características que o individualizam na História da Pintura Brasileira.



O Violeiro – 1899 (Almeida, 2007)

Na tela *O Violeiro*, de 1899, que faz parte do acervo da Pinacoteca, o ituano registra o prazer simples e congregador do cotidiano caipira. O tema é pintado com um colorido harmonioso e exato, submetido a uma posição calculada com rigor, onde as duas personagens são emolduradas por uma janela, estando o violeiro em diagonal e a cantora em vertical, apresentando detalhes característicos daqueles momentos de lazer. O rigor geométrico do artista mais uma vez é demonstrado e a cena denuncia, com grande realismo, a simplicidade dos retratados vestidos com tecidos simples e entregues à música, escorados em moldura de madeiras rachadas e paredes de pau a pique com o reboco descascado. Eles não se olham, nem tampouco fitam o espectador, estão absorvidos pelo prazer dos sons da viola e da canção que está sendo interpretada. É mais um registro primoroso do seu universo rural.



Leitura – 1892 (Almeida, 2007)

Em *Leitura* (1892), tela da Pinacoteca, o pintor retrata uma mulher dedicada ao prazer da leitura, tema recorrente na obra de Almeida Júnior. Uma moça bem vestida, sentada com displicência em uma cadeira na varanda de uma casa requintada, com detalhes que denunciam a cuidadosa educação da personagem. A modelo é muito parecida com Rita Ybarra, com quem o ituano manteve um relacionamento, ligação que gerou um filho, Mário Ybarra de Almeida (1893 – 1952), seu único herdeiro. A liberdade da composição e da perspectiva e os recursos luminosos leves e retinianos atestam as influências que o impressionismo exerceu sobre Almeida Júnior. Ao lado da jovem culta, uma cadeira vazia com uma capa e alguns objetos denunciam a ausência de alguém que deveria estar presente. Quem sabe o pintor quisesse registrar o fato de que ali não estava o amante que jamais oficializou o matrimônio com Rita Ybarra. Estaria o autor fazendo uma referência a sua situação amorosa?



Saudade – 1899 (Almeida, 2007)

A obra *Saudade* (1899), também componente do inestimável acervo da Pinacoteca, é uma das telas mais intrigantes do ituano. Notamos nela, além do talento precioso do autor, aspectos que denunciam um caráter biográfico e, quem sabe, premonitório. O ano no qual a tela foi pintada é também o da morte violenta do artista que, com a sua partida, deixou inconsolável o grande amor de sua vida: Maria Laura do Amaral Gurgel, sua prima e amante. Na pintura, uma jovem viúva enlutada fita, consternada, uma fotografia. Com um xale, sufoca os soluços provocados pela saudade dolorosa e é cercada por um ambiente simples e de cromatismo escuro, reduzido a preto, marrom e cinza. Um chapéu pendurado na parede atesta a ausência de alguém que é a causa de tanto sofrimento. Novamente o ituano nos apresenta um ambiente iluminado por uma janela aberta, dominado por uma ordenação geométrica regular nos elementos constitutivos da casa, contrastando com os tijolos desgastados pelo tempo e, portanto, irregulares, evidenciando um horizonte sem perspectivas. Tal cenário desperta a lembrança das obras de Johannes Vermeer (1632-1675), o mestre da luz, pintor holandês que privilegiou temas do cotidiano com personagens banhados de luz, elementos de composições equilibradas e coesas. Mas, novamente, percebemos

que Almeida Júnior soube tratar as informações recebidas sem abandonar o seu caminho, o seu próprio repertório de técnicas e a sua brasilidade.



Paisagem Rústica com Ponte e Casas - s/d (Almeida, 2007)

Em *Paisagem rústica com ponte e casas* (s/d), obra do acervo do Museu de Arte de São Paulo (MASP), o artista pinta um cenário rústico, tratado com deferência, onde expõe seu modernismo na representação da natureza. Suas formas e o colorido lembram Paul Cézanne, pois simplifica os elementos e aplica grossas pinceladas. No trato da vegetação ao fundo e nas árvores que aparecem no segundo plano, o artista evidencia sua maestria revolucionária no competente emprego da luz e nas pinceladas espessas e fracionadas.

Em outras paisagens como *Casa Rústica* (1897), *Paisagem Fluvial* (1899) e *Paisagem do sítio do Rio das Pedras* (1899) fica visível a fascinação do pintor pela natureza, a facilidade com que usa manchas coloridas, pinceladas fracionadas, contrastes entre as cores complementares e uma surpreendente luminosidade.

Quando visitamos essas obras de Almeida Júnior, temos a certeza de que se vivo estivesse em 1922, estaria na linha de frente do movimento que libertou a nossa arte dos cânones impostos pelos conservadores neoclássicos.

No dia 13 de novembro de 1899, aos 49 anos de idade, José Ferraz de Almeida Júnior morreu apunhalado em Piracicaba por José de Almeida Sampaio, marido de sua amante Maria Laura Amaral Gurgel, o grande amor de sua vida.

Morreu, assim, o nobre caipira, o paulista que anunciou a modernidade artística do nosso país, que trouxe para o centro do nosso universo pictórico o caipira sofrido, lutador, corajoso. Morreu, de forma trágica, o artista que pintou um vasto repertório de temas, iluminados por uma luz especial, construídos com maestria e sensibilidade. Desapareceu, naquele dia de novembro, o precursor de uma pintura verdadeiramente brasileira.

Entre as muitas notícias veiculadas na imprensa brasileira, por ocasião de seu falecimento destaca-se, de modo especial, um texto escrito por Arthur Azevedo no jornal “O Paíz” do Rio de Janeiro, de 15 de novembro de 1899, que define com rara propriedade o prejuízo que o desaparecimento de Almeida Júnior provocará na arte do nosso país:

(...) Pobre Almeida Júnior! Quem adivinharia que ele morreria dessa morte de aventureiro, ele, tão tímido, tão modesto, com aqueles doces ares campestres, que nem os “ateliers” nem “boulevards” de Paris puderam modificar?
Tempos tão duros atravessa a arte brasileira, que não há, talvez, nesse país cem pessoas que calculem exatamente a extensão da perda que acabamos de sofrer; mas a posteridade fará justiça a Almeida Júnior, e ainda mais sentirá do que deveríamos todos hoje sentir, porque sentirá por nós e por si (“O Paíz”, 15/11/1899, *in* Almeida, 2007, p. 305).

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Ofélia Fonseca de; AMARAL, Aracy; LOURENÇO, Maria Cecília França; MENDONÇA, Valéria de; SOUZA, Gilda de Mello e; TARASANTCHI, Ruth Sprung. *Almeida Júnior: um criador de imaginários*. Catálogo da Mostra. São Paulo: Pinacoteca, 2007.

ANDRADE, Mário de, *in* *Grandes Artistas Brasileiros - Almeida Júnior*. São Paulo: Círculo do Livro, 1985 (trecho citado sem indicação bibliográfica).

BARDI, Pietro Maria. *História da Arte Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

CARDOSO, Rafael. *A Arte Brasileira em 25 Quadros (1790 – 1930)*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

DIAS, Elaine. *Almeida Júnior*. São Paulo: Folha de São Paulo: Instituto Itaú Cultural, 2013.

MANUEL, Pedro (Supervisor Geral). *Arte no Brasil*. v2. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MARTINS, Luis. “Almeida Júnior”. Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, Departamento de Cultura, ano VI, v. LXVI, 1940. *In Grandes Artistas Brasileiros. Almeida Júnior*. São Paulo: Circulo do Livro, 1985.

PALHARES, Taisa (org). *Arte Brasileira na Pinacoteca do Estado de São Paulo*. São Paulo: Cosac Naify /Pinacoteca/Imprensa Oficial, 2009.

STRICKLAND, Carol. *Arte Comparada*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

**A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO
MICROEMPREENDEDORISMO INDIVIDUAL NO
ESTADO DE SÃO PAULO**

*Edineide Maria de Oliveira
Neusa Nakazone**
Terezinha de Jesus N.G.Coelho****

Resumo: A pessoa jurídica do microempreendedor individual - MEI, foi criada, no Brasil, pela Lei Complementar 128/08 em primeiro de julho de 2009 e inserida na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa – Lei Complementar 123/06, com o propósito de diminuir as dificuldades enfrentadas pelos empreendedores individuais, principalmente, nas questões tributárias e burocráticas. Tal ação representou uma porta de entrada para o empreendedorismo, e também uma importante porta de saída da informalidade, pois possibilitou a formalização de inúmeros microempreendedores. Dados apresentados pela Receita Federal do Brasil indicam um crescimento de 1.646% em 2010 para 37,2% em 2013, demonstrando que as benefícios da Lei, incentivaram a procura pela legalização de micronegócios. Destacasse a crescente participação feminina, quando da análise dos índices registrados no cadastrado do Microempreendedor Individual na região do Estado de São Paulo, relacionada, principalmente, com negócios voltados a prestação de serviços direcionados à beleza e estética que se enquadram no sistema do microempreendedor individual, fato este, que é objeto e justifica a elaboração deste trabalho. Trata-se de um estudo de natureza exploratória realizado por intermédio de pesquisa bibliográfica e documental. Da comparação realizada entre os períodos compreendidos entre os anos de 2011 a 2013, observasse a evolução, em termos percentuais, do total de microempreendedores individuais formalizados no Brasil, demonstrando que, ano a ano, a presença da mulher vem se destacando, conforme os resultados apresentados ao final deste artigo.

Palavras-chave: Microempreendedor Individual, mulher, mercado de trabalho, evolução.

* Mestra em Educação e Administração. Doutoranda em Ciências Sociais na PUC São Paulo, coordenadora e docente do Centro Universitário Assunção.

** Bacharel em Administração, consultora na área de Empreendedorismo e ex-aluna do UNIFAI.

*** Especialista em Gestão de Recursos Humanos, docente do Centro Universitário Assunção e UNIB.

Abstract: The legal entity of individual microentrepreneurs - MEI, was created in Brazil by Complementary Law 128/08 on July 1, 2009 and inserted into the General Law of Micro and Small Enterprise - Complementary Law 123/06, in order to reduce difficulties faced by individual entrepreneurs, especially in the tax and bureaucratic issues. This action represented a doorway to entrepreneurship, and also an important output port of informality, it enabled the formalization of many microentrepreneurs. Data presented by the Brazilian Receita Federal indicates a growth of 1,646% in 2010 to 37.2% in 2013, demonstrating that beneficiaries of the Law boosted the demand for legalization of microbusinesses. There was an increasing female participation, when analyzing the ratios in the Single Microempendedor registered in the State of São Paulo, related mainly with businesses aimed to provide focused to beauty and services that fit the individual microenterprise system services, this fact, which is the object and justifies this study. This is an exploratory study conducted through literature and documents. The comparison between the periods between the years 2011 to 2013, observe the evolution in percentage terms of total formalized individual microentrepreneurs in Brazil, demonstrating that, year by year, the presence of women has been highlighted as the results presented at the end of this article.

Keywords: individual microentrepreneurs, women, job market, evolution.

Introdução

O presente artigo tem como propósito apresentar o processo de evolução na adesão ao cadastro do Microempendedor Individual (MEI). Criada pelo governo federal devido às dificuldades encontradas pelos empreendedores de se manterem no mercado devido à alta carga tributária e pela burocratização na abertura de empresas, a pessoa jurídica do microempendedor individual surgiu por intermédio da Lei Complementar 128/08 em 01 de Julho de 2009, e implantada na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa-Lei Complementar 123/06, com a finalidade de desenvolver o setor econômico e promover a inclusão social. Seu foco foi permitir aos pequenos empresários informais a formalização gratuita, simplificando a burocratização administrativa, tributária, previdenciária gerando oportunidades de crescimento e de créditos. O

destaque é para a participação feminina que a cada ano traz dados significativos para a economia local e mundial conforme análise dos dados do cadastro do Portal do Empreendedor, fornecidos pela Receita Federal do Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios - PNAD e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE. Sendo assim, trata-se de estudo qualitativo realizado por intermédio de pesquisa bibliográfica e documental. Este artigo está dividido em quatro partes incluídas esta introdução e as considerações finais.

Este estudo se justifica devido ao segmento de micronegócios ser composto por uma parcela significativa de mulheres, cujo trabalho é realizado em próprio domicílio e de maneira indireta, como comerciantes e prestadoras de serviços com grande concentração na região Sudeste.

No referencial teórico relatou-se a história do empreendedorismo, as diferenças entre o administrador e o empreendedor, as características do empreendedor, bem como a história da mulher no mercado de trabalho, a mulher no mercado de trabalho brasileiro e sua evolução no período de 2001 a 2011. Contemplou-se ainda, o conceito de Microempreendedor Individual e o Perfil da mulher no Microempreendedorismo Individual.

Investigou-se o aumento da participação feminina no microempreendedorismo individual no Estado de São Paulo, no período compreendido entre os anos de 2011 e 2013.

Os resultados apontam para uma participação cada vez mais efetiva, da mulher, na busca da regularização/formalização de seus negócios individuais, conforme os dados apresentados.

1. Recursos metodológicos

Trata-se de estudo qualitativo, de natureza exploratória que utilizou o método da pesquisa bibliográfica cumulada com a documental.

O referencial teórico está fundamentado em material já elaborado, constituído principalmente de livros, artigos científicos, teses, dissertações, anais de eventos científicos e materiais disponibilizados pela internet, contemplando autores como Dornelas, Drucker, Giddens e Schumpeter.

A análise documental foi realizada para a apuração dos dados sobre os gêneros informados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE e Receita Federal do Brasil. A pesquisa documental possibilitou o conhecimento dos indicadores relativos aos períodos compreendidos entre os anos de 2001 a 2013. Assim sendo, a partir das informações fornecidas foi possível analisar os dados e obter uma posição sobre a participação feminina no processo microempendedor.

2. Referencial teórico

2.1 A história do empreendedorismo

O século XX foi marcado por vários progressos tecnológicos em um curto espaço de tempo que revolucionaram a vida moderna. O mérito dos avanços tecnológicos e o sucesso das invenções foram de pessoas ou equipes que questionavam, não tinham medo de arriscar e fizeram acontecer, por meio de atributos visionários.

De acordo com Hisrich (1986), o termo empreendedor (*entrepreneur*) surgiu na França entre os séculos XVII e XVIII cujo significado designaria aquele que assume riscos e começa algo novo. Para Dornelas (2001), o verdadeiro sentido do empreendedorismo deve ser creditado a Marco Polo que estabeleceu uma rota comercial para o Oriente, correndo riscos no papel funcional do aventureiro empreendedor. O autor apresenta a definição de Schumpeter (1949 p. 37), como sendo uma das mais antigas e que melhor reflete o espírito empreendedor: “O empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica na introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos”.

As novas criações destroem o valor das antigas, criando novas expectativas para o mercado, trazendo novas oportunidades, provocando impacto e moldando a economia, causando desequilíbrio dinâmico equilibrando-o de uma forma sadia. De acordo com Schumpeter (1983) uma pessoa pode ser considerada empreendedora somente por meio de inovação, um motivador do sistema capitalista com fundamentação importante para o desenvolvimento de novos negócios e com isso, a inovação gera o aumento da economia. É possível ser empreendedor ainda que se esteja a serviço de empresas. Neste sentido, denomina-se intraempreendedor, ou seja,

empreendedor interno, inovando os negócios já existentes. “O empreendedor é aquele que detecta uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar, assumindo riscos calculados” (Dornelas, 2001, p.37).

Dornelas (2001) e Kirzner (1973 p.15) apresentam uma abordagem diferente. Para o primeiro autor o empreendedor é aquele que cria um equilíbrio, encontrando uma posição clara e positiva em um ambiente de caos e turbulência e identifica oportunidades. Para o segundo autor “O empreendedor é aquele que faz as coisas acontecerem, se antecipa aos fatos e tem uma visão futura da organização”.

Ainda para Dornelas (2001), ser empreendedor e microempreendedor, difere quanto ao período histórico, conforme demonstrado no quadro 1, a seguir:

Quadro 1- Evolução histórica do perfil empreendedor

Período	Termo de empreendedor	Perfil do empreendedor
Idade Média	Utilizado para definir quem gerenciava grandes projetos de produção.	O indivíduo, apenas gerenciava projetos, utilizando recursos disponíveis, provenientes do governo do país e não assumia grandes riscos.
Século XVII	Primeiros indicativos de riscos foram por meio de acordos contratuais que estabeleciam preços prefixados sendo o lucro ou prejuízo exclusivo do empreendedor	Diferença do empreendedor que assume riscos e do capitalista que fornece o capital.
Século XVIII	Início da industrialização definiu o papel dos investidores no processo de manufatura.	O capitalista e o empreendedor foram finalmente diferenciados, empreendedor era a pessoa que criava e conduzia empreendimentos.
Século XIX e XX	Sob o ponto de vista econômico, a organização da empresa esta a serviço do sistema capitalista.	Os empreendedores são confundidos com os gerentes e administradores.

Fonte: Dados de Dornelas (2001) adaptado por Bom Angelo (2003).

De acordo com o quadro anterior os empreendedores foram confundidos com gerentes, administradores e investidores, nos diversos períodos da história.

2.2. Características do empreendedor

O quadro 2, apresenta as características principais que descrevem um empreendedor, segundo os autores especialistas na área do empreendedorismo.

Quadro 2 – Características principais do Empreendedor

CARAC- TERÍSTICAS	DESCRIÇÕES
Detecta oportunidades	“É a habilidade de capturar, reconhecer e fazer uso efetivo de informações abstratas, implícitas e em constante mudança” Markman & Baron(2003, p. 289).“que tem capacidade de identificar, explorar e capturar o valor das oportunidades de negócio” Birley & Muzyka (2001, p. 22).“A predisposição para identificar oportunidades é fundamental para quem deseja ser empreendedor e consiste em aproveitar todo e qualquer ensejo para observar negócios” Degen (1989, p.19)
Assume riscos calculados	Pessoa que, diante de um projeto pessoal, relaciona e analisa as variáveis que podem influenciar o seu resultado, decidindo, a partir disso, a continuidade do projeto Carland <i>et al.</i> (1988); Drucker (1986); Hisrich & Peters (2004).“Indivíduos que precisam contar com a certeza é de todo impossível que sejam bons empreendedores” Drucker (1986, p. 33).“O passaporte das empresas para o ano 2000 será a capacidade empreendedora, isto é, a capacidade de inovar, de tomar riscos inteligentemente, agir com rapidez e eficiência para se adaptar às contínuas mudanças do ambiente econômico” Kaufman (1991, p. 3).
Inovador	Pessoa que relaciona idéias, fatos, necessidades e demandas de mercado de forma criativa (Birley & Muzyka, 2001; Carland <i>et al.</i> (1988); Degen(1989); Filion(2000). Hoy e Carland (1988) concluem que o empreendedorismo é principalmente função de quatro elementos: traços de personalidade de necessidade de realização e criatividade, propensão à inovação, risco e postura estratégica.
Planejador	Pessoa que se prepara para o futuro Filion (2000); Kaufman, (1991); Souza <i>et al.</i> (2004).“Os empreendedores não apenas definem situações, mas também imaginam visões sobre o que desejam alcançar. Sua tarefa principal parece ser a de imaginar e definir o que querem fazer e, quase sempre, como irão fazê-lo” Filion (2000, p. 3).“O empreendedor é aquele que faz as coisas acontecerem, se antecipa aos fatos e tem uma visão futura da organização” Dornelas (2001, p.15).
Líder	Pessoa que, a partir de um objetivo próprio, influencia outras pessoas a adotarem voluntariamente esse objetivo Filion (2000); Hisrich & Peters(2004); Longenecker <i>et al.</i> (1997).“Uma vez que os empreendedores reconhecem a importância do seu contato face a face com outras pessoas, eles rapidamente e vigorosamente procuram agir para isso” Markman & Baron (2003, p. 114).
Autoeficaz	“É a estimativa cognitiva que uma pessoa tem das suas capacidades de mobilizar motivação, recursos cognitivos e cursos de ação necessários para exercitar controle sob eventos na sua vida” Chen, Greene, & Crick (1998, p. 296). “Em quase todas as definições de empreendedorismo há um consenso de uma espécie de comportamento que inclui: (1) tomar iniciativa; (2) organizar reorganizar mecanismos sociais e econômicos, a fim de transformar recursos e situações para proveito prático; (3) aceitar o risco ou o fracasso” Hisrich & Peters (2004, p. 29).
Sociável	Envolve o grau de utilização da rede social para suporte à atividade profissional Hisrich & Peters (2004); Longenecker <i>et al.</i> (1997); Markman & Baron (2003).“Os empreendedores... fornecem empregos, introduzem inovações e estimulam o crescimento econômico. Já não os vemos como provedores de mercadorias e autopeças nada interessantes. Em vez disso, eles são vistos como “energizadores” que assumem riscos necessários em uma economia em crescimento, produtiva” Longenecker, Moore, & Petty (1997, p. 3).

Fonte: Dados do blog Empresas de Base Tecnológica (EBTs) – Brasil.

Sob o ponto de vista dos autores mencionados, o empreendedorismo pode ser entendido como uma ideologia do capitalismo que garante a legalidade de atividades antes não valorizadas, para atuar economicamente e de forma reconhecida.

Analisando o movimento empreendedor, nomes de muitos homens empreendedores destacam-se. Mas, historicamente, poucos casos de mulheres empreendedoras compuseram a trajetória do empreender, instigando a uma análise da mulher empreendedora. Para entender essa questão será necessário verificar a história da mulher no mercado de trabalho e verificar em que momento ela começa a atuar como empreendedora.

2.3. A história da mulher no mercado de trabalho

Desde o século XVII, quando as manifestações das mulheres trabalhadoras começaram a possuir um fundo político, que elas tentam colocar em prática a lei do Artigo 113, inciso 1 da Constituição Federal, em que “todos são iguais perante a lei”. Conforme Araújo (2010) os movimentos feministas são manifestações políticas, cuja meta é conquistar a igualdade de direitos entre homens e mulheres, ou seja, garantir a participação da mulher na sociedade de forma equivalente à dos homens. As manifestações feministas tem natureza intelectual que procuram suprimir a ideia de diferença entre os gêneros, no que se refere aos direitos. No entanto, a caracterização dos gêneros é naturalizada em praticamente todas as culturas humanas.

De acordo com Stearn (2010), no período da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) e Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) com a saída dos homens para as frentes de batalha, as mulheres assumiram os negócios da família e a posição das mulheres no mercado de trabalho teve seu marco inicial. Segundo o autor, as mulheres não tiveram outras opções a não ser levar adiante os projetos e o trabalho que eram realizados pelos seus maridos, na obrigação de deixar a casa e os filhos para tocar o trabalho à diante. Com o fim da guerra, muitos dos homens se foram e dos que sobreviveram ao conflito, foram mutilados e impossibilitados de voltar ao trabalho.

Segundo Giddens (2005), os valores domésticos são atribuídos às mulheres, responsáveis por cuidar dos filhos, manter a casa em ordem e cozinhar para a família. Durante a II Guerra Mundial (1939-1945), a divisão de trabalho entre gêneros sofreu uma radical mudança com um aumento de 16% no contingente feminino, nos anos subsequentes a 1945. A presença feminina no

mercado de trabalho ocasionou mudanças em diversas disposições sociais, gerando muitas críticas e atribuições de culpa, principalmente pela ausência no ambiente doméstico, devido ao menor contato e acompanhamento dos filhos e de seu companheiro.

De acordo com o SEBRAE as mulheres que trabalham fora, executam menos tarefas domésticas comparadas às mulheres que prestam serviços domésticos em suas próprias casas. Porém, as mulheres que trabalham fora enfrentam uma dupla jornada, pois continuam sendo responsáveis pelas atividades domésticas e com os cuidados com a família. A mudança de alguns padrões familiares tradicionais, de acordo com Bruschini (2006) é uma das consequências do aumento do número de mulheres no mercado de trabalho remunerado.

De acordo com a Mayra Rebello Salatini (2013) da redação do jornal Brasil Profissões, no século XVIII, a partir da Revolução Industrial Inglesa e com a chegada do maquinário a vapor para produção, as portas das fábricas foram abertas para muitas mulheres e crianças, expondo-lhes a longas jornadas e condições sub-humanas de trabalho, com baixíssimos salários. Com a indústria a todo vapor, o capitalismo começa a sua consolidação e a sociedade se aproveita do trabalho feminino, para que seja explorada sua mão de obra e desta forma, remunerá-las com um terço do salário masculino.

Conforme Nogueira (2004), no mundo do trabalho feminino, principalmente em funções em que a jornada de trabalho é reduzida, implica-se uma proporcional redução de salários. Ocupações terceirizadas, trabalho doméstico, subcontratações e trabalho informal empregam muito mais mulheres do que homens. Ao destacar-se no estudo o trabalho da mulher, é necessário direcionar a pesquisa em outros horizontes como: familiar, público, político, econômico, religioso e em outras esferas sociais. De acordo com Kühner (1977, p. 26) “[...] a mulher comum é um ser social e histórico e, como tal, está envolvida na rede de relações sociais e situada em um determinado espaço/tempo histórico”.

De acordo com Ramy Arany, co-fundadora do Instituto KVT existe desequilíbrio na participação das mulheres no mercado de trabalho, pois elas ainda enfrentam obstáculos culturais, de religiosidade e leis vigorantes em cada país. Para Ramy, a maior conquista das mulheres é a presença crescente na liderança, de forma global. Pesquisa da *Industrial Preqin* de 2013 indica que as mulheres ocupam apenas 9% das posições de liderança mundial, onde a Europa apresenta 9,1%

e os Estados Unidos 8,7%. O índice apontado pela *Internacional Business* (entre os anos de 2001 a 2009), sobre a ocupação de cargos de liderança feminina no Brasil, é de aproximadamente 27%.

Na edição nº 640 da revista *Época*, o antropólogo americano Ted Polhemus, afirma que a elevação do grau de instrução e o modo visionário das mulheres têm acompanhado o crescimento econômico de países emergentes, devido às mulheres se sentirem mais seguras para ousar e influenciar de forma expressiva a história socioeconômica e cultural.

Segundo dados do SEBRAE (2013), o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho como empreendedora está associada ao crescimento de maior instrução, queda na taxa de fecundidade, ao crescimento do número de casais sem filhos e a maior urbanização.

2.4. Mulheres no mercado de trabalho brasileiro

Segundo Mayra Rebelo Salatini (2013) da redação do jornal *Brasil Profissões*, em 1813, no período da abolição da escravidão no Brasil, a mulher camponesa e ex-escrava trabalhava como ambulante no comércio de doces e quitutes nas ruas, sendo esta uma alternativa para as trabalhadoras, tendo a oportunidade de uma nova profissão.

Conforme Weinsten (1995) no período da República, época da urbanização, a mulher exercia atividade produtiva na zona rural na manutenção do equilíbrio doméstico familiar. Apesar disso, Batalha (2000) mostra que a participação da mulher na indústria era significativa nas regiões que apresentavam maior processo de modernização. Em 1920 São Paulo representava 29% do total de trabalhadores na indústria, sendo que, na têxtil 58% eram mulheres e no Rio de Janeiro 27% do total de trabalhadores na indústria, 39% eram mulheres.

Segundo Pochmann (2002), a era dos direitos trabalhistas iniciou-se na Revolução de 1930, por meio do presidente e “ditador” Getúlio Vargas. A primeira lei que tratava sobre a mulher trabalhadora e que a protegia contra a exploração social, foi expedida pelo Decreto nº 24.417-A de 17 de maio de 1933. Após um estudo do trabalho feminino realizado pelo ministro Lindolfo Collor (jornalista e político brasileiro, sua passagem pelo Ministério do Trabalho durou 15 meses) foi redigido toda a estruturação da legislação social em que ele participou de forma intensa na elaboração da constituição, principalmente na lei trabalhista. Lindolfo foi avô de Fernando Collor, presidente do Brasil no período compreendido entre os anos de 1990 a 1992.

O crescimento do trabalho feminino ocorreu após 1940, com a diversificação de ocupações no processo de expansão de indústrias siderúrgicas, químicas, e automobilísticas, anteriormente a mulher ocupava funções como professora, atendente, enfermeira, doméstica, comerciante e uma pequena parcela na indústria e agricultura de acordo com Bessa (1996).

Conforme Bruschini (1996), os movimentos sindicais e feministas alteraram valores sócios culturais em 1970 no Brasil, em que a desigualdade das classes, uniu os sexos por melhores condições de vida e o movimento sindical assumiu a luta pelos direitos da mulher.

A bandeira feminina ganha força com o nascimento da CUT (Central Única dos Trabalhadores) em 1970 por meio dos movimentos sindicais. Com mudanças na economia brasileira e mundial, a partir desse período, o mercado de trabalho no Brasil apresenta novas características, diferentes as de 1930, em que o homem deixa de ser o chefe de família e a mulher é considerada um ser capaz, tanto quanto o homem, de acordo com Bessa (1996).

Segundo o mesmo autor, a década de 90 foi marcada pelo fortalecimento da mulher no mercado de trabalho e por meio do crescimento do grau de instrução, a mulher conseguiu reduzir a defasagem salarial e aumentar o poder aquisitivo por consequente, o aumento de responsabilidade no comando das famílias.

De acordo com Luca (2001) a mulher está ocupando cargos de responsabilidades e estratégicos nas organizações, mesmo com as barreiras do preconceito, na política organizacional, ocupações consideradas masculinas, além de atuar como administradora do lar e educadora dos filhos. Após anos de lutas, as mulheres assumiram uma nova postura na sociedade e por consequência nova liderança no mercado de trabalho. Segundo o IBGE (2011) a diferença da faixa salarial entre os homens vem se nivelando e o número de assentos parlamentares no mundo ocupado por mulheres é de 12,7 e aumentou desde a conferência de Pequim.

No Congresso Nacional, apesar do código legal de que os partidos políticos reservem 30% das vagas as candidatas, até o final de março de 2010, a presença feminina no Senado era de apenas 12,3% e, na Câmara dos Deputados, de 8,8%. A situação persistiu nos ministérios do governo do presidente Lula, pois apenas 13% dos ministros eram do sexo feminino. No âmbito dos executivos municipais, em um universo de 5.564 municípios, menos de 10% são mulheres. Com isso, cabe uma pergunta: por que a mulher que detém mais de 50% dos votos ainda é tão pouco representada na esfera política? (Jornal do Advogado, 2010, p.14-15).

A seguir, análise do mercado de trabalho feminino no período de 2001 a 2011 que apresentará o crescimento da mulher no mercado empreendedor.

2.5. Mulheres no mercado de trabalho no período de 2001 a 2011

O número de mulheres empreendedoras cresceu 21% no Brasil, no período entre 2001 e 2011, de acordo com os dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013), contra o número de empreendedores masculinos no país, que apresentou um crescimento na ordem de 10%. Apesar de o número de homens com negócio ser bem superior ao de mulheres com negócio, a taxa de crescimento acumulada das mulheres superou a dos homens, a participação das mulheres com negócio cresceu, mesmo com uma pequena queda em 2011, referente ao fato de o mercado de trabalho brasileiro estar com baixo desemprego tem estimulado algumas mulheres, empreendedoras, a optar pelo emprego assalariado.

Mesmo com a queda da taxa nos últimos anos, a tendência de aumento da participação das mulheres como empreendedoras deve continuar nos próximos anos, de acordo os dados do *Global Entrepreneurship Monitor – GEM* (2012). Segundo esse órgão, uma das formas de se medir o grau de empreendedorismo de um país é por meio da TEA (sigla em inglês que significa Taxa de Empreendedorismo Inicial) que busca identificar a criação de novos negócios e monitora a “porta de entrada” do empreendedorismo, sendo esta taxa considerada uma das principais taxas para o cálculo do empreendedorismo de um país. De acordo com a TEA, a participação das mulheres cresceu de 42% para 50% do total de “Empreendedores Iniciais” e se estabilizou nos anos mais recentes, equiparando aos homens, em que há uma forte evidência de que a participação das mulheres tende a continuar crescendo.

De acordo com o IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2010) o crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho está associado ao maior grau de escolaridade, a queda da taxa de fecundidade, à redução de núcleos familiares, ao crescimento de casais sem filhos, a maior urbanização e a unipessoalidade. As mulheres empreendedoras apresentam escolaridade superior a dos homens empreendedores, em que aproximadamente 20% da média de estudos da mulher é de 8,4 anos e a do homem 6,9 anos, conforme dados do IBGE. Dados do instituto mostram que as mulheres empreendedoras iniciam sua jornada mais, 72% começaram a

trabalhar com até 17 anos de idade se comparadas com os homens com negócio, 85% iniciam suas atividades com até 17 anos. Fato associado a maior permanência na escola, retardando o seu ingresso no mercado de trabalho. A região Sudeste detém 41% das mulheres com negócio, maior concentração de mulheres empreendedoras. De acordo com o GEM (2012), no Brasil, a taxa do empreendedorismo tem uma relação positiva com a escolaridade, no caso, tendo o Sudeste o maior grau de escolaridade das mulheres nessa região, ajudando a explicar a quantificação de mulheres de negócio. O Estado de São Paulo apresenta o maior índice de mulheres empreendedoras - 20% do total de empreendedores cadastrados no Brasil.

Fontes do SEBRAE mostram que o rendimento médio mensal das mulheres empreendedoras é 31%, inferior ao dos homens que tem empreendimento comercial e mesmo assim, entre o período de 2001 a 2011 o rendimento médio real das mulheres cresceu 41% superando os 37% dos homens com empreendimento comercial. De acordo com o Instituto Nacional de Geografia e Estatística – IBGE (2013), as mulheres empreendedoras possuem uma carga semanal de horas inferior, algumas trabalham menos de 40 horas em relação aos homens empreendedores dedicados ao negócio, pois tem dupla jornada com os afazeres do lar. Mesmo assim, cerca de ¼ delas trabalham mais de 45 horas por semana, equiparando-se a um total 42% de homens que trabalham mais de 45 horas semanais.

Dados do SEBRAE mostram que a contribuição à Previdência Social é relativamente baixa, a preocupação da previdência é maior nos locais que apresentam atividades, nos empreendimentos com empregados, empreendedores de maior renda, mais escolarizados e mais velho e pouco preocupante para os mais jovens que estão longe do período da solicitação de aposentadoria. Entre as mulheres empreendedoras, 28% contribuem para a previdência no trabalho e 4% contribuem para alguma entidade de previdência privada, sendo que apenas 32% possuem algum tipo de previdência. O grupo dos homens com negócio equipara-se praticamente com a das mulheres. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios - PNAD (2011), 70% das mulheres empreendedoras têm preferência de negócios em locais fixos como loja, oficina, fábrica ou escritório e domicílio em que moram. Entre os homens empreendedores há uma maior dispersão de locais de trabalhos e há também uma proporção bem mais elevada de estabelecimentos rurais como fazenda, sítio, granja, chácara e em locais designados pelos clientes. Fontes do SEBRAE destacam a ocupação de mercado empreendedor tanto como por Conta Própria

**A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MICROEMPREENDEDORISMO
INDIVIDUAL NO ESTADO DE SÃO PAULO**

*Edineide Maria de Oliveira
Neusa Nakazone
Terezinha de Jesus N.G.Coelho*

como Empregador em que 87% das mulheres trabalham sem empregados, com estruturas de negócios mais enxutas e de operações simples, dependente somente da dona. Essa proporção é um pouco superior a dos homens com 86% do mercado empreendedor tanto como por Conta Própria como Empregador. Uma das vantagens de ter um negócio próprio é a maior flexibilidade de horário, que permite conciliar as atividades do negócio com as atividades do lar.

É a primeira vez que a revista *Fortune* (2014) faz uma edição global do *ranking*. A revista levou em consideração o tamanho, a importância, o momento atual e a expectativa sobre o futuro da empresa sob o comando das executivas. Trajetória de carreira e o estilo de liderança também foram aspectos avaliados pelos editores da revista representados no quadro 3, a seguir:

Quadro 3 – Mulheres de negócios mais poderosas do mundo – Revista Fortune, 2014

Nome	Atividade
Mary Barra	Alto posto da empresa CEO da General Motors (GM). País: Estados Unidos.
Ginni Rommety	Presidente da IBM. País: Estados Unidos
Indra Nooyi	Presidente da Pepsico. País: Estados Unidos
Graça Foster	Presidente da Petrobrás. País: Brasil
Ellen Kullman	Presidente da DuPont. País: Estados Unidos
Irene Rosenfeld	Presidente mundial da Mondelez. País: Estados Unidos
Marillyn Hewson	Presidente da Lockheed Martin. País: Estados Unidos
Meg Whitman	Presidente da HP. País: Estados Unidos
Patricia Woertz	Presidente da Archer Daniels Midland. País: Estados Unidos

Fonte: Quadro formulado pela autora segundo informações da revista *Fortune* (2014, Ed.62ª, 06/fev.).

Quadro 4 – Mulheres de negócios mais poderosas do Brasil – Revista Forbes, 2014

Nome	Atividade
Maria da Graças Silva Foster	A presidente da Petrobrás lidera a posição das 10 mulheres de negócios mais poderosas do Brasil.
Chieko Aoki	Fundadora da rede de hotéis <i>Blue Tree Towers</i> é a segunda mulher mais poderosa do Brasil segundo a revista.
Luiza Helena Trajano	Fundadora do Magazine Luiza é considerada terceira mulher de negócios mais poderosa do Brasil conforme a revista Forbes.
Adriana Machado	Presidente da GE do Brasil ocupa a quarta posição de mulheres de negócios mais poderosa do Brasil segundo a revista.
Gisele Bundchen	Além de representar grifes internacionais, possui vários produtos licenciados em seu nome. Ocupa a quinta posição segundo a revista.
Sonia Hess Souza	Presidente da Dudalina, considerada a sexta mulher poderosa do Brasil de acordo com a revista Forbes.

Claudia Sender	Presidente da TAM ocupa a sétima posição das 10 mulheres de negócio mais poderosas do Brasil, segundo a revista.
Milu Villela	Presidente do Museu de Arte Moderna (MAM) do Centro Cultural Itaú e acionista do Bando Itaú é a oitava mulher mais poderosa do Brasil de acordo com a Forbes.
Viviane Senna	Presidente do Instituto Airton Senna. Apresenta-se na lista das mulheres de negócio mais poderosa do Brasil Segundo a revista.
Zica Assis	Fundadora da Beleza Natural, ex-faxineira ocupa a décima posição da lista das 10 mulheres de negócio mais poderosas do Brasil.

Fonte: Quadro formulado pela autora baseado nos dados da revista *Forbes* (2014, Ed.11ª, 28/ maio).

O quadro da revista *Fortune* apresenta uma única brasileira, enquanto a revista *Forbes* mostra as mulheres empreendedoras do Brasil. A seguir serão elencadas as características do Microempreendedor Individual para melhor compreensão do assunto.

2.6. Microempreendedor individual

O Brasil apresenta altas taxas de impostos que muitos empreendedores acabam por ficar na informalidade por não poderem arcar com os custos, além da burocracia que sempre foi um empecilho para a formalização de uma empresa. Visando melhorar o processo burocrático em relação à formalização, reduzindo a carga tributária tanto na apuração quanto no pagamento de tributos, o Governo Federal lançou o Microempreendedor Individual - MEI. Um importante instrumento para a inclusão social e o desenvolvimento econômico, sendo caminho de entrada para os que vivem na informalidade para formalizarem seus negócios e ter oportunidades que o mercado oferece para as empresas legalizadas com melhores condições em que as empresas que se enquadrarem nos critérios da lei, estão automaticamente na opção do Simples Nacional.

Para ser um microempreendedor individual, é necessário faturar no máximo até R\$ 60.000,00 por ano, ou seja, R\$ 5.000,00 por mês e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular. O MEI também pode ter um empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria. O MEI será enquadrado no Simples Nacional e ficará isento dos tributos federais (Imposto de Renda, PIS, COFINS, IPI e CSLL).

Os benefícios como auxílio maternidade, auxílio doença, aposentadoria, benefícios previdenciários serão ofertados também ao Microempreendedor Individual que contará com a isenção de impostos com exceção do pagamento de uma taxa fixa mensal de 5% do salário mínimo vigente a título de contribuição previdenciária ao INSS, R\$ 1,00 de ICMS para o Estado caso a

atividade seja comércio/indústria e/ou R\$ 5,00 de ISS para o município se a atividade for prestação de serviço.

Os Valores a serem recolhidos, mensalmente, com base no salário-mínimo de R\$ 724,00, em vigor a partir de janeiro de 2014, de acordo com as atividades autorizadas pelo MEI será apresentada na tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Taxas fixas cobradas de acordo com atividades com base no valor do salário mínimo do Brasil em 2014/ Diário da União = R\$724,00

Valor	Atividades
R\$ 36,20	Atividade isenta de ICMS e ISS
R\$ 37,20	Comércio e/ou Indústria (INSS + ICMS)
R\$ 41,20	Prestação de Serviços (INSS + ISS)
R\$ 42,20	Atividades mistas (INSS + ICMS + ISS)

Fonte: Quadro formulado pela autora de acordo com dados do portal do microempreendedor.

De acordo com a tabela, não há custo para formalizar o MEI. Para a formalização e para a primeira declaração anual existe uma rede de empresas de contabilidade que são optantes do simples nacional e que fazem essas tarefas sem cobrar nenhum valor do MEI somente no primeiro ano.

Uma análise do perfil do microempreendedor, conforme os dados anteriormente citados, define algumas das características típicas de negócios femininos como: o foco no microempreendedorismo individual, o maior grau de escolaridade, não possuir empregados, trabalhar em domicílio ou lugar fixo e concentrarem-se mais, no Estado de São Paulo.

2.7. Perfis da mulher microempreendedora individual

Conforme Alves (2014), jornalista do Jornal Economia & Negócios do Estado de São Paulo, sete entre dez dos brasileiros tomam iniciativa de abrir uma empresa por achar o momento propício para ganhar dinheiro e tornam-se donos do próprio negócio. De acordo com Rosival Fagundes, a pesquisa realizada pelo SEBRAE do Perfil do Microempreendedor Individual 2013, obteve maior índice em 12 anos, com um crescimento do empreendedorismo. No Brasil, em 2002, 42% das pessoas que abriram uma empresa e em 2013 subiu para 71%, pelo fato de estarem

desempregados viram o empreendedorismo como necessidade, acreditou na demanda do mercado e aproveitaram as oportunidades que o mercado oferece.

Segundo o autor, o melhor desempenho no ranking de empreendedorismo por oportunidades foi do Brasil entre os países dos BRIC's (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), não muito distantes dos grandes países econômicos como Estados Unidos com 78% e Reino Unido com 84% de acordo com os dados de pesquisa GEM (*Global Entrepreneurship Monitor*) realizada em 68 países, sob o comando da *London Business School e Babson College*, no Brasil, realizada pelo Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP), em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e patrocinada pelo SEBRAE.

O Microempreendedor Individual - MEI foi contemplado com uma série de vantagens, pois profissionais que trabalham por conta própria têm a chance de conquistar sua cidadania, formalizando um pequeno negócio gratuitamente, de forma rápida e segura, com uma série de vantagens como a redução da burocracia com relação à formalização (registro empresarial, inscrições fiscais e licenciamento da atividade) e também da redução da carga tributária.

A categoria, que engloba profissões como costureira, pintor, cabeleireira, manicure, pipoqueiro, entre outras, é um grande avanço e colocou muitos trabalhadores na formalidade. Entretanto, um número da Receita Federal chama a atenção, mais de 55% dos MEIs estão inadimplentes no Brasil. Conforme Marcio Lavelberg, dono da Blue Numbers, muitos empresários desistiram de empreender porque encontraram emprego. Consequentemente o índice de empreendedorismo por necessidade diminuiu naturalmente, pois quando o profissional desempregado abre uma empresa, não possui o direito ao seguro-desemprego.

De acordo com o site do jornal A Tribuna, registrar-se como Microempreendedor Individual (MEI) pode ser uma ótima alternativa, para quem busca uma oportunidade de negócio próprio ou atua na informalidade, 3,7 milhões de brasileiros estão cadastrados e mais de 900 mil (25%) somente no Estado de São Paulo.

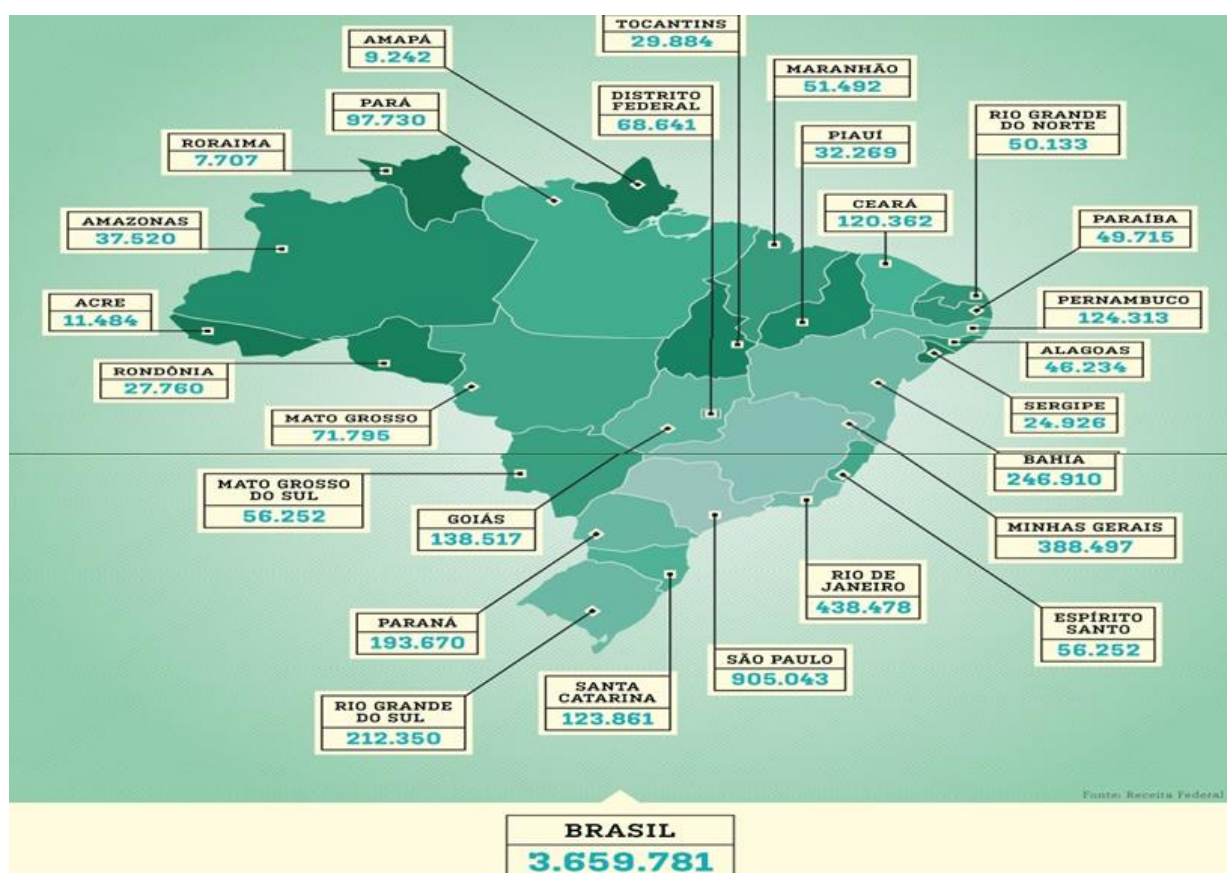
Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios - PNAD, a região Sudeste contém 41% de mulheres com negócios próprios contra 38% de homens com negócios próprios. O maior grau de instrução das mulheres está na região Sudeste e consequentemente, o maior número de Donas de Negócios Próprios. Segundo dados da Receita Federal (2013), o número de MEIs, no Brasil, gira anualmente em torno de um (1) milhão de formalizações, mesmo

A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MICROEMPREENDEDORISMO INDIVIDUAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

Edineide Maria de Oliveira
Neusa Nakazone
Terezinha de Jesus N.G.Coelho

com queda do crescimento, devido a baixa do índice de desemprego no país conforme mapa 1, a seguir:

Mapa 1- Mapa do Brasil com dados de MEIs cadastrados

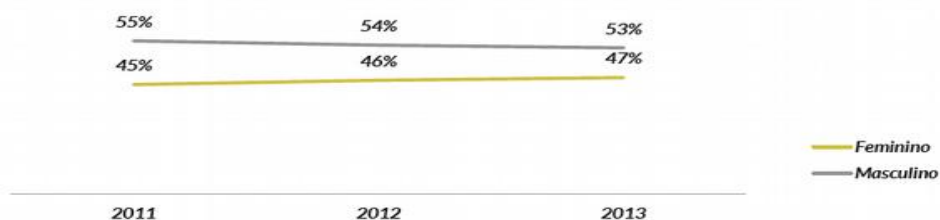


Fonte: Receita Federal do Brasil, 2013.

De acordo com os dados do SEBRAE/Receita Federal, do total de microempreendedores individuais formalizados no Brasil, 53% são do sexo masculino e 47% do sexo feminino. As mulheres estão empreendendo com toda força no setor do comércio (42%), nos serviços (39%) e na indústria (18%).

Conforme os dados da Receita Federal, apresentados no gráfico 1, a seguir, houve crescimento de microempreendedores individuais de 1.646% em 2010 para 37,2% em 2013. Comparando os dados nos períodos de 2011, 2012 e 2013 em que, no ano de 2011 o sexo masculino apresentou 55% e o sexo feminino 45%. Em 2012 o sexo masculino contabilizava 54% e o feminino 46%, porém no ano de 2013, 53% são do sexo masculino e 47% são do sexo feminino.

Gráfico 1 – Distribuição de MEI por gênero -2011 a 2013

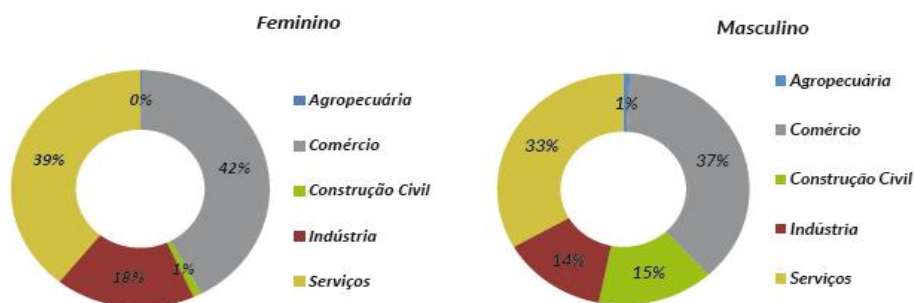


Fonte: Sebrae a partir de dados da Receita Federal.

Fonte: SEBRAE a partir dos dados da Receita Federal do Brasil.

As atividades preferidas pelas mulheres são: comércio de artigos de vestuário, serviços de cabeleireiros e atividades de estética. As mulheres com negócio têm uma presença proporcional mais elevada em setores de serviços e comércio, pois as atividades que predominam são os serviços de beleza como: cabeleireiras, pedicures e manicures, a venda por catálogos, farmácias e perfumarias e o comércio de armário, a fabricação de roupas sob medida, artigos têxteis e de tecidos na indústria e a silvicultura e exploração florestal e a avicultura. Os homens têm uma presença proporcionalmente maior nos setores agrícola e da construção conforme demonstrado no gráfico 2, a seguir:

Gráfico 2 – Distribuição de MEI por gênero e setor- Ago/2013



Fonte: Perfil do microempreendedor individual, 2013

As dez atividades mais procuradas pelos empreendedores individuais, conforme o SEBRAE são as seguintes: comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios, cabeleireiros, obras de alvenaria, lanchonetes e casas de chá, de sucos e similares, outras atividades de tratamento de beleza, minimercados, mercearias e armazéns, bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, instalação e manutenção elétrica, fornecimento de alimentos preparados para o consumo domiciliar e comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumes e de higiene pessoal. A taxa média de crescimento de MEI nos últimos 12 meses nessas atividades top 10 é de 41,2%. Destaque para “outras atividades de tratamento de beleza” com crescimento de 50% no número de MEI.

Tabela 2 – Atividades mais frequentes entre o MEI feminino

Top 10 - Atividades Cnae	MEI	% MEI Feminino	% no total MEI
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	284.917	17,4%	8,1%
Cabeleireiros	189.814	11,6%	5,4%
Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza	89.689	5,5%	2,6%
Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	57.359	3,5%	1,6%
Fornecimento de alimentos preparados preponderante	56.044	3,4%	1,6%
Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	46.416	2,8%	1,3%
Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	46.162	2,8%	1,3%
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados	42.243	2,6%	1,2%
Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	39.073	2,4%	1,1%
Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	33.904	2,1%	1,0%
Total	885.621	54,0%	25,2%

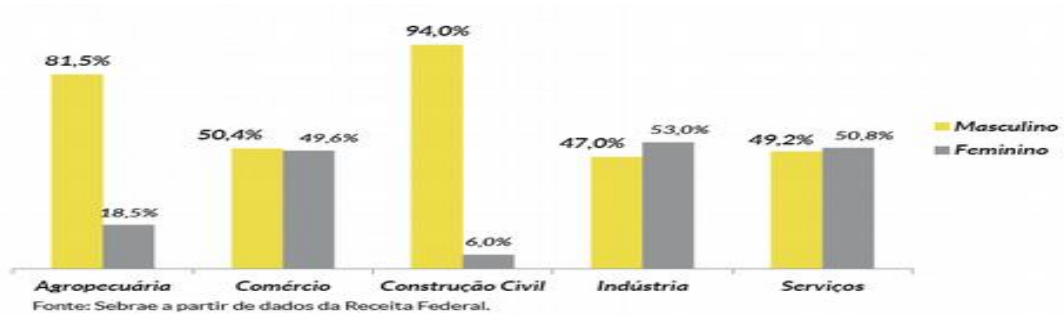
Fonte: Sebrae a partir de dados da Receita Federal.

Fonte: SEBRAE a partir dos dados da Receita Federal do Brasil.

A tabela 2, anterior, apresenta as dez atividades com o maior número de registros no cadastro do MEI feminino evidenciando a proporção maior nos setores de comércio, serviços e indústria. Dessas 10 atividades, a maior concentração está nos serviços de cabeleireiros ou atividades de estética e comércio de artigos de vestuário com foco no público do sexo feminino.

Na distribuição entre os setores do total de MEI, a construção civil, 94% são do sexo masculino que apresenta o maior índice de grau de instrução de ensino fundamental incompleto e o menor índice de nível superior completo, 6% feminino apresenta um salário maior que a do masculino devido apresentar nível de instrução maior que a do masculino. Mesmo em uma área dominada pelos homens, a mulher vem ganhando espaço aos poucos. Os homens também são maioria entre os MEI da agropecuária e no comércio onde estão perdendo espaço para as mulheres. As mulheres são maioria entre os microempreendedores individuais na Indústria (53%) e metade dos MEI de Serviços (50,8%), conforme demonstrado no gráfico 3, a seguir:

Gráfico 3 – Distribuição de MEI por setor e gênero – Ago./2013

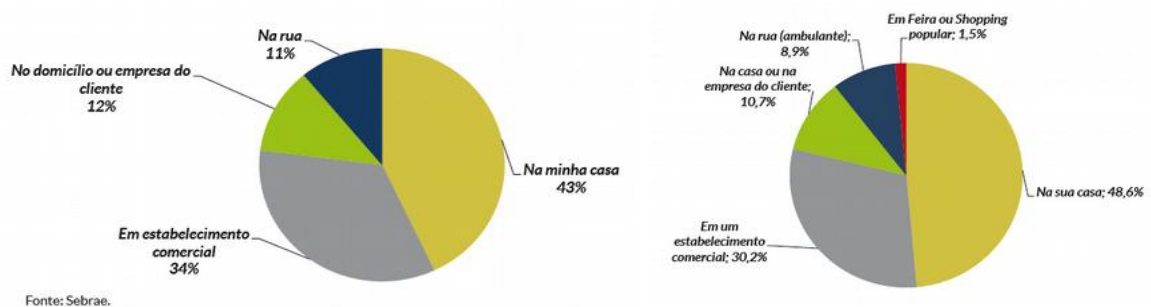


Fonte: SEBRAE a partir dos dados da Receita Federal do Brasil.

Os setores com maior participação de MEI do sexo masculino apresentam-se em atividades de obras de alvenaria, instalação e manutenção elétrica e transporte rodoviário de cargas.

Os números de acordo com a Receita Federal mostram que em 2013, o local de funcionamento do negócio do MEI, 48,6% atuam no próprio domicílio, 30,2% em pontos comerciais, 10,7% em domicílio ou em empresa do cliente, 8,9% como ambulante e na rua e 1,5% em feira ou shopping popular. Somando-se os que afirmam atuar em sua casa ou em estabelecimento comercial, tem-se que 78,8% dos microempreendedores individuais atuam em pontos fixos.

Gráfico 4 – Local onde opera seu negócio - 2012 Local onde opera seu negócio – 2013



Fonte: Perfil do microempreendedor individual, 2013

Gráfico 5 – Escolaridade por local de operação do negócio



Fonte: SEBRAE

Por meio dos dados anteriormente apresentados, verifica-se que quanto menor for o grau de instrução do indivíduo, a localização da operação do trabalho se apresentará em lugares abertos, como a rua, feira ou shopping popular. Já quanto maior o grau de instrução da pessoa, o local de trabalho do empreendedor se apresentará em locais fixos, fechados, como estabelecimentos comerciais, empresas ou própria casa. Motivo do crescimento pelo qual existem mais mulheres trabalhando no próprio lar com a vantagem de estar próximo ao filho, economia de transportes e maior tempo de dedicação ao lar e a família.

Conforme os dados apresentados pelo SEBRAE quanto à escolaridade dos microempreendedores individuais, nota-se que: 17,3% não possuem instrução formal ou possuem o fundamental incompleto; 10,4% possuem fundamental completo; 9,5% possuem grau de instrução médio ou técnico incompleto; 44,1% possuem ensino médio ou técnico completo; 7,7% com superior incompleto; outros 9,8% com superior completo e 1,2% com pós-graduação.

De acordo com IBGE (2010) a quantidade de pessoas que possuem curso superior concluído é 1/3 em relação aos brancos, ou seja, 4,7% de negros, 5,3% de pardos e 15% de brancos com nível superior completo. O PNAD (2005) apresentou percentual de maior número de mulheres com mais de 10 anos de estudos sendo que a paulista apresenta um número maior, uma diferença de aproximadamente 56% das nordestinas migrantes. Em relação à etnia que o MEI se enquadra para identificar a raça/cor, foi verificada a predominância de 45,6% de “pardo”, que inclui os termos moreno, mulato, mestiço, cafuzo, caboclo e outros, e 42,3% de “brancos”, ou seja, 87,9% dos MEI consideram-se nestas duas categorias.

Segundo Justo e Silveira Neto (2006), existe uma predominância das mulheres migrantes em relação aos homens no Estado de São Paulo. Às causas da migração, feminina, às vezes, possui características específicas como uma libertação dos maus tratos domésticos, devido à violência e a opressão do machismo.

Tabela 3 – Evolução do número de empreendedores individuais por sexo

Evolução do número de empreendedores individuais por sexo Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação 2009-2012 (em nº absolutos)								
Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Mulheres				Homens			
	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012
Sudeste	8.004	155.660	373.821	617.674	9.315	184.462	427.658	695.719
Espírito Santo	429	8.987	20.378	33.209	602	9.682	21.428	34.249
Minas Gerais	688	29.960	73.519	124.722	651	34.732	83.743	141.120
Rio de Janeiro	613	44.889	97.148	149.430	507	54.465	113.289	169.617
São Paulo	6.274	71.824	182.776	310.313	7.555	85.583	209.198	350.733

Fonte: SEBRAE, elaboração DIEESE

Dados do SEBRAE, obtidos através da Receita Federal do Brasil (2013), informam que o MEI é constituído de pessoas jovens. Em média, 58,8% dos microempreendedores individuais cadastrados possuem menos de 40 anos de idade. Conforme a comparação dos números de 2011 e 2012 observa-se um acréscimo na participação do cadastro MEI de pessoas acima de 40 anos, uma leve redução na faixa mais jovem de até 24 anos e a faixa intermediária, entre 25 a 39 anos não se altera. No entanto o PNAD informa que entre 2001 e 2011, a média de idade das mulheres empreendedoras passou de 41 anos para 43 anos, e a média de idade dos homens empreendedores passou de 43 anos para 44 anos.

Conforme Data Popular – Meio&Mensagem, (2008) as mulheres se preocupam cada vez mais com suas carreiras, 70% delas almejam crescimento profissional e estão preocupadas em cuidar mais de si mesmas, pois 39% desejam acrescentar academias à sua rotina, 33% cabeleireiro, 25% massagens e 20% esportes, além de 14% planejarem almoços com as amigas.

As principais ocupações dos microempreendedores individuais antes de se formalizarem em 2013, em que 40,6% eram empregados de carteira assinada, 30,6% eram microempreendedores informais sem CNPJ; 16,3% empregados sem carteira; 6,5% dono (a) de

casa; 2,0% servidor público; 1,8% estudante; 1,1% desempregado, e 0,3% aposentado. O principal motivo para se tornar empreendedor individual foi ter uma empresa formal (42,5%), seguido de benefícios do INSS (21,5%).

O registro como empreendedor individual por meio da formalização ocasionou mudanças positivas em quatro aspectos importantes ligados ao negócio, como o aumento do faturamento, melhores condições de compra, ampliação e possibilidade de venda para o governo e elevação da frequência de vendas para outras empresas. Para a maioria dos microempreendedores, após a formalização o aumento das vendas foi significativo.

Considerações finais

O empreendedorismo no Brasil é um fato! Em virtude do panorama socioeconômico e de outras necessidades que foram mencionadas neste estudo, as premissas que regem o Microempreendedorismo Individual faz com que seja um instrumento de inclusão social e de desenvolvimento econômico, com destaque para a crescente participação feminina, principalmente, no Estado de São Paulo.

O perfil das mulheres do século XXI é bem diferente do perfil das mulheres do século XIX. As lutas pela igualdade entre os sexos, contra as desigualdades e preconceitos da mulher no mercado de trabalho apenas obteve êxito, com a comprovação da competência feminina em gerar renda, fruto do seu próprio trabalho. O artigo desenvolvido demonstrou a evolução da participação feminina no Microempreendedorismo Individual destacando-se a conquista da mulher no mercado de trabalho, seu espaço no empreendedorismo e independência financeira em um mundo antes dominado por homens.

Como visto no item Perfil da Mulher Microempreendedora Individual, no período de 2011 a 2013 houve um crescimento no cadastro do MEI Feminino conforme dados de distribuição regional de donas de negócio próprio do PNAD 2011 e no período de 2009 a 2012 houve um crescimento no número de mulheres no empreendedorismo individual. Os dados também comprovam que as mulheres com negócio próprio possuem uma presença mais elevada nos setores de comércio e serviços, especificamente na parte de estética e beleza, trabalho este que podem realizar, em seus próprios domicílios, tendência que tem aumentado nos últimos anos. Destas

mulheres, 34% optaram por seguir em seu próprio domicílio e, 36% em lojas, fábricas, oficinas ou escritórios. Isso se deve ao índice de instrução das mulheres superarem a dos homens, mesmo recebendo um rendimento 30% inferior. Essa prática foi uma grande conquista feminina nos últimos tempos, mesmo que afetando a cultura social, com a queda da taxa de fecundidade, redução dos núcleos familiares, crescimento de casais sem filhos, maior escolaridade e a unipessoalidade.

Finalmente, é importante ressaltar que este estudo apresenta limitações, uma vez que o direcionamento das pesquisas voltou-se para o crescimento da participação feminina no processo de cadastramento do MEI, não se debruçando sobre as desvantagens do processo bem como, o enquadramento ao SIMEI - Simples Nacional do Microempendedor Individual que ampliariam a visão sobre o assunto, tornando-o mais rico e preciso.

Referências Bibliográficas

ALVES, Murilo Rodrigues. *Avança empreendedorismo no Brasil*. Economia & Negócios. São Paulo: 08/02/2014. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,avanca-empreendedorismo-no-brasil,177427,0.html>> Acesso em 04/04/2014.

ARAÚJO, F. S. *Feminismo*. InfoEscola. [S.l.]: Disponível em: <www.infoescola.com/sociologia/feminismo> Acesso em 29/03/2014.

BATALHA, Cláudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

Benefícios de ser um microempendedor individual MEI. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/noticias/tributario03072009.htm>> Acesso em 05/05/2014.

BESSA, Karla Adriana Martins. *Papel da mulher na sociedade ao longo da história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOM ÂNGELO, Eduardo. *Empendedor corporativo: a nova postura de quem faz a diferença*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

BRUSCHINI, C. *Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado?* *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.24, n. esp., 2006.

CAETANO, Bruno. *SEBRAE promove oficinas para microempreendedores*. São Paulo: 02/04/2014. Disponível em: <<http://www.tribunasite.com.br/noticias/50493/sebrae-promove-oficina-para-microempreendedores-.html>>. Acesso em: 15/04/2014.

DORNELAS, José Carlos Assis. *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

DRUCKER, P. F. *Inovação e Espírito Empreendedor: Prática e princípios*. São Paulo: Pioneira, 2003.

EBTs & Startups. *Empreendedorismo, perfil. Valor e Inovação*. 2010. Disponível em : <<http://valorinovacao.wordpress.com/tag/perfil/>> Acesso em 08/04/2014.

FAGUNDES, Rosival. *Análise do perfil do microempreendedor individual – MEI*. Disponível em:< <http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/analise-do-perfil-do-microempreendedor-individual-mei/75010/>> 12/01/2014. Acesso em 20/05/2014.

FILION, Louis Jacques. “O empreendedorismo como tema de estudos superiores”. In: *Empreendedorismo: ciência, técnica e arte*. Brasília: CNI/IEL, 2000.

GERBER, M. E. *O Mito do Empreendedor Revisado*. São Paulo: Saraiva 1989.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed Ed. S.A., 2005.

HISRICH, R. D.; PETERS, M. P. *Empreendedorismo*. 5.ed., Porto Alegre: Bookman, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Mão na roda/cor ou raça*. Disponível em: <<http://teen.ibge.gov.br/mao-na-roda/cor-ou-raca>> Acesso em 06/05/2014.

KÜHNER, Maria H. *O desafio atual da mulher*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

LEITE, E. S; MELO, N. M. “Uma nova noção de empresário: a naturalização do empreendedor”. *Revista de Sociologia e Política*, Vol. 16, Núm. 31, novembro, 2008.

LUCA, T. *Indústria e Trabalho na História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

MARCONDES, Reynaldo Cavalheiro e BERNARDES, Cyro. *Criando empresas para o sucesso*. 2a ed. São Paulo: Futura, 2000.

MARINUCCI, Roberto. *O fenômeno migratório no Brasil*. Distrito Federal: 2002. Disponível em:<www.migrante.org.br/ofenomenomigratorioparaobrasil.doc> Acesso em 06/05/2014.

MEI – Microempreendedor Individual. *Portal do empreendedor*. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>>. Acesso em: 31/03/2014.

MENDES, Leandro Miotto. *Desvantagens do MEI Microempreendedor Individual*. 2010. Disponível em: <<http://www.contabeis.com.br/artigos/452/desvantagens-do-mei-micro-empendedor-individual/>> Acesso em 05/05/2014.

NOGUEIRA, Cláudia M. *A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização*. Marília: 2010. Disponível em: <www.marilia.unesp.br/.../6%20NOGUEIRA,%20Claudia%20Mazzei.pdf> Acesso em 10/04/2014.

POCHMANN, Marcio. *O trabalho no fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 2002.

PORTAL do Empreendedor. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/modulos/inicio/index.htm>>. Acesso em: 05/05/2014.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Atividades permitidas ao MEI de A a Z*. 2010. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/As-atividades-permitidas-ao-MEI,-de-A-a-Z>> Acesso em 01/05/2014.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Manual Do Perfil do Microempreendedor Individual*. 2013. Disponível em: <<http://gestaoportal.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/temas-estrategicos/perfil-dos-pequenos-negocios/microempreendedor-individual>> Acesso em 01/05/2014.

STEARNS, P.N de. *Historia da sexualidade*. São Paulo: Contexto, 2010.

TEIXEIRA, Samara. *As conquistas da mulher no mercado de trabalho*. Disponível em: <<http://www.catho.com.br/carreira-sucesso/gestao-rh/as-conquistas-da-mulher-no-mercado-de-trabalho>> Acesso em 10/04/2014.

WEINSTEIN, Bárbara. *As mulheres trabalhadoras em São Paulo. Cadernos Pagu*, vol. 4, Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, 1995.

INSTITUIÇÕES E PROPRIEDADE INTELECTUAL: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

Ana Maria Nunes Gimenez

Resumo: O artigo representa uma tentativa de correlacionar os conceitos econômico e jurídico de instituições e de propriedade, com o objetivo de estender a aplicação desses conceitos, também, à propriedade intelectual. O referencial teórico procurou focar o papel das instituições como as instâncias reguladoras da sociedade e mitigadoras das condutas oportunistas. O que se pretendeu foi colocar em evidência o papel das instituições, vistas como estruturas que ancoram e garantem as relações sociais, econômicas ou não, e dos direitos da propriedade intelectual, como instrumentos que garantem a apropriação jurídica e possibilitam relativa segurança na determinação de estratégias para a apropriação econômica, criando uma interface entre direito e economia.

Palavras-chave: Instituições. Direito de Propriedade. Propriedade Intelectual.

Abstract: The article is an attempt to correlate the economic and legal concepts of institutions and property, in order to extend the application of these concepts, too, to intellectual property. The theoretical framework sought to focus on the role of institutions such as regulators of society and mitigation of opportunistic behavior. What was intended was to highlight the role of institutions, seen as structures that anchor and ensure the social, economic or not, and the rights of intellectual property, as instruments to ensure the legal ownership and enable relative safety in determining strategies to economic ownership, creating an interface between law and economics.

Keywords: Institutions. PropertyRights. Intellectual Property.

Introdução

Entende-se que a questão da propriedade é deveras complexa e requer um tratamento mais abrangente, ao contrário do que vem sendo dado, tanto por economistas, como por juristas, sendo

*Doutoranda e mestra em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), advogada e docente no Centro Universitário Assunção (UNIFAI).

recomendável a criação de um campo de estudo específico, com objeto e métodos próprios, conforme sugerem Nobre (2003) e Arida (2005). Para Esteves e Mello (2008, p. 15), devido à sua natureza, os direitos de propriedade remetem tanto a questões jurídicas, como econômicas, “e seria um objeto bastante propício ao tratamento interdisciplinar”, embora seja bastante raro, pelo menos no Brasil, estudos que tratem da vertente jurídica e econômica de forma integrada (Esteves; Melo, 2008, p. 2) e ainda afirmam o seguinte:

Entretanto, as dificuldades para o trabalho interdisciplinar em Direito e Economia são diversas: em primeiro lugar, existe uma série de diferenças entre as disciplinas – diferentes linguagens, diferentes planos de análise, diferentes prioridades, diferentes sentidos atribuídos aos mesmos termos - que precisam ser identificadas e compreendidas. Uma análise interdisciplinar deve ser capaz de superá-las – i.e., de uniformizar os conceitos analíticos utilizados e estabelecer canais de comunicação (Esteves; Melo, 2008, p. 2).

Dessa forma, partindo das constatações acima, o presente artigo representa uma tentativa de correlacionar os conceitos econômico e jurídico de instituições, com o objetivo de estender a aplicação desses conceitos, também, ao direito de propriedade e à propriedade intelectual. É importante destacar que se trata de uma discussão inicial, para demonstrar que temas cujo entendimento parecem consolidados para determinadas áreas ou disciplinas, quando transportados para outras podem suscitar entendimentos não consensuais, ou mais abrangentes. No entanto, deve-se esclarecer que, devido à complexidade da questão, não foi possível ampliar a discussão ou mesmo elaborar considerações mais detalhadas sobre aspectos específicos da área de estudo interdisciplinar que tem sido sugerida por estudiosos para explorar questões do direito e da economia. Buscou-se muito mais a identificação dos pontos de contato entre o direito e a economia que os de afastamento.

O referencial teórico procurou focar o papel das instituições como as instâncias reguladoras da sociedade e mitigadoras das condutas oportunistas. A abordagem jurídica sobre instituições firmou-se no referencial teórico da Teoria da Instituição ou Clássica e na Teoria Neoinstitucionalista. A abordagem econômica deu ênfase à posição da Nova Economia Institucional (NEI), em especial, ao ponto de vista de um dos seus mais ilustres representantes, Douglas North.

Trata-se, portanto, de um estudo que embora não tenha realizado uma explanação exaustiva, pretendeu colocar em evidência o papel das instituições, vistas como estruturas que ancoram e garantem as relações sociais, econômicas ou não, e dos direitos da propriedade intelectual, como instrumentos que garantem a apropriação jurídica e possibilitam relativa

segurança na determinação de estratégias para a apropriação econômica. Nesse particular, os conceitos cunhados pela Teoria dos Custos de Transação (TCT) também auxiliaram na construção do referencial teórico, pois os direitos de propriedade criam deveres que se projetam “contra todos” e são um caminho para a minimização dos efeitos da incerteza, na atuação dos agentes econômicos.

1. Instituições: a visão do Direito e da Economia

Casal (1993) explica que parece existir certo consenso entre muitos estudiosos, independentemente da área do saber, que tentaram captar as definições possíveis para a palavra instituição. A investigação da essência do conceito tem revelado, ao longo do tempo, traços semânticos fundamentais, pois conduz à ideia (i) de fundação, ou seja, de algo estabelecido; e (ii) de permanência, quer dizer, de algo que reiterado, contínuo. Então, entende-se que as instituições são estabelecidas pela sociedade e perduram no tempo, conforme os interesses e valores desta mesma sociedade. Para Matthews (1986), o conceito de instituição vincula-se a diferentes eixos ou abordagens que são as seguintes: (i) direitos de propriedade; (ii) convenções; (iii) tipos de contratos; (iv) autoridade. No entanto, o autor entende que existem características comuns entre as abordagens uma vez que as instituições poderiam ser entendidas como um conjunto de direitos e obrigações que afetam a vida econômica.

Na terminologia jurídica o vocábulo “instituição” apresenta diversos sentidos que podem ser empregados conforme o tipo de realidade que se pretende explicar e que em nada destoam do entendimento supra. Assim, o termo instituição pode ser utilizado para indicar (i) os atos de vontade que, lastreados em autorizações pré-estabelecidas pelo ordenamento jurídico, estabelecem e personalizam determinada coisa, ou situação jurídica³¹; (ii) o conjunto dos órgãos representativos de um Estado; (iii) o conjunto de normas jurídicas e preceitos normativos, princípios, entre outros, que integram o ordenamento jurídico (de um Estado); (iv) os diversos tipos de pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos (sociedades, associações, fundações, etc.), estatais ou não estatais, são exemplos dos outros sentidos atribuídos à palavra instituição (Silva, 2002).

³¹Assim, ato que torna um imóvel residencial impenhorável, ao conferir-lhe o status de bem de família, ou as disposições testamentárias, que investem determinadas pessoas na condição de herdeiros (testamentários), legatários, ou tutores, podem ser considerados exemplos desse primeiro sentido.

O pensamento jurídico institucionalista surgiu no final do século XIX e foi muito influente no decorrer do século XX, principalmente na França, Itália e Alemanha, muito embora se entenda que a sua força motriz tenha se exaurindo paulatinamente, conforme explica La Torre (2010), a ponto de ser pouco conhecido, na atualidade, ou ainda pouco valorizado, sendo um assunto tratado quase que exclusivamente em textos de Filosofia ou de Teoria do Direito.

Os textos mais significativos sobre a Teoria Institucionalista Clássica do Direito são atribuídos ao francês Maurice Hauriou e ao italiano Santi Romano. Algumas teorias mais recentes, chamadas de neoinstitucionalistas estão, principalmente, ligadas aos nomes de Ota Weinberger e Neil MacCormick. Entende-se que somente com Hauriou e Romano é que a noção de instituição assume relevância explícita e específica para a Teoria do Direito (La Torre, 2006). Maurice Hauriou é reconhecido como o fundador da concepção institucionalista do direito, entendido como um fato institucional (Reale, 1972).

Dessa forma, a instituição era considerada como uma ideia de obra ou de empresa, que se realizaria e permaneceria juridicamente num ambiente social. As instituições eram de dois tipos: (i) instituições-pessoas e (ii) instituições-coisas (Hauriou, 1968). As normas (regras) também eram vistas como instituições (instituições-coisas), o Estado e outros entes, como instituições-pessoas. As autênticas e verdadeiras instituições deveriam ter forma constitucional e representativa, o que remete obrigatoriamente à necessidade do Estado de Direito (La Torre, 2006).

Santi Romano equiparava o ordenamento jurídico a uma instituição, considerando que o termo instituição serviria para designar uma forma social organizada, estável e permanente, com estrutura e vidas próprias, como o Estado, a Igreja e as associações privadas. Para Romano, o fenômeno jurídico era um fato institucional cujas características e conteúdos seriam diferentes e específicos conforme os “fins das diversas entidades” (Reale, 1972, p. 235). Então, direito e instituição se confundiam já que todo ordenamento jurídico era uma instituição e toda instituição era um ordenamento jurídico. Logo, como várias eram as instituições, vários também poderiam ser os ordenamentos jurídicos. Essa concepção representou uma ruptura com um dos principais

dogmas do positivismo jurídico³², que é o reconhecimento do caráter único das fontes do direito, uma vez que todas elas são oriundas do Estado (La Torre, 2010). Convém mencionar que a ideia de ordenamentos jurídicos múltiplos e que não provenham do Estado não é aceita, uma vez que por ordenamento jurídico entende-se o conjunto de normas estatais dotadas de coerção, o direito posto, positivado pela autoridade competente.

O novo institucionalismo jurídico é considerado mais refinado, quando comparado ao clássico, pois também incorpora às discussões as questões cognitivas. Assim sendo, essa corrente de pensamento não reduz o direito a uma série de normas sistematizadas entre si, pois entende que a construção do conceito de direito requer que também sejam levados em consideração outros elementos, como por exemplo, o âmbito da possível atuação das normas e dos princípios da ação, dos contextos sociais que inspiraram as normas e do entendimento que se tem sobre esses fenômenos (questões cognitivas). Portanto, para MacCormick e Weinberg, ambos representantes do neoinstitucionalismo, instituição e fatos institucionais são expressões equivalentes (La Torre, 2006). MacCormick (1998) ensina que, para aqueles que se preocupam apenas com a lei, a ideia de fatos institucionais liga-se facilmente com outra ideia, qual seja, a de que o direito ocidental é formado por instituições. Ela também se conecta com o entendimento de que direito é institucional, pois é administrado por meio de instituições, como os tribunais, as assembleias legislativas, os órgãos do Ministério Público, entre outros. Esses teóricos entendem que as práticas sociais evoluem, assim como as instituições.

Segundo o neoinstitucionalismo jurídico, graças aos fatos institucionais os seres humanos têm condições de aumentar o número de fatos existentes no mundo sem que sejam aumentados, também, o número de objetos físicos. Então, é importante a compreensão de que os direitos de propriedade sobre bens tangíveis, como um pedaço de terra são tão reais quanto os direitos de propriedade sobre coisas intangíveis, como os valores mobiliários, por exemplo, e de que tantas outras coisas podem ser possuídas, sem que existam no plano físico (Maccormick, 1998), como é o caso da propriedade caso da propriedade intelectual.

³²Quando se fala em positivismo jurídico, há uma tendência inicial de se pensar em Hans Kelsen, principalmente, na “Teoria Pura do Direito”, obra de grande repercussão entre os juristas do Século XX e responsável pela formação e “enquadramento” dos operadores do direito, nos dogmas da doutrina juspositivista, na veneração dos códigos e diplomas legais. Além disso, buscam-se semelhanças com o positivismo de August Comte. Norberto Bobbio, muito embora reconheça certa ligação, tendo em vista que no século XIX alguns positivistas jurídicos eram também, positivistas no sentido filosófico (do termo) informa que o termo positivismo jurídico não se origina do positivismo filosófico, mas sim, da locução direito positivo, enquanto contraposta ao direito natural. Então, as codificações são o fundamento do positivismo jurídico. A partir desse contexto, portanto, que poderá ser desenvolvida toda a dogmática positivista, atrelada a onipotência da lei (BOBBIO, 2006).

Reale (2009, p. 191-192) ressalta que é importante o legado deixado pelo institucionalismo jurídico (tradicional) acerca da natureza e papel das instituições, como “uma estrutura social que não oferece apenas uma configuração jurídica, mas se põe também como realidade distinta, de natureza ética, biológica, econômica, etc., tal como ocorre com a *família*, a *propriedade*, os *sindicatos* [...]”. Assim, as instituições podem ser tanto uma pessoa jurídica de direito privado (associações, sociedades), como de direito público, cuja instituição máxima é o Estado, assim como a família e a propriedade também são instituições.

No âmbito da Economia entende-se que “as instituições modelam o processo político influenciando o andamento da economia” (Chaves, 2008). Da mesma forma como no Direito, também existem duas escolas do institucionalismo econômico: (i) o velho institucionalismo e; (ii) o novo institucionalismo. Entende-se que os trabalhos de Ronald Coase e de Douglass North, e os questionamentos levantados por outros estudiosos, como Oliver Williamson, Harold Demsetz e Yoram Barzel conferiram maior legitimidade para a análise dos papéis desempenhados pelos arranjos institucionais nas decisões econômicas e de desempenho (Libecap, 1989).

Ronald Coase, ao publicar o artigo “*The Nature of the Firm*” (“*A Natureza da Firma*”) em 1937, deu início ao que se chama de Nova Economia Institucional (NEI). Douglas North, Richard Posner, Ronald Coase, Oliver Williamson, James Buchanan, Gordon Tullock e Harold Demsetz são considerados os principais estudiosos da NEI (Chaves, 2008). Para North (1991) as instituições são restrições humanamente criadas para estruturar as interações sociais. Elas consistem em restrições informais (tabus, costumes, tradições e códigos de conduta) e em regras formais (normas - constitucionais e infraconstitucionais, direitos de propriedade). Dessa forma, ao longo da história, as instituições foram concebidas para ordenar o convívio social e reduzir a incerteza nas relações de troca, incentivando a atividade econômica. Elas evoluem, e essa evolução ocorre de uma forma que passado, presente e futuro estão ligados, num movimento em que a estrutura institucional molda a direção da mudança econômica para o crescimento, estagnação ou declínio. A NEI, segundo Williamson (2000), opera em dois níveis inter-relacionados: o ambiente institucional (ou as regras do jogo) e as instituições de governo (jogar o jogo/podendo-se entender também, como aqueles que jogam o jogo).

Para a NEI, portanto, as instituições são vistas como sistemas de incentivos nas relações de troca, e, por essa razão, se relacionam com os direitos de propriedade. Logo, quanto maior for o

grau de definição e de garantia dos direitos de propriedade, “mais eficientes serão as instituições como sistemas de incentivos ao desenvolvimento econômico” (Mendes, 2006, p.15).

2. Direitos de Propriedade e Propriedade Intelectual

A propriedade já era discutida entre filósofos, estudiosos da política e juristas, muito antes dos economistas começaram a analisar suas origens e consequências. Isso porque, os direitos que com ela estão relacionados já haviam sido implicitamente entendidos pelos antigos escritores gregos e romanos. Muitos pensadores iluministas como Hume, Locke, Smith, e outros também discutiram os direitos de propriedade, e guardadas as variações nas abordagens, em termos gerais, todos entendiam os direitos de propriedade como instituições sociais fundamentais para a criação de riqueza e prevenção de conflitos. No entanto, entende-se que foi com Hobbes (1651) que a propriedade passou a ser discutida de uma forma mais reconhecível para os economistas modernos (Lueck; Miceli, 2007).

Realmente, a questão da propriedade aparece em várias passagens do *Leviatã*, e, embora Hobbes defendesse que toda a propriedade pertencia ao Estado, ele também entendia que o soberano poderia atribuí-la arbitrariamente aos súditos, conforme os seus próprios critérios. Portanto, a justiça e a propriedade iniciavam com a constituição do Estado, pois fora dele, diante da inexistência de um soberano, de um poder que limitasse as ações dos homens, todos teriam livre acesso aos recursos naturais, pois não existiria a noção do que é de um ou de outro, do que é justo ou injusto (Hobbes, 1651).

Essa questão parece muito similar àquela levantada por Hardin (1968), no famoso artigo publicado pela Revista Science, “*The Tragedy of the Commons*” (“*A Tragédia dos Comuns*”), pelo menos no que se refere à má utilização da propriedade comunal, no acesso aberto. Para tanto, o autor criou uma parábola, a dos fazendeiros que incluíam arbitrariamente mais e mais gado ao pasto, para explicar essa questão. Devido ao livre acesso ao pasto cada fazendeiro tenderia a se mover conforme os seus próprios interesses, acrescentando quantos animais quisesse ao seu rebanho, o que provocaria o esgotamento dos recursos. O espaço aberto, nesta parábola, não deixa de ser um “estado de guerra de todos contra todos”, ou seja, entre interesses conflitantes (o exercício de direitos comuns e ilimitados de cada um dos fazendeiros), o que inevitavelmente

levaria à ruína de todos. Portanto, embora o sistema legal da propriedade privada não seja exatamente justo, “a injustiça é preferível à ruína total”³³ (Hardin, 1968, p. 1247, tradução livre).

Assim, Mello (2008, p. 2) afirma que os economistas institucionalistas “de vários matizes”, têm levantado constantemente a questão do importante papel que os direitos de propriedade desempenham no processo econômico. Segundo a autora, essa relevância está “centrada nos efeitos da atribuição de direitos sobre o comportamento dos agentes econômicos e sobre o funcionamento dos mecanismos de mercado”. Portanto, é essencial que os direitos de propriedade sejam bem definidos e dotados de apropriabilidade para que possam ser transacionados no mercado.

Demsetz (1967) observa que os direitos de propriedade representam uma instituição social que cria incentivos não apenas para o uso eficiente dos ativos, como também para que se invista nestes. Isso ocorre porque os direitos de propriedade afetam o comportamento econômico dos agentes, pois os incentivos vislumbrados pelo proprietário delineiam o seu poder de decisão sobre a alocação dos recursos, determinam prazos, especificam as possibilidades de uso do ativo, entre outros. No entanto, Esteves e Mello (2008, p.7) alertam que deve ser considerado o seguinte:

Os direitos de propriedade da literatura econômica incluem, além de direitos reais e obrigacionais, um outro tipo de direito que implica graus de liberdade no processo de tomada de decisões - o direito de fazer ou não fazer algo por livre opção da parte do agente. Tal direito decorre de uma regra geral de nosso sistema jurídico, segunda a qual ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei, e significa que, na ausência de lei ordenando algum comportamento, a liberdade de decidir é juridicamente garantida. Assim, se quisermos “traduzir” para o âmbito jurídico a expressão direitos de propriedade da literatura econômica, a noção mais próxima é a de direitos subjetivos – ou simplesmente direitos-conceituados como interesses juridicamente protegidos, aos quais corresponde um direito de ação, no sentido de poderem ser defendidos no Judiciário. Trata-se de uma noção suficientemente ampla, que se adequa melhor ao sentido econômico do conceito, por comportar os mais diversos tipos de direitos; o objeto de direito pode ser variado, podendo caracterizar direitos reais ou obrigacionais, além das liberdades juridicamente garantidas.

Logo, o que a citação explicita é que não é possível realizar uma “tradução” literal dos conceitos jurídico e econômico de direito de propriedade, pois a economia inclui tanto os direitos reais quanto os obrigacionais nesse rol. Qualquer tentativa de aproximações conceituais seria mais frutífera ou (mais) bem-sucedida se utilizasse o conceito de direitos subjetivos, questão a ser explorada em trabalhos futuros.

³³ “Injustice is preferable to total ruin”.

No entendimento de Libecap (1989), os direitos de propriedade são vistos como institutos sociais que atuam no sentido de definir ou delimitar os privilégios que o Estado outorga aos indivíduos para ativos específicos. Zylbersztajn e Sztajn (2005), citados por Esteves e Mello (2008, p. 9), “definem direitos de propriedade como relações jurídicas entre pessoas, bens e sujeitos de direitos, que excluem terceiros de sua apropriação ou apreensão. Note-se que esta definição possui viés claramente jurídico”.

Ao tratar dos fundamentos de uma economia de mercado, Jacquemim e Schrans (1979, p. 13), citados por Barbosa (2009, p. 26), explicam o seguinte:

Em geral, um bem não adquire uma utilidade econômica, ou ainda, uma coisa não se converte em bem, senão graças aos direitos que se têm sobre ela. Assim, uma certa forma de propriedade está na base das trocas. Esta propriedade confere, com efeito, um controle do bem ou do serviço, de forma que haja uma relação entre o fato de adquirir e o de dispor. Assegura a possibilidade de excluir, até certo grau, a utilização por outrem. Além disso, comporta o direito de ser transferida. Quanto mais estritos são os princípios de exclusividade e de transferência da propriedade de um bem, mais o valor comercial desse bem tenderá a subir. Em suma, o verdadeiro bem é menos a coisa do que os próprios direitos.

Finalmente, para a Teoria dos Custos de Transação (TCT) os agentes econômicos estão sujeitos a incertezas, indefinições, racionalidade limitada e condutas oportunistas. Em termos gerais, pode-se afirmar que os três primeiros elementos indicam que a decisão de ir ao mercado (negociar, contratar, etc.) é arriscado devido tanto à falta de informações, ou à parcialidade destas (racionalidade limitada), como às próprias incertas e indefinições que cercam qualquer negociação. O oportunismo, conforme explica Williamson (1987, p. 57), é “a busca pelo interesse próprio, com dolo”, ou seja, os agentes econômicos são sempre guiados por interesses próprios, sempre buscam aquilo que é o melhor para si mesmos, usando se necessário for, de quaisquer artifícios para a obtenção dos resultados esperados. Para tanto, podem lançar de artifícios diversos (mentira, engano, apropriação indevida, etc.). As condutas oportunistas afetam os custos de transação, questão estudada pela economia, mas regulada pelo direito. Assim, tanto o processo de contratação, quanto a formação de instituições são afetados por esses fenômenos. Os custos de transação, portanto, são entendidos como os “custos da administração do sistema econômico” (Arrow, 1969, p. 48), que são mais altos conforme a fraqueza ou debilidade das instituições na regulação da economia. Entretanto, em economias com instituições sólidas é possível que se alcance bons custos de transação devido à possibilidade de mitigação das condutas oportunistas, e da redução dos efeitos da incerteza.

Diante dessas afirmações, pode-se sustentar que a TCT está firmada na ideia de que os custos da empresa não dizem respeito unicamente aos custos de produção, mas que também envolvem os custos que os agentes econômicos enfrentam quando interagem no mercado para viabilizar a sua atividade, seja adquirindo equipamentos, serviços, ou outros insumos. Essa interação se dá por intermédio dos contratos entabulados. Portanto, as instituições exercem um papel fundamental, no sentido de oferecer certa estabilidade e contribuir para minimização dos efeitos da incerteza, por meio do estabelecimento de um ambiente no qual vigora certa previsibilidade, continuidade e confiança, o que é decisivo para o estabelecimento de bons custos de transação.

Na esfera do direito, historicamente a propriedade tem sido considerada como um direito real, não apenas nos sistemas jurídicos de tradição romano-germânica (*Civil Law*), como também, nos sistemas da *Common Law*. Entende-se que essa compreensão do caráter real do direito de propriedade é central para o direito civil, que situa os direitos reais, no "direito das coisas". Merrill e Smith (2001), no artigo intitulado “*What Happened to Property in Law and Economics?*” (“*O que Aconteceu com a Propriedade no Direito e na Economia?*”), no entanto, se perguntam por que advogados com orientação econômica e economistas anglo-americanos foram abandonando essa ideia. Eles mesmos respondem: por que “essa conversa de uma categoria especial de direitos relacionados com coisas, supostamente ilustraria uma aderência ou devoção servil aos deuses do direito romano”. Deve-se considerar, no entanto, que para a *Common Law*, muito embora os direitos reais, com seus *numerus clausus* (número fechado) não sejam desconhecidos, eles não têm a mesma importância como nos países da *Civil Law* (Merrill; Smith, 2001).

A expressão latina *numerus clausus* indica que os direitos reais não podem ser criados livremente, uma vez que a existência destes é limitada pelo rol taxativo previsto em lei, nem o juiz pode reconhecer direitos reais, fora desse rol. Portanto, nos países da jurisdição civil, esse entendimento é bastante pacífico. Ocorre que nos sistemas da *Common Law*, que conferem ao julgador verdadeira função legislativa, certamente esses conceitos soam estranhos. Muito embora, também na *Common Law*, o direito de propriedade seja regulado em lei, entende-se que a compreensão do caráter real da propriedade e das suas consequências é vital para a compreensão da propriedade como instituição jurídica e econômica. Isso quer dizer que entender que o direito real de propriedade é uma instituição muito específica, definida em lei em rol restrito, limita as

possibilidades de se considerar todo e qualquer direito oriundo de transações econômicas como direitos de propriedade (Merril; Smith, 2001).

Assim, para o direito, a concepção tradicional de propriedade está relacionada aos bens corpóreos, ou seja, o direito de propriedade originalmente nasceu como um direito real³⁴ sobre bens tangíveis (Gomes, 2008; Ruggiero, 1972). No âmbito dos direitos reais o titular do direito estabelece uma relação direta e imediata com a coisa, e, ao mesmo tempo, uma relação jurídica com a coletividade, indistintamente, já que passa a autorização legal para opor o seu direito *erga omnes* (contra todos). O sujeito passivo, ou seja, aquele que deve se abster de molestá-lo, é indeterminado e universal, já que se forma uma relação abstrata entre o titular da propriedade e qualquer um que possa, eventualmente, atrapalhar a fruição do direito (Pereira, 1999).

Relação diversa ocorre diante dos direitos pessoais, como os direitos obrigacionais, por exemplo. Nesses casos, a relação jurídica se dá apenas entre as partes efetivamente envolvidas na negociação, ou seja, entre o sujeito ativo (credor) e o sujeito passivo (devedor), em torno de um objeto (coisa). Direitos pessoais, portanto, dizem respeito às relações entre pessoas determinadas que se obrigam a: (i) dar/entregar, (ii) fazer/realizar, ou (iii) deixar de fazer.

No entanto, independentemente do tipo de propriedade, se sobre bens corpóreos ou intelectuais, a propriedade é um direito fundamental do ser humano, conforme dispõe o *caput* do artigo 5.º da Constituição Federal de 1988, e o proprietário, para o Código Civil brasileiro, artigo 1.228, “tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha” (BRASIL, 2002).³⁵Ocorre, entretanto, que embora a propriedade seja um direito fundamental, considerado absoluto e perpétuo³⁶, modernamente o exercício desses direitos é limitado por força de lei. Nesse sentido, na atualidade, o exercício dos direitos de propriedade está vinculado à sua função econômica e social. Portanto, o direito de propriedade que no passado era considerado absoluto e ilimitado em termos de fruição e uso, passa

³⁴“Assim se diz da relação jurídica que atribui ou investe a pessoa, seja física ou jurídica, na posse, uso e gozo de uma coisa, corpórea ou incorpórea, que é da sua propriedade”. É uma relação que se dá entre o objeto de direito (a coisa) e o sujeito de direito (o titular: proprietário, possuidor, entre outros) (Silva, 2002, p. 277). Nos direitos reais temos o titular do direito que estabelece uma relação jurídica com a coletividade, indistintamente, ou seja, ele pode opor o seu direito *erga omnes* (contra todos). Portanto, o sujeito passivo é indeterminado e universal, pois forma-se uma relação “abstrata” entre o titular da propriedade e qualquer um que possa, eventualmente, contestá-la (Pereira, 1999). Nos direitos pessoais, direitos creditícios, por exemplo, a relação jurídica se dá apenas entre as partes efetivamente envolvidas na negociação, ou seja, entre o sujeito ativo (credor) e o sujeito passivo (devedor), em torno de um objeto (coisa).

³⁵Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 25 ago. 2015.

³⁶O direito real de propriedade é considerado absoluto porque, além de ser oponível contra todos, dá ao seu titular o poder de decidir como irá utilizar, fruir ou dispor do bem. É perpétuo porque não tem duração limitada no tempo e a sua utilização não implica no esgotamento do direito.

a ser relativizado, tendo em vista o interesse da coletividade, visto que o exercício abusivo de direitos é coibido pelo direito. O abuso de direito ocorre quando aquele que, tendo várias possibilidades de exercer o seu direito, escolhe a mais danosa, praticando ato ilícito.

A repressão ao exercício abusivo de direitos é uma novidade introduzida pelo novo Código Civil de 2002 que, em seu artigo 187, estabelece que tal prática configura-se ato ilícito. Também existem regras em legislação especial que disciplinam os crimes contra a ordem econômica (legislação antitruste), quando em detrimento do direito constitucional da livre concorrência e da livre iniciativa, os concorrentes agem de forma oportunista. Um exemplo disso pode ser encontrado, por exemplo, na Lei 9.279/96, Lei da Propriedade Industrial, que em seu artigo 68 dispõe que **“o titular ficará sujeito a ter a patente licenciada compulsoriamente se exercer os direitos dela decorrentes de forma abusiva, ou por meio dela praticar abuso de poder econômico, comprovado nos termos da lei, por decisão administrativa ou judicial”** (Brasil, 1996, grifo nosso).³⁷

Diante dessa perspectiva, o arcabouço legal, com o seu conjunto de institutos e de restrições legais, visa proporcionar estabilidade social diante da possibilidade do uso nocivo da propriedade e de condutas oportunistas, conforme é possível depreender dos parágrafos 1º, e seguintes, do artigo 1.228 do Código Civil:

§ 1º O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.

§ 2º São defesos os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, e sejam animados pela intenção de prejudicar outrem.

§ 3. O proprietário pode ser privado da coisa, nos casos de desapropriação, por necessidade ou utilidade pública ou interesse social, bem como no de requisição, em caso de perigo público iminente (BRASIL, 2002).³⁸

Logicamente que os dispositivos do Código Civil citados acima dizem respeito aos direitos sobre bens corpóreos, em especial, sobre a propriedade imóvel. Entretanto, é sabido que a propriedade tanto poderá se originar de um bem corpóreo, quanto incorpóreo, e, por esse motivo, entende-se que é possível aplicar as restrições e princípios acima mencionados também à propriedade intelectual. Gomes (2008, p. 112), no entanto, não entende dessa maneira. Segundo o autor:

³⁷Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9279.htm>. Acesso em: 25 ago. 2015.

³⁸Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 25 ago. 2015.

O fenômeno da *propriedade incorpórea* explica-se como reflexo do valor psicológico da ideia de propriedade, mas, embora esses direitos novos tenham semelhança com o de propriedade porque são exclusivos e absolutos, com ela não se confundem. A assimilação é tecnicamente falsa. Poderiam enquadrar-se, contudo, numa categoria à parte, que, alhures, denominamos *quase - propriedade*.

Barbosa (2003, p. 69) argumenta que as patentes, os direitos autorais e as marcas também são direitos “absolutos”, exclusivos e de caráter patrimonial e indaga: “onde encontraremos normas relativas a figuras jurídicas similares, senão nas disposições referentes aos direitos reais?”. Dessa forma, os direitos reais passaram a servir de paradigmas para os direitos da propriedade intelectual, tendo em vista a inexistência de regras específicas para regular o assunto. Assim, ao defender que as regras aplicáveis às coisas tangíveis também poderiam ser utilizadas, ao menos em grande parte, às atividades humanas, o autor realiza essa atividade interpretativa em busca do dispositivo legal mais adequado ao tratamento da questão (Barbosa, 2003). Para a diferenciação entre bens tangíveis e intangíveis Barbosa (2009, p. 11) explica o seguinte:

Uma vez que se distinguem os bens intangíveis, ou incorpóreos, dos bens tangíveis perante os quais reagem os sentidos, é necessário reencontrar essa distinção no livro de papel ou pergaminho e a poesia, elocução ou imagem visual que nele se encerra. O bem incorpóreo subsiste, muitas vezes, além de qualquer suporte, mas pode habitar o livro, máquina ou planta. Tal distinção entre o corpóreo (a que se dá o nome de *corpus mechanicum*) e o bem imaterial (a que se dá o nome de *corpus mysticum*) tem enormes consequências para o direito.

Assim sendo, considerando que a propriedade sobre bens intangíveis também deverá obedecer à sua função social, entende-se que, pelo fato de representarem direitos que são limitados pelas suas funções. Logo, as patentes, que são um tipo específico de propriedade intelectual (propriedade industrial), por exemplo, também representam formas de uso social da propriedade, ou seja, são direitos que existem enquanto forem socialmente úteis. Além disso, a temporariedade do direito passa a ser considerada como um “elemento crucial do equilíbrio de interesses” (Barbosa, 2003, p. 368). Dessa forma, não apenas a tecnologia será divulgada e conhecida por intermédio da publicação da patente, como também o seu uso passará a ser acessível por todos, após o decurso do prazo legal de proteção, 20 anos para as patentes de invenção. No entanto, é importante considerar a exigência do uso adequado do privilégio de exclusividade conferido pela patente.

Por tratar-se de um mecanismo que restringe a liberdade de concorrência, a utilização da patente deverá observar a finalidade desse instituto. Isso quer dizer que a utilização do direito à exclusividade que esteja em desacordo com tal finalidade é contrária ao direito posto. Essas

limitações indicam que também a propriedade sobre bens intangíveis deverá ser utilizada conforme a sua utilidade econômica e social (Barbosa, 2003). No artigo 2º da Lei de Propriedade Industrial (9.279/96) está disposto que a proteção leva em consideração o interesse social desses direitos e o desenvolvimento tecnológico e econômico nacional. O interesse social está, não apenas na ampliação do conhecimento, mas também, nos benefícios que os inventos podem propiciar à sociedade (avanços na área da saúde, da agricultura, entre outras).

Assim sendo, entende-se que a “a instituição dos direitos de propriedade coordena as expectativas dos indivíduos com o objetivo de impedir conflitos custosos, incerteza e ausência de incentivos para investimentos e inovação” (Mendes, 2006, p. 15). Nesse contexto, a função dos direitos de propriedade é de estabelecer os limites e o alcance do exercício aos seus detentores. Dentro dessa extensão e alcance encontramos as seguintes possibilidades: a possibilidade de uso e transformação do ativo; a possibilidade de obtenção de rendas oriundas da exploração do ativo; a cessão do ativo a um terceiro seja ela gratuita ou onerosa (Mendes, 2006).

Sherwood (1992, p. 16) entende que “o sistema de proteção à propriedade intelectual pode ser considerado como uma parte valiosa da infraestrutura de um país”. Isso quer dizer que a existência de um sistema de propriedade intelectual que forneça proteção às inovações e às expressões criativas pode ser visto como condição prévia para a concepção e o uso de novas tecnologias, o que pode promover crescimento econômico e auxiliar no desenvolvimento. Esse autor entende que muito embora a proteção à propriedade intelectual seja imperfeita, ela funciona. Assim sendo, embora uma patente não consiga assegurar o sucesso comercial, ou a suplantação da invenção pelos concorrentes, o direito de exclusividade temporária, na exploração do invento, encoraja que este torne público os seus inventos (Sherwood, 1992).

Dessa forma, o papel dos direitos de propriedade no âmbito dos bens intangíveis, como é o caso dos bens oriundos do conhecimento é complexo, uma vez que tais bens têm todas as características de bens públicos, ou seja, não rivais e não exclusivos. A combinação dessas duas características cria problemas de apropriabilidade. A não-rivalidade indica que o bem pode ser consumido por diversos indivíduos sem que perca a sua utilidade. Essa característica permite uma rápida dispersão do conhecimento, pois cada usuário pode usar e reutilizar, ou seja, copiar e recopiar a informação perpetuamente, sem que ela se esgote. A não-exclusividade está relacionada com a impossibilidade de se excluir terceiros da utilização desse bem. O conhecimento, portanto, sendo dotado dessas características, tende a ser exposto e divulgado em círculos cada vez maiores

(Even, 2009).

Devido à impossibilidade de exclusão, a apropriabilidade dos bens intangíveis é dificultada visto que as ideias tecnológicas podem ser utilizadas por muitas pessoas, em benefício próprio e em concorrência direta com o autor destas, sem que se pague por elas. Ocorre que ante a possibilidade de ser facilmente imitado, um produtor não se sentiria incentivado a alocar recursos e engenhosidade no desenvolvimento de invenções. Então, a questão da apropriabilidade passar a ser reconhecida como a pedra angular dos regimes de propriedade intelectual (Even, 2009).

Assim sendo, entende-se que a importância da proteção à propriedade intelectual como mecanismo de garantia dos direitos e de estímulo aos investimentos tem crescido em decorrência dos seguintes fatores: (i) da intensificação do desenvolvimento científico e tecnológico; (ii) da aproximação da ciência com o mercado; (iii) da redução dramática do tempo requerido para o desenvolvimento tecnológico e para a incorporação dos resultados ao processo produtivo; (iv) da redução do ciclo de vida dos produtos; (v) do aumento dos custos de P&D e dos riscos que envolvem a opção tecnológica; (vi) da incorporação da inovação como elemento de ampliação da competitividade; (vii) da capacidade de codificação dos conhecimentos (Buainain; Carvalho, 2000).

Considerações finais

O estudo permitiu concluir que os conceitos de instituição para o direito e para a economia são convergentes, embora seja mais aberto para a Nova Economia Institucional (NEI), aqui representada por Douglas North, que considera as regras informais como as tradições, costumes, também como instituições, e mais “fechado” para o institucionalismo (jurídico) clássico. Mesmo assim, é possível perceber, que o entendimento comum, em síntese, concebe as instituições como realidades que suportam, restringem, asseguram, viabilizam e estruturam a convivência social. Conforme mencionado, não é possível realizar uma “tradução” literal dos conceitos jurídico e econômico de direito de propriedade, pois a economia inclui tanto os direitos reais quanto os obrigacionais nesse rol.

Sejam vistas como fatos institucionais, como sistemas de incentivos ao desenvolvimento econômico, como as regras do jogo, restrições, normas, sejam, portanto, “instituições-coisas”, ou

“instituições-pessoas”, o fato é que as instituições são essenciais tanto ao direito, quanto à economia e esses dois campos estão completamente interrelacionados.

O estabelecimento dos direitos de propriedade, a formação dos contratos e a solidez das instituições (num sentido amplo) são essenciais para a redução dos efeitos da incerteza e fatores essenciais para definição de bons custos de transação. Os direitos de propriedade, numa economia capitalista, permitirem ao proprietário o planejamento de ações futuras, tais como, a definição de metas e de estratégias para a alocação de recursos financeiros, para a realização de parcerias, a possibilidade de transferência de direitos, entre outras, podendo inclusive lançar mão de medidas legais para coibir condutas desleais e oportunistas.

Especialmente quando estão envolvidos direitos que se originaram de um tipo de propriedade muito específica, a propriedade intelectual, ou seja, direitos nascidos de um bem considerado intangível, como é o caso do conhecimento, a questão da apropriação privada torna-se muito mais crítica devido à sua natureza de bem público, conforme já mencionado. A não-rivalidade e a não-exclusividade podem dificultar a apropriação econômica, mesmo na existência da apropriação jurídica (o título de propriedade). Isso simplesmente quer dizer que o conhecimento pode ser reproduzido inúmeras vezes, causando empecilhos à fruição econômica do seu titular.

Sendo assim, os direitos da propriedade intelectual (DPIs), podem ser vistos como institutos, instituições, fatos institucionais, que excluem terceiros da exploração enquanto o objeto da proteção não tiver “caído” em domínio público. São direitos que garantem a apropriação jurídica, possibilitando a definição de estratégias para a apropriação econômica.

No entanto, o impacto dos DPIs dependerá do contexto institucional, o que implica que em sistemas fortes de propriedade intelectual, as regras evoluem em paralelo com a evolução do sistema jurídico, com o sistema de mercado e com as normas culturais (a criação de uma cultura de valorização da criatividade e da proteção aos direitos que dela decorrem) e isso depende também das políticas educacionais. Além disso, os DPIs também precisam ser avaliados dentro de um contexto político mais amplo que inclui políticas de comércio exterior, de concorrência, entre outras, e a solidez das instituições é essencial nesse processo.

Referências Bibliográficas

ARROW, Kenneth J. The organization of economic activity: issues pertinent to the choice of market versus non market allocation. In: *The Analysis and Evaluation of Public Expenditures: The PPB System - a compendium of papers submitted to the Subcommittee on Economy in Government of the*

joint Economic Committee Congress of the United States. Washington, D.C., Government Printing Office, Washington, v., p. 47-64, 1969.

ARIDA, P. A. Pesquisa em Direito e Economia: em torno da historicidade da norma. In *Revista Direito GV*, v. 1, n. 1, p. 11-22, maio 2005.

BARBOSA, D. B. *Do Bem Incorpóreo à Propriedade Intelectual*. 2009. Disponível em: <www.denisbarbosa.addr.com/arquivos/novidades/teoria.pdf>. Acesso em 12 jun. 2015.

_____. *Uma Introdução à Propriedade Intelectual*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

BOBBIO, Norberto. *O Positivismo Jurídico: lições de filosofia do direito*. São Paulo: Ícone, 2006.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002. *Institui o Código Civil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 25 ago. 2015.

_____. Lei nº 9.279, de 14 de Maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9279.htm>. Acesso em: 25 ago. 2015.

BUAINAIN, A. M. e CARVALHO, S. M. P. Propriedade Intelectual em mundo globalizado *Parcerias Estratégicas*, Brasília, n.9, p.145-153, 2000.

CASAL, J. M. La investigación en historia de las instituciones y la función de las ideas. *Revista de la Facultad de Derecho*, Montevideo, v.5, p.: 57 - 65, 1993.

CHAVES, P. R. L. *Direitos de propriedade e desmatamento na velha e na nova fronteira agrícola: o caso dos estados do Paraná e do Pará*. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Federal do Paraná.

DEMSETZ, H. Toward a theory of property rights, *American Economic Review*, v. 57, n. 2, p. 347-359, 1967.

ESTEVES, H. L. B.; MELLO, M. T. L. *Direito e Economia: noção de 'direitos de propriedade'*. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/datacenter/ie/pdfs/seminarios/pesquisa/exto1111.pdf>>. Acesso: 12 nov. 2014.

EVEN, Y. Appropriability and Property. *American University Law Review*, Washington, v. 58, n. 6, p. 1417-1476, Jul. 26, 2009.

GOMES, O. *Direitos Reais*. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

HARDIN, G. The Tragedy of the Commons, *Science*, v.162, p. 1243-1248, Dec. 1968.

HAURIUO, M. *La Teoría de la Institución y de la Fundación: ensayo de vitalismo social*. Traducción del francés, prólogo y bibliografía del autor por Arturo Enrique Sampay. Buenos Aires, Abeledo-Perrot, 1968.

HOBBS, T. *Leviathan or the Matter, Forme, & Power of a Common-wealth Ecclesiasticall and Civill*. London: Andrew Crooke, 1651. Disponível em: <<http://socserv2.socsci.mcmaster.ca/econ/ugcm/3ll3/hobbes/Leviathan.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

JACQUEMIM, A.; SCHRANS, G. *O Direito Económico*. Lisboa: Vega, 1979.

LA TORRE, M. Law and Philosophy Library, Dordrecht Heidelberg, London, New York: Springer, v. 90, part. 2, p. 97-134, 2010.

_____. Teorías institucionalistas del Derecho: esbozo de una voz de enciclopédia. *Derechos y libertades: Revista del Instituto Bartolomé de las Casas*, Madrid, ano 10, n. 14, p. 103-112, 2006. Law as Institution

LIBECAP, Gary D. *Contracting for Property Rights*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

LUECK, D. MICELI, T. J. Property Law. In: POLINSKY, A. M.; SHAVELL, S. (Eds.). *Handbook of Law and Economics*. Amsterdam and Oxford: North-Holland, 2007, p. 186-257

MACCORMICK, Neil. Norms, Institutions, and Institutional Facts. *Law and Philosophy*, Netherlands: Springer, v. 17, n. 3, p. 301-345, May 01, 1998.

MATTHEWS. R. C. O. The Economics of Institutions and the Sources of Growth. *The Economic Journal*, v. 96, n. 384, p. 903-918, dec., 1986.

MELLO, M. T. L. Propriedade Intelectual e Concorrência. *Revista Brasileira de Inovação*, Rio de Janeiro, n. 8, v. 2, p.371-402, jul./dez. 2009.

MENDES, C. I. C. *Software livre e inovação tecnológica: uma análise sob a perspectiva da propriedade intelectual*. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia, Campinas, SP: [s.n.], 2006.

MERRIL, T. & SMITH, H. What Happened to Property in Law and Economics? *The Yale Law Journal*, v. 111, p. 357-398, 2001.

NOBRE, M. Apontamentos sobre a pesquisa em Direito no Brasil. *Novos Estudos*, CEBRAP, n. 66, p. 145-154, jul. 2003.

NORTH, D.C., "Institutions". *Journal of Economic Perspectives*, v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991.

PEREIRA, C. M. da S. *Instituições de Direito Civil: posse, propriedade, direitos reais de fruição, garantia e aquisição*. 13. ed. Rio de Janeiro: ForenseUniversitária, 1999. v. 4.

REALE, M. *Lições Preliminares de Direito*. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. *Fundamentos do Direito*. 2 ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1972.

SHERWOOD, R. M. *Propriedade Intelectual e Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: EDUSP.

1992.

SILVA, De P. E. *Vocabulário jurídico*. 20. ed., rev. e atual. por Nagib SlaibiFilho e Gláucia Carvalho. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

WILLIAMSON, O. E. Why law, economics, and organization?. *UC Berkeley Public Law Research Paper*, n. 37, 2000.

_____. *Las instituciones económicas del capitalismo*. Fondo de Cultura Económica, México, 1987.

ZYLBERSZTAJN, D.; SZTAJN, R., (Orgs.). *Direito e Economia*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.

Resenhas

A ÉTICA PÓS-MODERNA E O PROJETO LIBERAL-CONSERVADOR

Sidnei Ferreira de Vares

GOERGEN, Pedro. *Pós-modernidade, Ética e Educação*. Campinas/São Paulo: Autores Associados, 2010. 108 p. (Coleção Polêmicas de Nosso Tempo).

Pedro Goergen é Pós-Doutor em Filosofia pelo *Institut für Bildungsforschung* de Berlin. Professor titular aposentado da Faculdade de Educação da UniCamp. Atualmente é professor titular da Universidade de Sorocaba (UniSo) e professor convidado da UniCamp. Dedicou-se durante anos ao tema da educação e possui um número considerável de publicações sobre este tema, entre artigos, capítulos de livros e livros inteiros.

Seu trabalho “Pós-modernidade, Ética e Educação”, publicado pela Editora Autores Associados, compõe-se de 108 páginas. Trata-se, portanto, de um opúsculo, que fora originalmente produzido para integrar uma coletânea, organizada por Claudinei Lombardi, pela mesma editora. Contudo, após a sua conclusão, o texto revelou-se inadequado àquela finalidade, devido a sua extensão. Por isso fora aconselhado a publicá-lo em formato de livro na série “Polêmicas de Nosso Tempo”. Dividido em quatro capítulos, o texto trás a tona o embate teórico entre “modernos” e “pós-modernos”, focando os temas da ética e da educação no contexto deste debate.

Logo na “Introdução” o autor situa o leitor a respeito da polêmica que alimenta sua reflexão, a saber, o embate entre os que defendem o “desencantamento” da modernidade, sem, entretanto, lançar mão de seu esgotamento definitivo, e os que anunciam o limiar de uma nova era, isto é, da “pós-modernidade”. Para tanto, com vistas a exemplificar este segundo grupo, evoca autores como Lyotard, que, com base nas teses foucaultianas, entende que os traços básicos da contemporaneidade configuram uma nova fase da história humana, em substituição à modernidade. Afirma que tal leitura desencadeou uma importante discussão, cujas implicações teóricas alcançaram diversas áreas do conhecimento, em particular a epistemologia e a filosofia, mas também áreas afins, como a ética e a educação. Para Goergen, a segunda metade do século XX, sobretudo a década de 90, foi marcada por um discurso fatalista que, em nome das “leis

* Doutor e Mestre em Educação pela USP e professor dos Cursos de História, Filosofia e Pedagogia do Centro Universitário Assunção (UNIFAI – SP).

ocultas e poderosas do mercado” (p. 6), submetia-nos a todos, impedindo soluções no plano coletivo, pois, em última instância, o individualismo extremo, resultado direto do avanço neoliberal, atravancou a esperança de dias melhores, sobretudo das camadas sociais mais pauperizadas, pois alijadas dos avanços científicos e tecnológicos. Contudo, alerta Goergen, o novo milênio resgatou parte dessa esperança, oportunizando aos indivíduos repensar seu lugar no mundo. Adotando um tom otimista, o autor procura demonstrar que o projeto moderno, em que pese todas as suas mazelas e fragilidades, não se esgotou completamente, e ainda que a modernidade tenha problemas, “a mudança de mentalidade, o nascer de uma nova consciência precisam ser estimulados através do processo educativo” (p. 9). No seio desta discussão filosófica entre “modernos” e “pós-modernos”, argumenta Goergen, repousa a urgência de edificarem-se novos valores com vistas a superar o determinismo econômico, bem como recuperar a dimensão histórica que fora-nos negada. Como fazer isto? É o que o autor pretende responder.

No primeiro capítulo, intitulado “Da crítica à Negação da Razão Moderna”, o autor mapeia historicamente o percurso da razão na modernidade, cujo ponto de partida é o Renascimento. Para tanto, confronta a racionalidade, entendida como a possibilidade de desvelar os segredos na natureza, objetivando empregar o conhecimento adquirido na solução de problemas, com a cultura metafísica e teocêntrica que caracterizava o período anterior e que, grosso modo, centrava-se na Igreja. A intenção é clara: comparar esses dois modelos sociais e, por conseguinte, suas respectivas visões de mundo, bem como salientar as características que definem o homem e a sociedade moderna. O antropocentrismo e a secularização despontam como os pontos fortes da modernidade e, conquanto a ciência tenha originado interpretações diversas, seja por meio do empirismo, seja por meio do racionalismo, o fato é que, de Bacon a Descartes, de Newton a Kant, é possível apreender a ideia básica segundo qual o uso da razão conduz a humanidade a um futuro mais desenvolvido. Essa “metarrativa”, que dá voz ao “projeto moderno”, rompe com a velha tradição escolástica e seu “tempo sagrado”, substituindo-a por um “tempo secular”, justificando a nova ordem que emerge com o mundo moderno. A modernidade, com efeito, tem como principal característica a “fé” na ciência e na razão, esses dois “fogosos cavalos” que conduzem o Estado secular, a despeito do Estado divino agostiniano, ao comando da história. A noção de “progresso”, portanto, permeia grande parte dos sistemas filosóficos ocidentais e delinea o “projeto moderno”, aproximando, de modo inédito na história ocidental, razão e liberdade, e prometendo, a exemplo da visão teleológica medieval, um futuro promissor. Contudo, esta mesma racionalidade converte-se, como atestam Adorno e Horkheimer em sua “Dialética do Esclarecimento”, em um modelo

hegemônico que já não conhece limites e que aos poucos substitui o próprio homem. O “desencantamento do mundo”, denunciado por Weber, agora pode ser encarado como o “desencantamento da modernidade”. Ora, esta “razão instrumental” longe de libertar, “coisifica” o homem e põe a legitimidade do projeto moderno em *xequê*. Daí o aparecimento de um grupo de autores, que, contrariamente aos frankfurtianos, defendem que a modernidade se esgotou e que, portanto, estaríamos vivendo um novo momento da história: a pós-modernidade. Mas, o que é a pós-modernidade e quais as suas implicações?

No segundo capítulo, “O Novo Contexto: Pós-moderno?”, Goergen aponta as dificuldades de enquadrar os representantes do pensamento pós-moderno em uma única rubrica, haja vista as diferenças que os encerram. Entretanto, há um aspecto, bastante geral à maioria desses autores, que Goergen pretende explorar, a saber, a tese do “fim da história” ou do “fim das metarrativas”. Segundo o autor, este é um ponto comum entre aqueles autores que se identificam com o pós-modernismo. Conquanto as nuances entre seus representantes sejam inegáveis, grosso modo todos eles afirmam o esgotamento da modernidade. Autores mais radicais como Lyotard, defendem a completa falência do projeto moderno, sendo Auschwitz o símbolo paradigmático da tragédia moderna. Outros, mais moderados, a exemplo de Vatimo, ressaltam a fragmentação da cultura como uma das características da pós-modernidade. Mas, a despeito dessas nuances os pós-modernos atacam a pretensa universalidade reclamada pela tradição moderna, rechaçando a ideia de um futuro glorioso, contida na noção de progresso. Com efeito, as implicações éticas de tais posições não passam despercebidas, pois à medida que não há mais espaço para as metarrativas, as soluções restringem-se ao campo das “pequenas narrativas”, isto é, das soluções pragmáticas e individuais. Assim, a universalidade, característica do discurso moderno, cede lugar ao relativismo, típico do discurso pós-moderno. Ora, Goergen não partilha das posições pós-modernistas, pois endossá-las corresponderia a admitir o fracasso do projeto moderno. Destarte, Goergen aproxima-se do pensamento de Jürgen Habermas e de sua tentativa de salvar a razão do relativismo consciente. Isto porque Goergen não aceita a ideia segundo a qual “não há mais nada a fazer”. Para o autor, ao anunciarem o fim de tudo, os pós-modernos conduzem o ser humano a uma resignação absoluta, impedindo-o de “orientar os rumos de sua história individual e coletiva” (p. 36). É contra este “fatalismo” que os autores modernos se insurgem. Habermas, nesse sentido, desponta com um autor interessante à medida que, para este, os pós-modernos são “neoconservadores”. Na ótica habermasiana os autores pós-modernos não só negam a possibilidade de qualquer metanarrativa, qualquer intervenção a favor de um projeto social

estruturado, como manifestam uma desconfiança radical em relação às utopias. O debate entre “modernos” e “pós-modernos” constitui o cerne de uma temática ético-política cara a ambos, pois resvala na busca por “princípios intra-subjetivos que sirvam de parâmetro de orientação da ação humana” (p. 37). E, nesse quesito, as opiniões se dividem entre os que defendem um subjetivismo relativista e os que apregoam a construção de princípios de validade universal que ultrapassem a perspectiva de uma cultura determinada. É no seio deste debate que Goergen reflete os temas da ética e da educação.

No terceiro capítulo, “Tempos de Pós-moralidade?”, Goergen debruça-se sobre duas escolas de pensamento distintas, a alemã e a francesa. Analisa as implicações teóricas de dois importantes pensadores contemporâneos, a saber, Habermas e Lipovetsky. Goergen inicia pela “Teoria da Ação Comunicativa” de habermasiana, chamando a atenção para a tentativa, levada a cabo por Habermas, de refundamentar a verdade a partir do processo comunicativo. Segundo Goergen, o autor alemão resgata o conceito comunicativo de razão, no qual as proposições éticas, tais como valores, normas, leis etc., passam pelo crivo da argumentação e, portanto, da intersubjetividade. Visto que é a partir das “convenções morais que as pessoas constroem seus conceitos fundacionais que as orientam no seu agir prático” (p.41), as convenções que não se justificam racionalmente precisam ser substituídas por outras que resistam a tal julgamento. A construção de novos valores, portanto, deve assentar-se no processo argumentativo, na linguagem. Na ótica de Habermas a crise da modernidade pode ser explicada a partir da hipertrofia do “mundo sistêmico”, onde predomina a ação instrumental, que colonizou o “mundo da vida”, castrando a ação dialógica. Destarte, o autor defende a “descolonização”, isto é, o resgate da dialogicidade como elemento primordial à construção de novos valores. Quanto a Lipovetsky, Goergen destaca as duras críticas deste à defesa feita por Habermas sobre o uso crítico da razão. Na leitura de Lipovetsky, tal posição é elitista e intelectualista, isto porque o consumo midiático não exclui a opinião crítica. Em outros termos, o “espetáculo” não é o coveiro da razão. Afastando-se das posições teóricas de Habermas, Lipovetsky adota uma postura mais imediatista, assentada na lógica da personalização. Decerto, isto resulta do substrato epistêmico que respalda cada uma das posições analisadas. Na esteira do pós-modernismo, Lipovetsky centra o discurso ético contemporâneo no primado individualista e, conquanto estabeleça uma distinção entre o individualismo “responsável” e o “irresponsável”, defende a tese de que o indivíduo se tornou um valor absoluto dos tempos modernos e que, portanto, não existe espaço para uma ética centrada em valores altruístas. Na direção de outros pensadores, a exemplo de Baudrillard, Castoriadis e

Bloom, Lipovetsky lança mão de um projeto voluntarista em termos éticos, rompendo com a tradição metafísica-teológica e esbarrando no utilitarismo. É exatamente contra este “cenário niilista” que Goergen insurge-se. Sua posição, bem mais próxima de Habermas, consiste em formular uma ética assentada em valores intersubjetivos que possa, concomitantemente, dar sentido a existência humana e superar os antiquados modelos éticos do passado.

No quarto e último capítulo, “Novas Perspectivas para a Educação”, Goergen analisa a repercussão dessas teorias no campo epistêmico e ético, cujos impactos também se estendem ao campo educacional. Visto que a educação, antes imbuída em resguardar a conformidade do ser humano com os valores religiosos, passou na modernidade a ser concebida em vistas do aprimoramento da racionalidade, então, como concebê-la na perspectiva pós-moderna? Se as instituições modernas já não servem de referência ao agir humano, qual o papel da escola nesta sociedade? As questões levantadas por Goergen, além de complexas, são urgentes. Afinal, os cientistas e os sábios, novos sacerdotes dos tempos modernos, falharam em seu intento de promover uma racionalidade emancipatória. O projeto pedagógico iluminista, calcado numa visão de escola universalista, transformou-se em uma instituição promotora de ideais uniformizadores da cultura dominante, formando homens submissos à ordem burguesa. E, assim, a razão, de instrumento de emancipação, tornou-se instrumentalizada. Todavia, aceitar as posições pós-modernas acerca do esgotamento das metanarrativas significa aceitar que, no tocante à educação, deve-se assumir uma posição resignatória, abrindo mão de qualquer projeto coletivo mais amplo em nome de interesses puramente individuais. Em termos pedagógicos pode-se avistar a influência desta posição em propostas como a da “desregularização” curricular, com sua ênfase nos localismos e na diversidade, mas que, contudo, está sempre na eminência de reproduzir as desigualdades culturais ou de transformar a educação em uma mercadoria. Para Goergen, a aceitação das teses pós-modernas corresponde à renúncia da esperança, o que, a seu ver, não deixa de ser um exagero, afinal, a história é um campo sempre aberto a mudanças e a novos discursos. Daí a impossibilidade de decretar-se o fim da história e das metanarrativas. Ao afirmar que a noção de “descentralização” corresponde à fragmentação da vida econômica e social em oposição à organização burocrática que caracterizara a sociedade industrial, e que a educação, nessa perspectiva, não pode reduzir-se a uma ordem planejada, os pós-modernos aproximam-se do neoliberalismo, pois, subjacente à tese segundo a qual a sociedade pós-industrial baseia-se na descentralização, está a ideia de que nada deve opor-se ao indivíduo. Claro, aos educadores, não se trata de escolher entre Habermas e Lipovetsky, mas participar do debate com vistas à construção

de princípios que possam orientar a prática educativa. Na medida em que os fundamentos da ética tradicional, totalizante e universal, passa da fixidez a fluidez, uma época de incertezas anuncia-se, caracterizada pelo *laissez faire* e pelo individualismo radical. Para Goergen, essas características correspondem à mercantilização do ético (p. 77). Não obstante, a escola, apesar de todas as dificuldades, não pode abrir mão da formação ética de seus alunos, pois, do contrário, não pode descartar a razão crítica em detrimento da submissão acrítica à razão instrumental. Se a religião e a tradição não são mais capazes de respaldar o comportamento ético das pessoas, a construção de novos valores passa “pelo convencimento racional que, de um lado, se origina do contexto cuja vivência convence a respeito de formas respeitosas e solidárias de convivência e, de outro lado, pela argumentação, ou, em termos habermasianos, pela ação comunicativa na qual se tematizam normas” (p.84).

Na “Conclusão”, Goergen atenta para os processos que tornam a razão – epicentro do projeto moderno – um objeto de frustração entre os representantes do pensamento moderno e pós-moderno. O autor também chama a atenção para os impactos deste debate nos campos da ética e da educação, salientando, a partir das contribuições pós-modernas, os riscos do niilismo, a incerteza e a ausência de significados que assolam as novas gerações. A escola, que enfrenta sua maior crise desde o início da modernidade, ainda é, segundo o autor, o espaço ideal para a construção de novos valores.

Entre os méritos que encerram este trabalho, chama atenção o modo cuidadoso e didático com que Goergen situa uma discussão desta envergadura, bem como a sua imparcialidade frente às posições teóricas analisadas. Ademais, ao focar as implicações desta discussão para o campo ético, o autor abre espaço para se pensar o papel da escola e sua real potencialidade no sentido de contribuir para a construção de valores capazes de nortear a ação humana, sobretudo quanto às novas gerações.

Traduções

DEFININDO ARTE

George Dickie

American Philosophical Quarterly, vol. 6, no. 3 (jul. 1969), pp. 253-256

Jean Rodrigues Siqueira

Em anos recentes foi argumentado que a expressão “obra de arte” não pode ser definida e Morris Weitz chegou até mesmo a argumentar que *ser um artefato* não é condição necessária para algo ser uma obra de arte³⁹. Mais recentemente, contudo, Joseph Margolis ofereceu uma definição⁴⁰ e Maurice Mandelbaum fez algumas sugestões a respeito de como definir de “arte”.

Não repetirei o bem conhecido argumento de Weitz, cujas ideias tomo como representativas daqueles que sustentam que “arte” não pode ser definida, mas enunciarei sua conclusão principal e comentarei um de seus argumentos. Tampouco repetirei os argumentos de Margolis ou Mandelbaum, mas quero destacar (1) que eles concordam que a artefactualidade é uma condição necessária da arte, e (2) que Mandelbaum aponta a importância das características *não exibidas* da arte para uma definição de “arte”⁴¹.

A principal conclusão de Weitz é que não há condições necessárias e suficientes para a definição de “arte” ou para qualquer dos subconceitos de arte, como “romance”, “tragédia”, “pintura”, e outros. Todas essas noções são conceitos abertos e suas instanciações têm “semelhanças de família”.

Weitz rejeita a artefactualidade como uma condição necessária da arte porque às vezes fazemos afirmações como “Esta madeira flutuante é uma adorável pedaço de escultura”⁴². Às vezes realmente falamos dessa maneira dos objetos naturais, mas nada se segue desse fato. Weitz se confunde porque toma a afirmação sobre a madeira flutuante como sendo uma afirmação

* Doutorando em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Atua como professor do Curso de Filosofia do Centro Universitário Assunção (UNIFAI – SP).

³⁹Morris Weitz, “*The role of theory in aesthetics*”, *The journal of aesthetics and art criticism*, vol. 15 (1956), pp. 27-35; reimpresso em *Philosophy look at arts*, ed. por Joseph Margolis (Nova Iorque, 1956); Paul Ziff, “*The task of defining a work of art*”, reimpresso em *Aesthetics and the philosophy of criticism*, ed. por Marvin Levich (Nova Iorque, 1963); William Kennick, “*Does traditional aesthetics rest on a mistake*”, *Mind*, vol. 66, pp. 317-334.

⁴⁰*The language of art and art criticism* (Detroit, 1965), pp. 37-47. A definição de Margolis, contudo, não é satisfatória; ver a revisão de Andrew Harrison em *Philosophical Books*, vol. 7 (1966), p. 19.

⁴¹“*Family resemblances and generalization concerning the arts*”, *American Philosophical Quarterly*, vol. 2 (1965), pp. 219-228.

⁴²*Op. cit.*, p. 57.

descritiva e ela não é. O próprio Weitz, bastante corretamente, distingue entre um uso avaliativo e um uso descritivo de “obra de arte”⁴³, e uma vez compreendida essa distinção podemos ver que a observação sobre a madeira flutuante é uma avaliação da madeira flutuante. Mas é, certamente, o sentido descritivo de “obra de arte” que está em pauta quando se levanta a questão de se “arte” pode ser definida. Eu defendo que o uso descritivo de “obra de arte” é utilizado para indicar que uma coisa pertence a certa categoria de artefatos. A propósito, o sentido avaliativo pode ser aplicado a artefatos e também a não artefatos, como quando dizemos “Aquela pintura é uma obra de arte”. Tais observações não têm a intenção de ser tautologias.

Antes de prosseguir com a discussão a respeito da segunda condição da definição do sentido descritivo de “arte”, será útil distinguir o conceito genérico de arte dos vários subconceitos que caem sob ele. Bem pode ser o caso de que todos ou alguns dos subconceitos de arte, como romance, tragédia, cerâmica, escultura, pintura, e outros, careçam de condições necessárias e suficientes e ainda assim seja o caso de que “obra de arte”, que é o gênero de todos esses subconceitos, possa ser definido. Por exemplo, talvez não haja nenhuma característica que todas as tragédias tenham que pudesse diferenciá-las das comédias, peças satíricas, happenings e outras semelhantes dentro do domínio da arte. À luz do que foi dito, mesmo se esse fosse o caso, as tragédias e todas as outras obras de arte teriam pelo menos uma característica em comum, a saber, a artefatuabilidade. Talvez artefatuabilidade e alguma ou mais características das obras de arte as distingam da não arte. Se todos ou alguns dos subconceitos de arte não podem ser definidos e, como penso ser o caso, “arte” pode, então em parte Weitz está correto.

Assumindo que a artefatuabilidade é o gênero da arte, ainda fica faltando a diferença. Essa segunda condição será uma propriedade social da arte. Além do mais, essa propriedade social será, na terminologia de Mandelbaum, uma propriedade não exibida, relacional.

W. E. Kennick afirma que tal abordagem a respeito da definição de “arte” é fútil. Ele argumenta, a partir de fatos como o de que os antigos egípcios selavam pinturas e esculturas nas tumbas, para a conclusão de que “A tentativa de definir Arte em termos do que fazemos com certos objetos está tão condenada quanto qualquer outra”⁴⁴. Há diversas dificuldades no argumento de

⁴³*Ibid.* p. 56.

⁴⁴Kennick, *op. cit.*, p. 330.

Kennick. Primeiramente, do fato de que os egípcios selavam pinturas e esculturas em tumbas não se segue que eles as considerassem diferentemente do modo como geralmente o fazemos. Eles poderiam, na verdade, tê-las colocado ali para os mortos apreciarem, ou simplesmente porque elas pertenciam à pessoa morta, ou por alguma outra razão. A prática egípcia não prova uma diferença radical entre nossa concepção de arte e a deles de modo a uma definição que subsumisse ambas ser impossível. Em segundo lugar, não é preciso assumir uma concepção de arte em comum entre nós e os antigos egípcios (ou qualquer outro grupo). Eu ficaria feliz em ser capaz de especificar as condições necessárias e suficientes para o conceito de arte que nós temos (nós, americanos contemporâneos, nós, ocidentais contemporâneos, nós, ocidentais desde a organização do sistema das artes no ou por volta do século XVIII – não estou certo a respeito dos exatos limites do “nós”). A despeito de Kennick, é mais provável que descubramos a diferença da arte ao considerarmos “o que fazemos com certos objetos”, isto é, as “obras de arte”. Mas, é claro, não há garantia de que qualquer coisa que nós ou um antigo egípcio possivelmente pudesse fazer com uma obra de arte lançará luz sobre o conceito de arte. Nem todo *fazer* revelará o que está sendo requerido.

O estimulante artigo de Arthur Danto, “O mundo da arte”⁴⁵, será de ajuda aqui. Ao falar da Caixa Brillo e da Cama de Rauschenberg, ele escreve “Ver algo como arte requer algo que o olho não pode descobrir – uma atmosfera de teoria artística, um conhecimento de história da arte: um mundo da arte”⁴⁶. O que o olho não pode descobrir é uma complicada característica não exibida dos artefatos em questão. A “atmosfera” de que fala Danto é evasiva, mas tem um conteúdo substancial. Talvez esse conteúdo possa ser capturado em uma definição. Primeiramente, formularei a definição e então prosseguirei em sua defesa. *Uma obra de arte em sentido descritivo é (1) um artefato (2) ao qual alguma sociedade ou algum subgrupo de uma sociedade atribuiu o estatuto de candidato à apreciação.*

A definição fala da atribuição do estatuto de *candidato* à apreciação: nada é dito a respeito da apreciação efetiva e isso deixa aberta a possibilidade de obras de arte que, seja lá por qual razão, não são apreciadas. Além disso, nem todo aspecto de uma obra está incluído na candidatura à apreciação; a cor da parte de trás de uma pintura, por exemplo habitualmente não é um objeto de apreciação. O problema a respeito de *que* aspectos de uma obra de arte devem estar incluídos em sua candidatura à apreciação é uma questão que persegui em outro lugar⁴⁷.

⁴⁵*The journal of philosophy*, vol. 61 (1964), pp. 571-584.

⁴⁶*Ibid.*, p. 580.

⁴⁷Em meu “*Art narrowly and broadly speaking*”, *American Philosophical Quarterly*, vol. 5 (1968), pp. 71-77, onde analiso a noção de *objeto estético*. O assunto do presente ensaio é o conceito de *arte* que, embora ligado à noção de objeto estético, é distinto dela.

De que maneira é atribuído o estatuto de candidato à apreciação? Um artefato pendurado em um museu de arte, uma *performance* em um teatro, e coisas semelhantes, são sinais seguros de que o estatuto *foi atribuído*. Mas muitas obras de arte nunca chegam às paredes dos museus e algumas nunca são vistas por ninguém além do artista. O estatuto, portanto, tem de ser passível de atribuição por uma única pessoa que trate um artefato como candidato à apreciação, geralmente o próprio artista, embora nem sempre, uma vez que alguém pode criar um artefato sem nunca considerá-lo como um candidato à apreciação e tal estatuto ser atribuído por outra pessoa ou pessoas. Mas pode o estatuto ser atribuído tão facilmente? Nós associamos o estatuto com a cerimônia – a cerimônia de casamento, por exemplo. Contudo, a cerimônia não é o único meio para se casar; em algumas jurisdições o casamento por convivência é possível – um estatuto adquirido sem cerimônia. O que quero sugerir é que, assim como duas pessoas podem adquirir o estatuto de casados por convivência dentro de um sistema legal, um artefato pode adquirir o estatuto de candidato à apreciação dentro do sistema que Danto chamou de “o mundo da arte”.

Uma série de questões surgem dessa noção de estatuto de candidato à apreciação e talvez tudo possa ser melhor esclarecido enunciando-as e tentando respondê-las. Provavelmente, a primeira questão é: que *tipo* de apreciação? Certamente a definição parece sugerir que há um tipo especial de apreciação “estética”. Apreciação não é crucial, mas algo deveria ser dito a seu respeito para preparar o caminho para o ponto crucial. O tipo de apreciação que tenho em mente é simplesmente o tipo característico de nossas experiências de pinturas, poesias, romances e coisas semelhantes. Essa observação parece colapsar a definição em circularidade, mas não o faz porque “obra de arte” (o termo definido) não aparece na explicação da apreciação, apenas termos subconceitos aparecem. Outro problema aparente é que as obras de arte são tão diferentes umas das outras – por exemplo, comédias são muito diferentes de tragédias – que parece improvável que a apreciação característica de nossa experiência de um tipo de arte tenha algo em comum com a apreciação característica de nossa experiência de outro tipo de obra. Mas pinturas, poemas, e peças são os *objetos* de nossa apreciação e o fato de que os objetos diferem consideravelmente não significa que as várias apreciações diferem. Na verdade, se por “apreciação” queremos dizer algo como “ao experimentar as qualidades de uma coisa as consideramos meritória ou de grande valor”, então não há problema em relação à semelhança das várias apreciações.

Agora pode ser visto que a apreciação não servirá para tirar a subclasse das obras de arte da classe dos artefatos – ela é muito ampla: muitos artefatos que obviamente não são obras de arte são apreciados. Para tirar a classe das obras de arte é preciso destacar mais a atribuição do estatuto de

candidato do que a apreciação. Quando, por exemplo, um vendedor de suprimentos de encanamento espalha seus produtos diante de nós, ele os apresenta imediatamente para nossa apreciação, mas a apresentação não é uma atribuição do estatuto de candidato, é simplesmente um dispor diante de nós. Mas qual é a diferença entre “dispor diante” e “atribuir o estatuto de candidato”? A diferença é análoga à diferença entre meu proferir “Eu declaro este homem candidato ao conselho municipal” e o líder da comissão de eleição proferindo a mesma sentença e agindo em sua capacidade oficial. Quando profiro a sentença ela não surte efeito porque eu não fui empossado com qualquer autoridade nesse sentido. É claro que essa analogia não é completa – linhas de autoridade no mundo político-legal são, em grande medida, explicitamente definidas e incorporadas à lei, ao passo que as linhas de autoridade (ou algo semelhante à autoridade) no mundo da arte não estão codificadas em lugar nenhum. O mundo da arte conduz seus negócios no nível da prática costumeira. Ainda assim, *há* uma prática e isso define uma instituição social. Retornando ao exemplo do encanamento, a apresentação do vendedor é diferente do ato de Duchamp, superficialmente similar, de dispor um urinol por ele batizado de “Fonte” naquela apresentação de arte agora famosa. O ponto é que o ato de Duchamp aconteceu dentro de um certo contexto institucional, e isso faz toda diferença. Nosso vendedor de suprimentos de encanamento poderia fazer o que Duchamp fez, isto é, converter um urinol em obra de arte, mas ele provavelmente não o faria – tais idéias inusitadas parecem ocorrer apenas aos artistas com bizarro senso de humor. Lembrem-se, por favor, que quando eu digo que a “Fonte” é uma obra de arte, não estou dizendo que ela seja uma boa obra. E, ao fazer essa observação, tampouco estou insinuando que ela seja ruim também.

Os “*ready-mades*” de Duchamp levantam a questão – “Se urinóis, pás de neve, cabides de chapéus, podem se tornar obras de arte, porque objetos naturais, como uma madeira flutuante, não podem? E, é claro, madeiras flutuantes e outros objetos naturais podem se tornar obras de arte se qualquer entre um número de coisas for feita com eles. Uma coisa que faria bem isso seria recolher uma, levá-la para casa e pendurá-la em uma parede. Outra coisa que serviria seria recolher uma e inscrevê-la em uma exibição. (A propósito, eu estava assumindo que a sentença de Weitz com relação à madeira flutuante referia-se à sua situação comum em uma praia e intocada pela mão humana). Isso significa que objetos naturais que se tornam obras de arte adquirem sua artefactualidade (são artefactualizados) ao mesmo tempo em que o estatuto de candidato à apreciação lhe é atribuído. Mas talvez uma coisa similar ordinariamente aconteça com as pinturas, poemas, etc.; eles passam a existir como artefatos ao mesmo tempo em que o estatuto de candidatos à

apreciação é atribuído a eles. (Ser um artefato e ser um candidato à apreciação, é claro, não é a mesma coisa – são duas propriedades de uma única coisa que podem ser adquiridas ao mesmo tempo). Um caso um pouco mais complicado seria o artefato de uma cultura primitiva que desempenhou uma função em um sistema religioso e que não possuía nenhuma função artística no sentido aqui desenvolvido. Tal artefato poderia se tornar uma obra de arte em nossa cultura de maneira semelhante àquela em que a madeira flutuante poderia se tornar uma obra de arte. Todavia, esse objeto religioso que se tornasse uma obra de arte seria um artefato em dois sentidos, mas a madeira flutuante em apenas um. (Não estou sugerindo que algo não possa ser um objeto religioso e uma obra de arte ao mesmo tempo – há muitos contra-exemplos disso em nossa cultura).

Uma questão que frequentemente surge em conexão com discussões sobre o conceito de arte é “Como devemos conceber as pinturas feitas por indivíduos como Betsy, o chimpanzé do Zoológico de Baltimore?” Tudo depende do que é feito com as pinturas. (Note que, sem hesitar, eu chamei os objetos pinturas, embora não tenha certeza a respeito de seu estatuto enquanto obra de arte). For exemplo, O Museu Field de História Natural recentemente exibiu algumas pinturas de chimpanzés. No caso dessas pinturas devemos dizer que elas não são obras de arte. Todavia, se elas tivessem sido exibidas a poucas milhas de distância no Instituto de Arte de Chicago, elas seriam obras de arte. (Se, por assim dizer, o diretor do Instituto de Arte assim se expusesse dessa maneira publicamente). Tudo depende do contexto institucional.

Concluindo, seria conveniente considerar de que maneira a definição aqui oferecida difere de algumas definições tradicionais. (1) Ela não tenta passar clandestinamente uma concepção de boa arte para a definição de “arte”. (2) Ela não é, para usar um termo de Margolis, “sobrecarregada”, como a que Margolis cita como sendo um exemplo horrível: “arte é uma atividade humana que explora, e assim cria, nova realidade em uma maneira visionária e suprarracional, e a apresenta simbólica ou metafoncamente⁴⁸, como um todo microcósmico significando um todo macrocósmico”⁴⁹. (3) Ela não contém qualquer comprometimento com alguma teoria metafísica ou não empírica, em contraste, por exemplo, com a teoria de que a arte é irreal. (4) Ela é ampla o suficiente de modo que aquelas coisas geralmente reconhecidas como arte podem ser trazidas sob ela sem esforço indevido, em contraste, por exemplo, com a definição da

⁴⁸Há, aparentemente, dois erros tipográficos aqui. Margolis cita a palavra como “metafonicamente” e no texto original lê-se “metafoncamente”. Uma leitura do texto original indica que deveria ser “metaforicamente”.

⁴⁹*Op. cit.*, p. 44. A passagem citada é de “*What is art?*”, de Erick Kahler, em *Problems in aesthetics*, ed. por Morris Weitz (Nova Iorque, 1959).

imitação, que exige um enorme esforço na tentativa de mostrar que toda obra de arte é uma imitação de algo. (5) Ela leva em consideração (ou pelo menos tenta fazê-lo) as práticas efetivas do mundo da arte do passado e do presente.

Agora, o que venho dizendo pode soar como se estivesse dizendo que “uma obra de arte é um objeto a respeito do qual alguém disse ‘eu batizo este objeto uma obra de arte’”. E eu acho que é algo bastante dessa maneira. Então alguém pode fazer uma obra de arte da orelha de uma porca, mas isso não significa, é claro, que ela seja uma bolsa de seda⁵⁰.

⁵⁰Devo agradecimentos a Monroe Beardsley, Marcia Eaton, William Hayes, Arnold Levinson e Maurice Mandelbaum, que leram o manuscrito deste artigo e fizeram várias sugestões úteis.